

O *De Gloria*, livro I, de Jerônimo Osório

por

Ana Thereza Basilio Vieira

Tese de Doutorado em Língua e Literatura
Latina, apresentada à Coordenação dos Cursos
de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Kalil
Tannus.

UFRJ / Faculdade de Letras

Rio de Janeiro, 2º semestre de 1999.

DEFESA DE TESE

VIEIRA, Ana Thereza Basilio. *O De Gloria, livro I, de Jerônimo Osório*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1999. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Antônio Kalil Tannus (Orientador)

Prof^ª Dr^ª Alice da Silva Cunha

Prof^ª Dr^ª Maria da Glória Novak

Prof.^a Dr.^a Nely Pessanha

Prof^ª Dr^ª Zélia de Almeida Cardoso

Defendida em: 14/12/1999

Aos meus pais,
Aurelentina e Manuel

SINOPSE

Apresentação do latim renascentista. Tradução e comentários estilísticos e literários do livro I do **De Gloria**, de Jerônimo Osório. Estudo do tema da glória através dos tempos.

Igitur alte spectare si voles atque hanc sedem et aeternam domum contueri, neque te sermonibus vulgi dedideris nem in praemiis humanis spem posueris rerum tuarum: suis oportet inlecebris ipsa virtus trahat ad verum decus.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. O RENASCIMENTO.

2.1. Origens do Renascimento.

2.2. O Renascimento em Portugal.

3. JERÔNIMO OSÓRIO E O DISCURSO HUMANISTA

3.1. Elementos biográficos.

3.2. A produção literária

4. O *DE GLORIA*, LIVRO I

4.1. Texto latino

4.2. Tradução

4.3. O *De gloria* e suas características

4.3.1. Ambientação do diálogo

4.3.2. Apresentação do tema

4.3.3. Caracterização dos diálogos e dos personagens

4.4. As diversas noções de glória

4.4.1. A glória da Antigüidade clássica

4.4.2. A glória bíblica

4.4.3. A glória dos descobrimentos e das conquistas

4.4.4. A glória das Cruzadas

4.4.5. A glória do Renascimento

5. CONCLUSÃO.

6. BIBLIOGRAFIA.

1. INTRODUÇÃO

A época do Renascimento é marcada por profundas mudanças - nos âmbitos cultural, profissional e social -, que se desenvolvem ao longo de três séculos e por várias regiões, cada qual possuindo um aspecto que lhe é peculiar. Vários estudiosos, portanto, se empenham em contribuir ao máximo com este novo caráter literário, que não se atém a um gênero específico, mas se desenvolve em vários deles: elegias, hinos, livros de caráter histórico ou de aprendizagem, e, sobretudo, discursos. Em Portugal diversos humanistas colaboram nas universidades e colégios com seus estudos e ensinamentos. Destaca-se a figura de Jerônimo Osório dentre estes. Um de seus livros em especial nos chama a atenção por demarcar importantes aspectos da cultura e história lusitanas: o *De Gloria*, livro em que o autor explicita a evolução do conceito de glória através dos tempos, desde os primórdios greco-latinos até seus dias. A abordagem que Jerônimo Osório apresenta deste termo – com exemplificações tiradas da própria história e suas implicações culturais, sociais e políticas – serviria como um tipo de encorajamento ao povo lusitano, afeito às conquistas ultramarinas e transmontanas, a redescobrir aquele que incentivara seus próprios ancestrais a grandes empresas.

A escolha do tema provém do amadurecimento dos estudos acerca do Renascimento e dos autores que mais se destacam nessa fase. Assunto abordado em diversos cursos de mestrado e doutorado aos quais assistimos. Desde essa época, então, firmou-se em nós um desejo de trabalhar com uma época tão plural na história da cultura, da literatura,

aprofundando os conhecimentos que tínhamos desse período, mas que já nos despertava grande interesse.

O discurso, de forma geral, feito para ser proferido em público ou assumir um sentido de dissertação ou tratado, ganha muito valor nesta época já de pleno Renascimento. O tema escolhido por D. Jerônimo para a composição do *De Gloria* não é original. Original é a forma como ele o aborda.

O nosso estudo, portanto, tem por finalidade resgatar o seu discurso, notando a influência que este exerceu sobre seus compatriotas e, ao mesmo tempo, as influências por ele sofridas de outros autores que abordaram o mesmo assunto, desde a Antigüidade greco-romana até os tempos de Jerônimo Osório. Aprofundar as questões da influência poética e da intertextualidade, unidas na concepção de um texto renascentista e os valores históricos, lingüísticos e sociais na obra do autor, é o nosso intento.

A pesquisa, pois, estará centrada na tradução do primeiro livro do *De Gloria*, não excluindo, contudo, a obra restante de Jerônimo Osório como apoio fundamental para a compreensão e análise do pensamento deste autor.

Para um estudo mais aprofundado acerca da intertextualidade, verificaremos como o autor conciliou os textos já existentes sobre o assunto tratado e sobre o gênero por ele escolhido. Levando-se em conta o pressuposto de que um texto se constitui de um lugar onde vários discursos se reúnem, tentaremos ver em que o latim de Jerônimo se assemelha ao latim clássico. Veremos se a mudança de costumes e social influenciou de alguma forma a produção do autor novilatino.

A influência poética também será analisada neste trabalho. Seguindo as idéias lançadas por Harold Bloom, principalmente na obra *A angústia da influência*, em que o

autor nos mostra que sempre nos deixamos influenciar por leituras já concebidas, procuraremos notar de que modo a presença de outros autores foi absorvida por Jerônimo Osório nesta obra. Notaremos que este poeta, mesmo sendo influenciado, não deixa de ser original. Ao contrário, ele poderá até mesmo ter mais êxito que seus predecessores, dependendo da forma como abordou seu tema. Um autor do porte de Jerônimo Osório não copia outro, mas se deixa influenciar, podendo até negar ou contradizer o seu ponto de referência. Tomando como base as teorias dos dois autores mencionados, verificaremos como se realizou a influência de autores clássicos no *De Gloria*.

Para a tradução do texto latino, utilizamos a edição de 1552, de Florença, tendo em vista que esta fora a última edição anotada e modificada pelo próprio autor. Para comparações com outras edições, valemo-nos da edição crítica de João Manuel Nunes Torrão, de 1991, por tratar-se de uma edição bastante minuciosa, contendo todas as alterações realizadas no texto até a morte de Jerônimo Osório.

Conta esta tese ainda com um pequeno aparato crítico na tradução, em que apresentamos as principais modificações do texto em suas várias edições. Pela utilização da edição de 1991, decidimos manter a mesma identificação para as edições e manuscritos, que são as que passaremos a relacionar: 1576 B, edição de Basileia; 1576 C, edição de Colônia; 1578 P, edição de Bilbao, custeada por Pedro Landro; 1578 I, edição de Bilbao, custeada por João Lopez; M 1549, o manuscrito de 1549; M 1 manuscrito em sua versão inicial; M 2, manuscrito em sua segunda versão.

2. O RENASCIMENTO

2.1. Origens do Renascimento

A partir do século XIV, mais especificamente na Itália, começa a verificar-se uma mudança nas atitudes e no pensamento. Os homens desejam ultrapassar os limites dos ideais do mundo medieval. Devemos observar, porém, que durante a Idade Média existiram grandes personagens que se sobrepuseram aos demais por seu pensamento inovador, como um São Tomás de Aquino ou um São Francisco, um Dante ou um Petrarca. A compreensão da história, da política, das artes, das ciências torna-se daquela até então mantida pelos estudiosos. A liberdade total de pensamento é conseguida a partir do chamado Renascimento. Como diz Febvre “passa-se de um individualismo a mover-se numa jaula para um individualismo a desenvolver-se a céu aberto e livre”¹.

Com as descobertas surge um novo homem, uma nova cultura. Até os séculos XI e XII a idéia do mundo era teocêntrica. Tudo levava aos céus, às alturas, buscando-se chegar até Deus. A ampliação dos horizontes, devido às transformações por que passava todo o mundo, desperta no homem um novo sentido: o do próprio homem em sua totalidade. Não se buscam mais as alturas como antes, mas expande-se para os lados. As catedrais, por exemplo, não apresentam mais suas fachadas com tantas e tão elevadas torres, dando a impressão de que se poderia atingir o céu, ascender a Deus através de tão requintadas e complexas construções, expressão ainda da ânsia dos arquitetos pelas alturas, a ponto de suscitar no espectador um tipo de milagre, quando este vê despontar no interior da igreja

¹ Febvre (1995), p. 23.

tamanha engenhosidade para sustentar planos praticamente insustentáveis. Os vitrais, por exemplo, servirão não só para levar maior luminosidade ao interior das igrejas, mas também para mostrar aos fiéis simples e analfabetos o que deveriam aprender e em que deveriam crer. A Idade Média se caracterizara por uma grande religiosidade, sendo a Igreja a organização mais rica, culta, equipada e onipresente. Nesta época, o homem aparece já representado nas artes, mas relacionado ao inferno, pois o mundo dos vivos, era um mundo pervertido, pecaminoso, do qual o homem deveria se libertar. Alguns poucos, monges e heróis, conseguiam desvencilhar-se desse mundo condenado e, assim, tornavam-se pessoas veneradas, modelos de uma vida plena, protetores dos demais mortais contra todos os males terrenos – a morte, a peste, as guerras –, e também dos males espirituais, invisíveis. A escultura e a pintura vinham subordinadas à arte principal: a arquitetura na representação desses mundos. Segundo Duby

“A arquitetura românica participa tanto da magia quanto da estética. Ela tomou forma no pensamento de alguns homens de grande pureza, que se empenhavam em desvendar os mistérios, em penetrar nos domínios desconhecidos que eles adivinhavam, desejáveis, inquietadores, para além daquilo que os sentidos e a razão humana são capazes de apreender... Eles esperavam que a obra de arte servisse de fio condutor”².

Já nos séculos XII e XIII, período de profundas transformações em que se assiste à superação da sociedade feudal e à formação de novos centros de poder, surgem as primeiras monarquias, as grandes cidades, a ascensão de classes formadas de comerciantes e banqueiros, a consolidação do poder real em estados e a influência do clero, que se mostrava bastante interessado nos bens materiais e no poder. A fé cristã e a imagem de Deus são celebradas em edificações grandiosas, que assinalam o orgulho dos próprios

bispos e os ensinamentos de uma filosofia (escolástica), que enquadrava todo o saber do seu tempo e afirmava a possibilidade de ascensão a Deus pela fé e pela razão. Trata-se de um tipo de sociedade já em transição, saindo da Idade Média e indo de encontro à criação do Renascimento.

No século XIV, a arte retoma certas formas características da arte greco-romana, mas com a utilização de um novo artifício: a perspectiva, que dá aos artistas e arquitetos a noção exata de um objeto, o seu aspecto real. E através dela chegava-se, então, ao projeto, a essência de uma obra de arte. Antes de realizar um trabalho artístico, devia-se fazer o seu projeto para testar todas as possibilidades concernentes à obra. Passou-se, então, a substituir uma visão calcada na fé por uma que se fundamentasse na razão. Antes, quase que restrita às igrejas, a arquitetura agora diversifica seu campo de ação e adere às construções de residências de alguns homens mais abastados – os palácios e a *villa*.

Na pintura e na escultura verifica-se um interesse notadamente pela figura do próprio homem, que é representado o mais natural possível, sem o misticismo das épocas precedentes. Levando-se em conta que as estátuas já não eram mais feitas para se enquadrarem num esquema arquitetônico, como ocorrera com as artes românica e gótica, nada mais natural que adquirissem maior interesse por formas que não apresentassem esquemas tão rígidos e que, portanto, se relacionassem com maior intensidade com a natureza. Note-se, porém, que na Idade Média o homem não deixava de ser representado, mas era um personagem, uma configuração simbólica, a maior parte das vezes, distante da realidade. O naturalismo, o realismo, o projeto e a capacidade técnica tornam-se marcas inconfundíveis da nova arte.

² Duby (1988), p. 27/28.

O homem, então, passa a comunicar-se cada vez mais com os outros. E, em seu afã de comunicação, retoma os clássicos como fundamento para suas idéias. Aristóteles e Platão são vivamente discutidos, dando-se preferência ao último por sua sensibilidade, mas os que mais se aproximam do pensamento humanista são os latinos. Busca-se a perfeição da fala tendo como modelos Cícero, Catão e Quintiliano. Deve-se falar muito bem para se poder expressar tudo quanto se deseje, quer num monólogo, quer num diálogo. A retórica terá por fim convencer o seu receptor, que poderá ou não refutar ou concordar com o que se diz.

É no Humanismo Renascentista que temos pela primeira vez a concepção da chamada perspectiva histórica. Assim, os textos antigos são redescobertos. Agora os manuscritos passam a ser comparados uns com os outros, procurando-se entender a verdadeira filosofia, religiosidade e poesia neles contidas. Os textos estudados durante a Idade Média são, por vezes, deformados, alterados; descobrem-se, por exemplo, textos e documentos de falsas autorias; assim, busca-se um retorno ao texto original, com a recuperação de manuscritos esquecidos ou perdidos ao longo dos séculos.

Inicia-se, então, um verdadeiro resgate cultural e literário, atentando-se para as devidas realidades históricas. Por isso, os historiadores recebem uma grande importância pela tarefa que então desempenham, distinguindo o passado do presente. Resgatam o conceito de originalidade na Antigüidade clássica e o conceito de originalidade no presente em relação ao passado. É a chamada perspectiva histórica: o distanciamento em relação ao objeto estudado.

Outro aspecto do Renascimento é ver o homem sob um novo prisma: agora ele é tratado como um ser terreno, capaz de traçar o seu próprio destino, e não mais esperar que

tudo lhe venha dado do céu. É importante este conceito de localização do homem na terra, pois a partir daí surge uma noção mais nítida da verdadeira geografia terrestre, possibilitando a descoberta de novos continentes. Inicia-se a expansão geográfica e o conseqüente mercado entre as novas terras, desenvolvendo as atividades políticas e econômicas entre as diversas nações. Por sua vez, a própria relação do homem com os outros homens na sociedade se modifica: os relacionamentos tornam-se mais abertos, há a busca de uma vida mais ativa, mais sociável. Faz-se a exaltação do trabalho, da família e das responsabilidades cívicas. Os descobrimentos são realizados em dois campos: o territorial, em que Novos Mundos são achados e desbravados, e o intelectual, cujo objetivo primordial é relatar as novas descobertas e incentivar os homens a desejá-las. Pela sua curiosidade, o homem é motivado a realizar novas conquistas e a granjear o desejo de conhecimentos e, ao mesmo tempo, a cobiça, o desejo de poder, a inveja. Retoma-se a *humanitas* de Cícero e de Varrão, em que se exprime o ideal da formação humana. Diz Cícero: *Homo non bebes, neque incercitatus, neque communium litterarum et poitioris humanitatis expers*³. O humanismo renascentista se define por um interesse pelo homem e por tudo que lhe concerne. “O ser humano interessa, antes de tudo, como um simples corpo... Interessa também como ser dotado de uma inteligência”⁴.

As chamadas letras humanas – *humaniores litterae* (poesia, retórica, história, moral e política) – é que tornam o homem mais humano e, com suas aptidões reais, atinge a felicidade. Tais disciplinas é que formariam homens livres e aptos a construir um mundo mais justo. A palavra *humanitas* foi criada por Cícero e designa o que entendemos por formação humanística. Varrão considera-a apenas como o sentimento que nos inclina a

³ CICERO, De Republ., 17.

favor da humanidade. Na verdade, ela passa a ser sinônimo de filantropia, ou seja, o amor aos homens.

Muitos dos então chamados humanistas do Renascimento são assim considerados não por estudarem a cultura antiga, com vista à filosofia ou à moral, mas por exercerem eles mesmos o papel de professores dos *studia humanitatis* junto aos príncipes e grandes senhores da época. Necessitados de auxílio financeiro para o seu sustento, os estudiosos começavam a ensinar a cultura clássica às personalidades que lhes propiciavam melhores recursos para a continuação de suas pesquisas. Os mecenas, ou amantes da arte, da ciência, da filosofia e da poesia, tal como o foram na Antigüidade Cornélio Galo, Asínio Polião, Pisão, Mecenas e o próprio Augusto, tornam possível a criação de círculos poéticos, em forma de micro-sociedades fechadas, que fornecem aos escritores novas perspectivas: rivalidades poéticas, a intertextualidade através da discussão de idéias em grupo, a formação de um ambiente filosófico-religioso próprio a esses grupos. Além disso, estes humanistas desenvolviam ainda o cargo de professores em universidades ou escolas secundárias. Suas obras se compõem de cartas, discursos, poemas ou relatos históricos, muitos dos quais permanecem inéditos até hoje.

Descobertas de textos de autores desconhecidos durante a Idade Média, como Tácito ou Lucrecio, ou até mesmo de textos desconhecidos de autores já conhecidos, como as cartas de Cícero, constituíram-se em uma das contribuições dos humanistas. Um fato importante para a expansão da cultura do Renascimento foi, sem dúvida alguma, a invenção da imprensa. Isto possibilitou uma circulação maior e mais veloz das obras. Não se precisa

⁴ Dicionário de ciências sociais (1987), v. 1, p. 565.

mais copiar os textos – tarefa que tomava muito tempo dos intelectuais, sobrando-lhes, então, mais tempo para as reflexões sobre tais textos.

A palavra Renascença, no entanto, é uma criação do século XIX. Utilizavam-se, outrossim, as expressões renascença das artes, a renascença das letras, mas não para designar um período da história da humanidade em que renascem ou nascem as artes, as letras, a astronomia, a geografia, a anatomia, as ciências naturais. Michelet é o primeiro a utilizar a noção história de Renascença, em 1840, no Collège de France. O termo se refere à renascença do homem integral, em toda a ação de suas diversas faculdades. Mas para se localizar geográfica e temporariamente o período correspondente à Renascença, devemos levar em conta alguns fatos artísticos, políticos, econômicos, jurídicos e sociais, nem todos correspondentes entre si.

Uma região em toda a Europa se adiantara face às demais: a Itália. Esta se encontrava mais de um século à frente de suas vizinhas. Quando, então, ultrapassam as fronteiras que demarcavam os reinos, defrontam-se com um choque entre dois mundos, entre duas eras, entre duas regiões: esta mais adiantada e a outra própria das pessoas que até ali acenderam. É desse choque, portanto, que surge a Renascença. A mediocridade de engenho, a falta de nobreza de um pensamento, como a de um Leonardo da Vinci ou de um Michelangelo provocam esse confronto visível, esse choque. Não foram apenas as guerras das regiões vizinhas, mas o próprio sofrimento, as lutas, as facções da Itália que a fizeram abancar no tempo. Todas as demais regiões jazeram estagnadas em sua parvoíce e mesquinhez de pensamento, enquanto que a Itália fora surpreendida em toda a sua beleza de pensamentos, idéias, arquitetura, pintura. Trata-se, então, de um choque de dois mundos

não contemporâneos, pois cada um vivia uma situação diversa. Um é bárbaro, pequeno, medieval; o outro, moderno, civilizado e grandioso.

Na Itália do século XIV vemos um grande gosto pela tradução de textos clássicos de literatura, filosofia ou história. Nas próprias artes visuais se presencia um desenvolvimento da cultura: a construção da cúpula da catedral de Florença, na arquitetura; e na pintura tem-se as obras de Fra Angelico, Verrocchio, Mategna e Botticelli. Em contrapartida, na França são cada vez mais raras as traduções, restringindo-se a alguns pedidos de príncipes para servir-lhes de distração ou de exemplos de ensinamentos. Essa preocupação do humanismo do retorno aos vários textos clássicos é sentida na Itália primeiramente em Petrarca, depois em Boccaccio e em Poggio Bracciolini. Depois Marsilio Ficino se apresenta como o responsável pela redescoberta da obra de Platão. Ele será o fundador da Academia Platônica de Florença, onde irão estudar os mais renomados humanistas italianos, como Pico della Mirandola e Leon-Batista Alberti, entre outros.

A Renascença é a expansão sobre toda a Europa de fatos italianos, que a seguir se tornam – em suas devidas proporções – fatos franceses, alemães, portugueses. São

“fatos aptos a viajar, fatos que por si próprios ultrapassam, por natureza, os limites de uma dada sociedade: tais são, por exemplo, as técnicas, e muitos dos fatos que se relacionam com as artes, com os cultos, com as idéias; mesmo instituições e princípios de organização social...”⁵.

A Espanha, assim, também conhece um grande florescimento na cultura humanística com traduções ainda nos séculos XIV ou XV. Em 1508 é fundada a Universidade de Alcalá de Henares, tendo como um de seus mestres o ilustre filólogo Antonio de Nebrija. É em

⁵ Febvre (1995), p. 212.

Portugal que se concebe a edição poliglota da Bíblia, em latim, hebraico e português, em 1571.

O grego tornou-se a língua sobre a qual recaiu a maior parte da originalidade, pois seus textos foram raríssimas vezes estudados durante a Idade Média. Eles haviam sido mais estudados pelos povos orientais e adquiridos por meios lícitos ou não, passando a integrar os estudos humanísticos ocidentais. Entretanto, visto que mesmo no Renascimento o conhecimento do grego era ainda escasso, deu-se a necessidade de traduzir os textos para a língua de divulgação geral da cultura: o latim. Muitas obras gregas são assim vertidas para a língua latina. É a partir dessas traduções que será divulgado o pensamento grego na cultura ocidental. Algumas vezes os textos já haviam sido traduzidos, mas precisava-se de uma nova versão que melhor expressasse as idéias do original; outras vezes, porém, as traduções eram inéditas, constituindo-se assim em importante fonte para o estudo da filosofia, medicina, astronomia e matemática, focos centralizadores das atenções da época. O Renascimento, porém, foi o responsável pela ampliação da cultura em todos os campos, mesmo aqueles até então mais desenvolvidos apenas pelos árabes radicados na Península.

Quanto ao aspecto religioso, busca-se a harmonia entre a vida terrena e a celeste. Aqui na terra, o homem deve viver em harmonia e na felicidade, pressupostos garantidos pela paz religiosa. A tolerância é um conceito fundamental para garantir tal paz; e a filosofia, unida à religião, é que nos possibilita essa harmonia.

O termo Renascimento aplica-se também à religião, no sentido em que o homem faz renascer (ou ressurgir) dentro de si uma relação mais profunda para com Deus, que, no entanto, não exclui, mas, ao contrário, fortifica a formação cultural desse novo ser humano. O renascimento do homem não é o nascimento para uma vida diferente e sobre-humana,

mas sim o nascimento para uma vida verdadeiramente humana, porque baseada naquilo que o homem tem demais seu: s artes, a instrução e a investigação.

O retorno às origens como um retorno à força geradora da vida, conceito fundamental pregado pelos neoplatônicos como Marsilio Ficino ou Pico della Mirandolla, é uma das bases do Renascimento. Por vezes essa origem é interpretada como Deus, outras vezes entende-se que se trata do próprio homem e de sua origem terrena (Adão fora feito do barro).

O regresso às origens é sentido ainda no campo político, em que o homem busca um novo vigor em suas origens históricas. Forma-se o conceito de nação e, mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, o de Estado.

Há uma certa aliança política dos clássicos, refletida nas idéias herdadas de Tito Lívio, de Cícero e da Bíblia. As cidades devem fazer respeitar as leis promulgadas. A natureza humana se encontra corrompida pelo poder e pelas riquezas. Por isso a preocupação com a organização da cidade.

2.2. O Renascimento em Portugal

D. João III, de 1527 a 1532, ordena o primeiro censo português, a fim de saber a quantidade certa de habitantes em seu país, devido ao crescente número de imigrantes para as novas colônias e também porque, aos poucos, chegavam ciganos, escravos e mais judeus, que retornavam a Portugal quando a perseguição a esses povos se via mais atenuada ali que em Espanha, por exemplo.

As cidades, como no resto da Europa, começam a sentir uma renovação em seu mapeamento. Aumenta o número de grandes edifícios; praças e jardins são projetados, as ruas se alargam. No campo são introduzidas novas culturas, como a da vinha e dos olivais. Iniciam-se as importações de frutas e legumes tropicais, bem como de cereais. Devido ao crescimento das cidades, o comércio recebeu um novo impulso. Metalúrgicas são abertas e a construção naval torna-se mais notória. Assim, Portugal torna-se importante nas descobertas marítimas. O comércio com o estrangeiro, agora intensificado, traz para Portugal produtos quase desconhecidos ou raríssimos em suas terras, tais como as especiarias, a pimenta, o açúcar, corantes, etc. Entretanto, estes produtos não ficavam apenas ali; os portos portugueses serviam de entrada dos produtos de exportação para toda a Europa.

Com relação à cultura humanística portuguesa, a Itália exerceu sobre ela grande influência, pois era na Itália que residia o Papa, o que exigia contatos diretos com todos os clérigos e burocratas da Europa. Além disso, foi de suas universidades que saíram alguns dos principais mestres que ensinaram aos reis portugueses e a aristocratas. Entre 1430 e 1440, por exemplo, os italianos Mateus Pisano e Estevão de Nápoles são convidados a servirem de mestres ao rei Afonso V. Mais tarde, Cataldo Parísio Sículo vem ensinar D. Jorge, filho ilegítimo de D. João II, e alguns outros jovens da nobreza, como, por exemplo, o Conde de Alcontim e sua irmã.

Os humanistas portugueses, além de seguirem seus cursos na Itália (Bolonha, Veneza), seguiam-nos na Espanha (em Salamanca, Bordéus, Lovaina) e, sobretudo na França, em Paris, no Colégio de Santa Bárbara.

Os novos colégios fundados na nação portuguesa tinham duas funções: ou continuavam uma antiga tradição de servirem de abrigo a estudantes carentes e membros de ordens religiosas, ministrando-lhes o ensino secundário, ou começarem a receber aristocratas em suas dependências, servindo-lhes de internato e melhor preparando-os até para ingressarem nas universidades, provendo-lhes o ensino das Humanidades e Matemática. Dentre estes colégios, o que mais se destaca é o Colégio Real (ou Colégio das Artes e Humanidades), fundado em 1547 e mantido às custas do rei D. João III. Entretanto, foi apenas em 1548 que abriu seu primeiro ano letivo. Ali eram ensinadas por mestres vindos da Escócia, França e do próprio Portugal as disciplinas de Retórica, Gramática, Poesia, Latim, Grego, Hebraico, Lógica, Filosofia e Matemática.

Foi D. João III o responsável pela reforma no ensino. Ele decide fundar uma nova escola, independente da Universidade de Lisboa, que até então exercia plenos poderes sobre a cultura, monopolizando-a. O ensino, nessa época, sofrera imensamente com as discussões entre as universidades e os colégios, piorando gradualmente o ensino em seus estabelecimentos e fazendo com que seus alunos preferissem estudar fora do País. Em grande parte por esse motivo a Universidade de Lisboa se vê obrigada a encerrar suas atividades em 1537, quando se transfere a Universidade para Coimbra, por ordem do Rei.

No entanto, com a transferência da Universidade mudam alguns aspectos funcionais: a universidade passa a receber ordens quase que exclusivamente do rei, diminuindo sobremaneira a influência do Papado.

A primeira inovação é sentida na área de História, em que se busca a verdade dos fatos aliada a um relato elogioso e fantasioso de vencedores e seus grandes feitos. Em

poesia surge uma nova forma mais delicada e espontânea, compilada sob o título de *Cancioneiro Geral*.

Contudo, as mudanças primordiais no Humanismo são vistas somente após 1520, como reação à cultura medieval.

A imprensa, entretanto, introduz-se tardiamente em Portugal, em 1489. Tendo como primeira função apenas a divulgação de livros religiosos, a impressão de livros, trazida por alemães, encontra forte resistência em seu desenvolvimento. Lutando contra uma antiga arte de obras manuscritas, os livros impressos dependiam ainda da autorização e avaliação do Estado, da Igreja e da Universidade para serem comercializados. Além disso, grande parte das obras de que necessitam os estudantes portugueses vinha do estrangeiro.

Com relação às artes, a arquitetura é a que mais sente a valorização do Renascimento, acolhendo alguns novos estilos como o gótico tardio ou o chamado manuelino. Na pintura, a influência chega ainda mais tarde devido às censuras feitas à época.

Em contrapartida, as ciências são as que mais lucram com o desenvolvimento dos séculos XV e XVI. A geografia, em primeiro lugar, as navegações, a astronomia, a matemática fornecem importantes inovações para a compreensão do mundo: vemos novos caminhos para a Índia, a existência de um novo continente que viria a ser chamado América, vários povos com suas culturas, religiões, costumes e tradições até então completamente ignorados, a possibilidade de navegação distante da costa sob a orientação dos astros e das estrelas, com o astrolábio e tantas outras descobertas.

3. Jerônimo Osório e o discurso humanista

3.1. Elementos biográficos.

Jerônimo Osório foi um dos mais célebres humanistas portugueses. Tendo nascido em Lisboa em 1506, seguiu seus estudos de artes e direito em Salamanca; filosofia, em Paris, quando estreita uma relação de amizade com alguns membros da Companhia de Jesus. Estuda, ainda, teologia e hebraico em Bolonha. Após haver adquirido amplos conhecimentos durante suas viagens, Osório retorna à pátria, onde permanece sob a proteção do príncipe Luís, filho de Manuel I e irmão de D. João III.

O autor lusitano preocupou-se sempre com os problemas sócio-políticos de seu tempo, chegando a aconselhar várias pessoas ilustres, como o príncipe D. Sebastião em suas empresas na África, e a rainha Isabel de Inglaterra, tentando dissuadi-la a abjurar as doutrinas protestantes e a aceitar os dogmas da igreja católica.

Ocupou Osório alguns cargos eclesiásticos, como o de arcebispo de Évora em 1560 e o de bispo de Silves, no Algarves, em 1564, além de ter lecionado as Sagradas Escrituras na Universidade de Coimbra.

Sua influência sobre D. João III dá-se em termos de aconselhamento ao rei para que este consiga governar com sabedoria e buscar algo que dignifique seus atos. No século XVI eram freqüentes as guerras, sobretudo religiosas, acompanhadas de fome, destruição e revolta. É a época em que se instala o Tribunal da Inquisição em Portugal para reprimir as heresias e tudo aquilo que atacasse a fé católica. Um governante deveria, então, ter um pulso firme e saber lidar com as situações que se lhe apresentassem, ao mesmo tempo em que deveria inspirar seus súditos a terem confiança em sua pessoa.

3.2. A produção literária.

Aos 30 anos compôs *De nobilitate ciuili libri duo* e *De nobilitate christiana*, dedicados a D. Luís, que o chamara a Lisboa para ocupar o cargo de seu secretário e tutor de D. António. No entanto, Jerônimo Osório ficara conhecido por seu famoso tratado histórico sobre os feitos de D. Manuel, o *De rebus Emmanueles regis Lusitaniae*, composto em 1571.

O que se notava a seu tempo, contudo, é que uma contínua laicização da cultura se expandia por toda a Europa. Somente os mosteiros e as universidades vinham se mantendo como centros de estudos clássicos. Escrevendo em latim, Jerônimo Osório procura resgatar um pouco dessa cultura que estava se perdendo. Ele escrevera ainda diversas outras obras em latim, como é o caso do *De Regis institutione et disciplina*, em que se apoiava nos tratados de Cícero, *De Gloria*, *de Republica* e *De Consolatione*. Por causa disso ficou conhecido nos meios acadêmicos como o “Cícero português”. Sua obra também estava sendo traduzida para o francês e inglês, recebendo ora comentários elogiosos, ora críticos, como os de Montaigne e Francis Bacon, na França, e Drysden e Pope, na Inglaterra.

Foi considerado um historiador, um exegeta e doutrinador por saber aliar a política e os problemas sócio-culturais à visão cristã e ao humanismo que se propagava por todos os reinos europeus.

Em 1549, Osório compõe o *De gloria*, oferecendo-o ao rei. Com isto, ele tenta afirmar o espírito dos portugueses para novos feitos que os honrem por todo o mundo.

Além disso, constam ainda de suas obras a *Epistola ad Hyeronimum Cardosum* (1556), *In Zachariam Prophetam Commentaria* (1584) e *Paraphrasis in Psalmos*, dentre outras.

4. O De Gloria, livro I

4.1. Texto latino

Hieronymi Osorii Lusitani

De Gloria

Liber primus

Multa sunt, rex inuictissime, quae magnam uim habent, ad hominum uitam uel recte constituendam, uel funditus euertendam; tum nihil est quod in utramque partem tantum ualeat quantum ardens quoddam laudis et famae desiderium. Primum enim adeo late paret, ut nullus sit, neque tanta humanitate praeditus, neque tam agrestis et inhumanus, neque tantis honoribus insignis, neque tam obscurus et ignotus, neque tot uirtutis ornamentis excultus, neque tam multis flagitiis coopertus, qui non flagret infinita quadam gloriae cupiditate. Deinde ita est id communibus sensibus infixum, ut neque ui rationis euelli, neque lege aut more ullo mutari, neque ullo metu coerceri et comprimi possit. Postremo

tam uehemens est, ut animum nullo in loco consistere patiatur, sed semper incensum trahat et rapiat, ad maiora in dies et altiora inflammato studio consecranda. Ex hoc autem animi motu clarissimae uirtutes, ex eodem teterrima uitia nascuntur. Acuit enim industriam, animosque ad res acriter et animose gerendas exsuscitat: ita tamen, ut alios ad ius humanae societatis tuendum, patriamque beneficiis immortalibus obligandam, alios ad leges nefarie tollendas, et rempublicam delendam sollicitet.

Vt enim antiquissima commemorem, illi primi urbium conditiones qui hominis in siluis bestiarum more dissipatos, unum in locum compluerunt, et in ciuili uitae societatem conuocarunt, omnes quod ex historiis constat, ardenti gloriae cupiditate fuerunt in studium tam praeclari muneris incitati. Quid qui optimis legibus et institutis, ciuitates suas ad summam amplitudinem perduxere? Quid, qui pro patria caput suum in summum uitae discrimen intulere? Quid qui maximarum artium disciplinis ciues suos excoluere? Num obscurum est, neminem sese sine magna spe laudis, uel ad homines inter se iustitiae munere conciliandos, uel ad remp. uirtute et industria defendendam, aut ingenii opibus illustrandam contulisse? Contra uero qui patrias euertere, aut scelere et amentia conuellere, omnes fuerunt ad tam tetrum, et tam immane facinus gloriae cupiditate compulsi.

Vtriusque autem rei ciuitatis unius uarii casus infinita exempla suppeditant. Si enim inuestigare uelimus, per quos fuerit olim Roma fundata, eiusque imperium latissime propagatum, ut a Romulo ordiamur, et seriem illam clarorum hominum usque ad extrema florentis imperii tempora perducamus, intelligemus omnes adeo appetentes laudis & gloriae fuisse, ut illius parandae causa, neque laborem ullum fugerint, neque uitae periculum recusarint. Rursus si naturam spectemus eorum Romanorum, qui Romanum imperium per summum scelus euerterunt, aut saltem de illius pernicie et interitu cogitarunt, omnes

reperiemus ad gloriae cupiditatem incredibiliter exarsisse. Hoc autem, nec in unius tantum ciuitatis annalibus, nec in una tantum memoria hominum, sed apud omnes nationes, in omni aetate cernere licet, nullum esse scelus immane, nullum facinus impium, nullam sectam pestilentem, nullum reipublicae turbulentum motum, qui non ab appetitu gloriae nascatur.

Non igitur immerito uiri sapientia praestantes, cum animaduertissent ab hoc insito laudis appetitu et bona quamplurima, et infinita mala proficisci: quasi ancipiti sententia in uarias partes distracti, modo iuuentutem, ad summae gloriae studium cohortandam, modo ab illa quasi a magna uirtutis & constantiae labe deterrendam existimabant. Quid hic sanctarum literarum monimenta commemorem? Explicari enim non potest, quam saepe, & quanta orationis uis nos ad summum studium immortalis nominis inflamment. Rursus autem, nihil est in illis tam dira poena sancitum, quam ne quis honores ambiat, ne principatum appetat, ne cupiditate laudis efferatur, usque adeo ut omne Christianae pietatis fundamentum in contemptione gloriae consistat. Quid igitur? ut fit uel in casibus humanis, uel in doctorum hominum scriptis tanta dissensio, num id etiã coelesti disciplinae tribuendum est, ut illius praeceptis imbuti explicare nequeamus, sit ne nobis gloria consecranda, an summa potius animi contentione repellenda? Sed nimirum nihil animis nostris impressum et inustum est, in quo non diuinum beneficium agnoscere ualeamus, nos tamen illis naturae principiis, quae nobis ad salutem tributa sunt peruerse utentes, nostra dementia in perniciem incurrimus. Nam ira, cupiditas, spes, metus, dolor, uoluptas et reliqua generis eiusdem, quibus animos uel incendi uel restingui uel incitari uel remitti uel efferri uel contrahi uel alio quouis pacto commoueri et agitari sentimus, nobis donata sunt ut noxia reppelentes et salutaria asciscentes, naturae statum conseruemus; nos, uero, ea

plerumque omnia ad flagitium atque uitae pestem conferimus. Quo autem sunt illa maiora et ampliora quae accepimus, eo ex illorum abusu grauioribus malis implicamur.

Largitus est enim Deus nobis rationem qua maxime a beluis distemus et ad diuinam naturam proprius accedamus: nos autem eamdem saepenumero rationem huc et illuc uersantes, ea scelera concipimus ut beluas etiam immanitate superemus. Habemus etiam a natura animos imbutos religione, qua incitati praecellentem illam naturam diuinamque uim hominum generi consulentem ex operibus agnoscentes, eam castissimo pietatisque plenissimo cultu ueneremur. At hominum amentia factum est ut ab illo naturae sensu ducerentur omni scelere contaminata superstitio, quae fusa per omnes nationes, multis saeculis omnium fere animos opprimeret mortalesque miseris infinitis implicatos et constrictos teneret. Nihil denique, ne plura persequar, est nobis a natura insitum quod non sit uel ad corporis tutelam uel ad animi cultum aptissimum, sed nos plerumque diuinis muneribus ad nostrum exitum et deformitatem abutimur. Ex quo efficitur non studium laudis, cum sit nobis ingeneratum, esse ullo modo uituperandum, sed iactationem et leuitatem hominum a uera uirtute penitus aberrantium et inanissimis opinionibus uitae rationem peruertentium. Non enim temere summus ille Dominus eam cupiditatem omnium mentibus inseuit, sed admirabili consilio et ratione, ut ea uidelicet incitati ad honestatem, unde laus omnis existit, ardentius aspiremus. At homines flagitiis infames, cum uerae dignitatis opibus orbati, dignitatem tamen appetant illiusque uiam penitus ignorent, eam e rebus inanissimis quaerentes magnum in se dedecus admittunt et patriae plerumque pestem atque perniciem machinatur. hoc igitur gloriae genus inane, funestum atque mortiferum, omnium malorum seminarium in se continens, exsecrari praecipiunt sapientes homines; ab

huius pestilenti contagione Christi Optimi Maximi uoce deterremur; non ab illo quod uulgi amentiam contemnens stirpe uerae uirtutis innititur.

Quae cum saepe mecum animo agitarem, inire coepi rationem quemadmodum errorem multis insitum ex aliquorum animis euellerem et homines nostros, in quibus et natura egregius amor laudis ingenitus, a leuitate ad uerae gloriae studium traducerem. Et, ut in libris de Nobilitate, quos scripsi ad Ludouicum fratrem tuum, principem omnibus uirtutibus ornatissimum, facere sum conatus ut fucatae atque fallacem nobilitatem a uera secernerem, sic in his libris contendo ut inanem et fluxam a uera et stabili laude seiungam et admoneam omnes, in quibus inest ardor quidam mentis ad gloriam, ut toto pectore in studium pietatis et religionis incumbant. Aliter enim numquam quod expetunt adipisci ullo modo poterunt.

Vt autem id commodius efficerem, uenit in mentem mihi complecti his libris ea quae quondam de gloria et dignitate, in sermone quodam a me cum hominibus amicissimis habito, cum essem Bononiae, uersata sunt. In quo sermone multa sunt adducta quae totius gloriae uim atque rationem facilius aperient.

Hos autem dialogos tibi dicare constitui, partim ut hoc ingenii munere exiguo illo quidem, sed a non exigua in te pietate profecto, animum erga te meum declararem, partim ut tui nominis amplitudine et auctoritate munitus, facilius omnes reprehensorum impetus arcerem. Accedit quod nihil aptius mihi uidebatur quam libros de Gloria inscriptos illi principi consecrate qui est uirtutum maximarum gloria praestantissimus. Nec enim tu is es qui leuitati seruias, cuius studia ad plausum populi referantur, quem misere dstringat ambitio et transuersum a recta uiuendi uia deducat, sed qui uitae consilia ad exactissimam prudentiae normam dirigas, omnesque tuas actiones uerae uirtutis perfectique officii ratione

metiaris. Cum autem sis omni dignitate princeps, tum laude religionis atque sanctitatis es in primis admirandus. Quis enim umquam maiorem diligentiam adhibuit in sacris aedibus exstruendis, in rebus diuinis rite peragendis, in sceleribus impiorum hominum uindicandis, in Christi nomine propagando? Opera enim tua effectum est ut innumerabiles Asiae nationes, patria superstitione repudiata et pristinis atque inueteratis institutis omnino relictis, sese ad Christum ardenti studio contulerint. Non est igitur mirum si aliarum uirtutum laudibus abundas, cum hanc unam, e qua reliquae omnes oriuntur, fueris studiosissime complexus. Tu singularis iustitiae praesidio rempublicam tutam ab omni pernicie conseruas; tu mors patriae fluentes disciplinae seueritate diuincis; tu Lusitaniam antea bonarum artium rudem omnibus disciplinis instruendam curas; tua singulari sapientia effectum est ut in communi Christianae reipublicae incendio, inter Christianos principes excitato, sola Lusitanis summa pace frueretur. In tuis autem laudibus illa est omnium clarissima, quod Christus numine suo te protegit, tibi praesens adest, pro te pugnam capessit, quod cum alias saepenumero, tum ab hic triennio fuit in India, hostium etiam confessione, declaratum. Christi enim numen hostium impetus repressit, nostros in summa paucitate rerumque omnium indigentia caelesti praesidio communiuit, exercitum maximum et robustissimum e Turcis et aliis bellicosis nationibus, Solymani opibus et imperio conflatum, deleuit atque, ne plura dicam, recenti clarissimi facinoris exemplo, memoriam uictoriarum, quae fuerunt olim diuinitus Abrahamo, Gedeoni, Daudi aliisque uiris sanctissimis concessae, renouauit. Hoc igitur his tantis rebus es assecutus ut cum gloriae causa nihil facias, incredibili tamen apud omnes populos gloria circumfluas. Singularis enim tuae probitatis exemplis docuisti non praecipitem ambitionem, non effrenatam dominandi libidinem, non infinitam pecuniae cupiditatem, sed iustitiam, aequitatem,

mansuetudinem, beneficentiam, religionem, gloriam immortalem efficere. Quare frui isto tanto bono: Christum tuae gloriae auctorem semper intuere, omnes tuas curas in reipublicae salute defige et ad aeternam atque diuinam gloriam, ut facis, aspira.

Sed iam tempus admonet ut ad nostri sermonis explicationem ueniamus, quem uelim ut pro tua praestanti humanitate clementer excipias.

Cum igitur in Italiam me excolendi ingenii gratia contulissem et ex multorum sermone intellexissem nullam tunc Italiae ciuitatem esse cum Bononia litterarum gloria conferendam, eam delegi potissimum in qua studia perturbatione rerum mearum impedita longo tandem interualo reuocarem. Postquam uero in ea consedi, re ipsa cognoui fuisse mihi ab omnibus quorum praedicationem securus fueram egregie consultum. Est enim illa ciuitas et opibus florens et omnibus maximarum artium disciplinis exulta, tum gentis humanitate et rerum omnium copia ad studia litterarum satis instructa. Florebant ibi multi doctrinis Graecis et Latinis non mediocriter eruditi, multi in omni philosophiae genere excellentes, multi postremo dicendi facultate praestantes et in omni liberali doctrina summa cum laude uersati. Quid dicam de utriusque iuris studio cum illud constet Bononienses iureconsultos omnibus, qui se huic grauissimae disciplinae dediderunt, admirabile semper acuminis et prudentiae lumen praetulisse? Non igitur mirum uideri debet si, tanta loci celebritate commoti, bene informati adulescentes undique Bononiam conueniant ad animum clarissimis disciplinis excolendum, cum in ea constitutum esse uideatur egregium quoddam eruditionis et sapientiae domicilium.

In ea igitur, cum omnem operam et studium in litteris ponere cogitassem, nihil prius faciendum putavi quam ut me ad eorum amicitiam applicarem, qui erant ingenio atque doctrina praestantissimi ut eorum ope et consilio eo quo cursum institueram citius atque

feliciter peruenirem. Quod quidem mihi facillimum fuit. Multis enim locis usu didici numquam elegantiam doctrinae ab humanitatis laude seiunctam esse, immo semper ingenii suauitatem cum omni litterarum cultu fuisse incredibili amoris societate copulatam. Siue id accidit quia nemo ferme, nisi miti clementique natura sit et ab omni motu feritatis alienus, potest excellentem doctrinae formam intueri et ad illius cupiditatem incendi; et ita fit ut paucissimi docti agrestibus institutis uiuant, quia paucissimi agresti ingenio praediti in doctrinae studium incitantur; siue tanta uis est in optimis artibus atque disciplinis ut illarum ope facile quaeuis natura reddatur mitis atque mansueta et ad omnem rationem humanitatis excolatur. Praeclare enim ille abire studia in mores asseuerat. Vt enim quisque liberaliuis et disciplinis instructissimus, ita maxime est in omni genere lenitatis atque comitatis excellens. Vnde non immerito nomen humanitatis ad maximarum artium facultatem traductum est.

Ibi igitur cum homines admodum doctos peramanter obseruarem, illi mihi parem uoluntatem reddentes cumulatissime gratiam referebant. Erat mihi magnus usus cum Romulo Amaseo, uiro in dicendo admirabili, in omnique doctrinae uarietate praestantissimo. Obseruabam praeterea Achillem Bochium, equestris ordinis ornamentis atque singulari eruditionis laude florentem. Ludouicum etiam Buccagerreum, omnium Peripateticorum facile principem, studiose audiebam et alios item multos ex doctis habebam arcissima consuetudine deuinctos. Sed ii tam multis erant et domesticis et publicis curis impediti ut nulla ratione possent a gerendis negotiis auocari meisque atque meorum aequalium longissimis sermonibus interesse.

Quamuis igitur ad eos frequenter iuissem aut salutandi causa aut percotandi, si quis locus mihi multa legenti explicatu difficilis incidisset, non tamen umquam induxi in

animum ut homines, qui et me multo aetate anteibant et erant nimis occupati, ulla molestia afficerem et prolixa oratione a grauissimis studiis aliquo tempore retardarem. Disputationes igitur longiores sermonibus aequalium meorum; cum quibus eram assidue, reseruabam, e quibus duos in primis ex omni nobilitate insigni amore et studio complexus sum. Alter erat Antonius Augustinus Caesaraugustanus, quem propter mores suauissimos et multiplicem eruditionem ualde amabam; alter Ioannes Metellus Sequanus, homo singulari modestia praeditus, quicum diutissime uixi atque coniuinctissime. Vterque autem eorum ius ciuile, cuius studio dediti erant, aliis praeclaris artibus excolebat et multis dicendi luminibus ancipites iuris quaestiones illustrabat. Neque enim erant ex eorum numero qui sibi diligentissime cauendum esse statuunt ne bonas litteras quasi iuris studio perniciosas attingant, sed potius numquam se posse ad illam amplissimam iuris dicendi et reipublicae constituendae facultatem peruenire credebant, nisi fuissent omni doctrina nobilitate digna in primis eruditi.

Cum autem in suburbano quodam, quo nos Augustinus inuitarat, simul essemus, post alios sermones ultro citroque, ut fit, de multis rebus habitos, ego huiusmodi sermonem institui.

- Quando eam opportunitatem, quam maxime optabam, mihi diuinitus obratam esse uideo, ualde reprehendendus sim, nisi ex ea fructus excepero, quos facile huius loci amoenitate omniumque uillarum fructibus anteponam. Postquam enim Florentia uenistis, numquam mihi licuit per otium sciscitari quam multa sint in illis pandectarum uoluminibus, quae diligentissime cognouistis, ab iis quae uulgo circumferentur dissidentia et satisne magnum adiumentum studiosis uos allaturos speretis. Ardeo enim incredibili cupiditate

audiendi et simul spem concipio fore aliquando ut ductu uestro summorum hominum prudentiam in libris illis reconditam penitus inuestigem.

Hic Metellus arridens: - Quid tibi, inquit, in mentem uenit arcana iuris ciuilis uelle cognoscere, cum iampridem a nobis defeceris et hanc totam disciplinam omnino contempseris? Quemadmodum enim cum illis, qui ad hostes perfugere, non sunt amplius iura ciuitatis illius quam scelere amiserunt communicanda, ita nec tibi in haec nostra studia, quae deseruisti, curiosius inquirendum censeo. Si te ad nos retuleris et, quasi postliminio reuersus, pristina iura recuperaueris, tum fortasse te in penetralia disciplinae ciuilis admittemus. Aliter te non interdictis arcebitur, sed armis ut iuris ciuilis hostem ab huius scientiae finibus repellamus.

- Male, inquam, narras. Neque enim is iuris studia contempsisse putandus est qui solam altissimarum atque diuinarum rerum cognitionem illis anteposuit, neque hostis iuris atque legum putandus est qui se ad illam disciplinam contulit e qua, tamquam ex fonte sanctissimo, leges omnes haustae atque delibatae sunt. Nulla igitur causa est cur mihi non liceat aliquid ex uestra facultate decerpere, uobis praesertim auctoribus, qui tam multa ornamenta ex illis artibus, in quibus elaboro, ducta retinetis.

- Postea, inquit Augustinus, uidebimus num ea tibi impertire conueniat quae tamen non oratione, sed scriptis comprehendi queunt. Neque enim possent tam multa, tanto temporis spatio tantoque studio collecta humana memoria contineri. Nunc autem quiduis aliud agam libentius. Aequum enim est ut animum a labore nimio, quem his diebus in studio explicandi iuris excepi, alio studii genere relaxem. Praestat enim hoc multiplex litterarum cognitionis cupiditas ut numquam labore frangamur et unius studii satietatem aliarum rerum commentatione depellamus. Quare in praesentia (ius enim esse statuo, ut

quamdiu in meo regno estis, me sequamini), mentionem iuris ciuilis omittamus; tuque in primis (me autem appellabat), si quid est in studiis tuis noui, fac afferas in medium et aurium nostrarum sitim elegantia et copia tuae orationis exstinguas.

- Mihi, inquam, nihil est quod uestris auribus dignum esse putem. Toto enim tempore, quo hinc abfuistis, disiunxi me a consuetudine Musarum animumque retuli ad studia plena laboris et inania uoluptatis. Nam et in theologis recentioribus uersatus sum, qui quidem sunt ab omni elegantia doctrinae et uenustate sermonis abhorrentes, et in Hebraicarum litterarum elementis perdiscendis curam atque cogitationem posui. Omnia igitur studia his proximis diebus abieci, quorum disputatio uos afficere uoluptate aliqua potuisset, et in illis uersatus sum quae mihi nihil iucunditatis, plurimum uero laboris attulerunt.

- Eadem igitur, inquit Metellus, condicione fuisti qua nos, qui non modo sine iucunditate, uerum cum magna interdum satietate atque molestia pandectarum illa, quae dicebas, uolumina perlegimus. Quod si quis nos interroget qua spe utilitatis impulsus hoc negotium susceperimus, uix ullam fingere possumus, maxime cum magna pars eorum, qui de nouis iudicaturi sunt, uagis et errantibus certorum hominum opinionibus addicta, eos irrideat qui ad hos libros, tamquam ad purissimum huius disciplinae fontem, omnia referenda putant. Quis enim nos feret si quibusdam in locis nostram sententiam, prudentium testimonio confirmatam, imprudentium responsis anteponamus? Emolumentum itaque et praemium nullum uideo. Voluptas uero, si qua interdum capti et deleniti fuimus, tanta certa non fuit ut laboris atque molestiae magnitudinem adaequaret. Non tamen est, quod ad me attinet, cur me suscepti negotii paeniteat. Nam nostro Augustino, homini doctissimo et mihi

amicissimo, praeclara quaedam molienti operam dedi et ita, pro mea uirili parte, multis iuris studio deditis aliquid opis attuli.

- Praeclare tu quidem, inquam, Metelle. Nam is demum est uir uirtute praestans existimandus, qui studia amicorum emolumentis suis antefert et omnes curas atque cogitationes confert in publicam utilitatem libentissimeque rerum suarum iacturam facit ut aliorum commoda constituat. Sed illud non recte iudicas uos nullo praemio affici posse. Quid? Parumne magnum praemium ponis in ea gloria et dignitate quam isto labore fuistis assecuti? Fieri enim haudquaquam potest ut tam praeclara industria, quae quidem est plurimum lucis doctis omnibus allatura, laudis et gloriae fructu careat. Gloria autem nihil est in rebus humanis pulchrius, nihil amabilius, nihil cum uirtutis altitudine copulcius. Nam et a splendore uirtutis excitata est et excellenti pulchritudine ad amorem dignitatis allicit et homines ingenio praestantes ad uirtutis studium inflammat. Omnes enim qui maximo ingenio praediti sunt, stimulis gloriae concitati, res praeclaras aggrediuntur.

Tolle gloriae cupiditatem et omne studium uirtutis exstingues. Nemo enim umquam sese pro reipublicae salute in capitis discrimen intulisset, nemo publicam utilitatem emolumentis propriis antetulisset, nemo denique omnibus rebus posthabitis sapientiae studia coluisset, nisi primum fuisset ad spem quandam immortalitatis excitatus. Vt enim hic Themistoclem, Epaminondam, Scipionem et, ex nostris, Carolum Magnum et Gotifredum et reliquos imperatores rerum gestarum gloria florentes omittam, quis dubitat Lycurgum, Charondam, Zaleucum, incensos sempiternae gloriae cupiditate, leges, instituta, respublicas condidisse? Quis nescit Platonem, Aristotelem, Xenophontem, Theophrastum et omnes denique qui monumentis suis philosophiam illustrauerunt, gloriae suauitate fuisse in sapientiae studium incitatos? Quis ad artem aliquam praeclarum animum adiunxit, quis

uirtutem studiose colendam putauit, qui non primum in egregii nominis celebritatem aciem mentis intenderet? Ex quo facile cerni, potest quanta sit gloriae magnificentia, quod omnes, qui maximo animo excellentique ingenio sunt, eam ardentem expetunt et illius causa non inuiti res honestissimas atque difficillimas aggrediuntur. Nihil est igitur ea praestabilius neque communi uitae salutaris nempe quae a uirtute nata sit et animos maximos ad omnium uirtutum excellentiam exsuscitet. Quare si, quod spero, uobis euenerit ut eo labore nomen uestrum immortalitati commendetis, satis magnum praemium arbitror esse uestris optimis studiis persolutum. Est enim uestrum dignitatem omnibus possessionibus anteferre.

Haec ego cum arrepta occasione dixissem, non tam ut longiorem sermonem elicerem quam ut obiter Augustino, orationem meam paulo ante requirenti, aliqua ex parte satisfacerem, Augustinus ridens:

- Istius certe, inquit, orationis ornamenta non uidentur esse a theologis illis ducta per quos te fuisse aiebas a studiis eloquentiae deductum. Primum enim illi non admodum ornate loquuntur; deinde nemini fallere aut fingere permittunt; postremo gloriam maxime contemnendam esse confirmant. Tu uero contra omnia. Nam et oratione satis ornata usus es, nosque deridendos huius claritatis expectatione suscepisti, eamque postremo dicis rebus omnibus esse praefendam. Illud autem quam festiue dictum ut parta gloria contenti, reliqua omnia neglegamus. Quasi iam sit immortalitati nostri nominis hoc tam illustri opere satisfactum aut satis magnum praesidium sit in ista nobilitate ad uitam bene beateque degendam.

Equidem, ut de me loquar, cum animum ad pandectarum emendationem adicerem, numquam speraui posse me hac ratione ad eam nominis claritatem, quam dixisti, uiam munire. Quamuis enim res sit utilis, non tamen tantam esse puto ut mihi eam gloriam dare

possit, quae operibus magnificis monumentisque perfectis ingenio et elaboratis industria tribui solet. Nondum enim tantos in studiis progressus habemus tantumque roboris adepti sumus ut inuidiam superare nomenque nostrum immortale reddere ualeamus. Quod si abunde magnam gloriam essemus consecuti, nulla tamen causa esset cur ea nos uoluptate diuturna perfunderet. Nihil enim illa uidetur inconstantius, nihil leuius, nihil commutabilius. Quare, si te ex animo dixisse putarem ea quae de gloriae praestantia et utilitate protulisti, magnam mihi profecto admirationem mouisset oratio tua. Nulla enim sententia minus conuenit homini honestatis amore flagranti et in utraque philosophia uersato quam ea quae gloriam exornat; sed credo te ingenii exercendi gratia uoluisse rem incredibilem argumentis probabilem reddere et contra doctorum omnium sententiam disputare. Atque utinam id quod contendis efficeres! Magna enim me molestia liberares. Negare enim non possum me ad laudis cupiditatem exardescere, neque facile posse libidinem istam resecare. Quod si posset haberi facilis et expedita ratio seruiendi gloriae sine uirtutis et constantiae labe, omnes industriae neruos ad eam parandam, sine ulla dubitatione, contenderem. Nunc autem pudet me leuitatis atque flagitii cum eam nobilitatem appeto quam uix possim a contagione temeritatis puram et inuiolatam conseruare.

- Equidem, inquam, non aliter loquor atque sentio, neque si mihi iuranda calumnia esset gloriam defendere recusarem, quamquam illa nullius eget defensione. Satis enim per se dignitatem suam tueri potest. Sed ex te scire sane uellem quid sequaris ut rei tam insigni et splendidae leuitatis nomen imponas. Quare nisi graue est, sententiae tuae rationem expone.

- Geram, inquit, tibi morem et simul orationi tuae respondebo. Illud tamen in primis dicam me numquam satis laudaturum illorum sapientiam qui omnia infirma, fluxa, commutabilia, in quibus casus et fortuna dominantur, nullam vim habere ad beatam uitam statuerunt. Haec igitur omnia sapienti contemnenda atque pro nihilo putanda iudicabant. Sapientis enim est non habere aliunde suspensas uiuendi rationes, sed in animi bonis omnia uitae praesidia collocare. Illa igitur tantum bona numerabant quae essent uera, simplicia, recta, honesta, constantia, quorum opibus et praesidiis solum boni muniuntur, quae numquam eripi neque amitti possunt, quae denique sola sunt propria eorum a quibus possidentur. Reliqua omnia, quibus improbi frequenter affluunt, quae impetu fortunae facile conuelluntur, quae postremo sunt in casu sita aut in amentissimae multitudinis opinione posita, nulla ratione bona nominanda existimabant.

At gloria primum ex eo genere rerum est, quarum copia flagitiosi homines saepenumero redundant. nisi parum Homero credis, apud quem Achilles indigne patitur uulgari honorem et laudis ornamenta uirtuti debita indignis tribui. Hac autem querela non solum Achilles usus est, sed multi etiam cottidie iure utuntur, cum passim uideant homines malitiosos uirtutis simulatione nefaria scelera tegentes in luce hominum atque celebritate uersari, eos uero qui uirtute praestant in tenebris et caligine iacere. Neque enim semper, quod tu assumebas, nominis amplitudo ortum habet a uirtute. Immo longe saepius dolis atque fallaciis quam uera uirtutis ratione comparatur.

Est enim posita in iudicio populi qui, propter insitam stultitiam et temeritatem, nequit uera cernere nec inanem speciem dignitatis ab insigni forma uerae dignitatis internoscere. Sic autem fit ut ille uir bonus et integer atque uerae uirtutis amator, cum nihil fingat ad opinionem multitudinis, gloria careat, contra autem uafers et astutus, imperitiae

multitudinis errorem captans, diuinis laudibus efferatur. Quod si nullum est uitium taetrius aut pestilentius eo quod in uirtutis specie latet (aliorum enim perniciem facile prouidendo uitaueris; hoc autem prius importuna clade premit, quam dolum sentire queas) constatque gloriam longe saepius simulatione uirtutis, quam uera uirtute parari, quae tandem causa est cur non fateamur gloriam asingulari genere improbitatis exsistere?

Hoc infinitis exemplis confirmari potest. Videmus enim cottidie audaces et facinorosos fortes existimari, auaros autem et prodigos liberalitatis nomen obtinere et alios item uariis uitioeum cupiditatibus implicatos ut uirtute excellentes omnium sermone celebrari. Facile enim quiuis in tanta populi caecitate uiri boni personam tueri potest et amentis plebis oculos fallaci splendore perstringere. Constantia uero quae potest esse in ea re quae non in nostra potestate consistit, sed tota sita est in amentia populari? Quod enim fretum tantas habet agitationes fluctuum, quantas multitudinis impetus atque dementia? Quae fuit umquam populis in aliqua sententia diuturna permansio? Quem modo singulari genere laudis ornabant, eundem statim lacerant indignissima contumelia et quem antea conuitiis insectabantur, in caelum laudibus extollunt. Eos expellunt a quibus conseruati sunt; illos amplexantur, qui erant reipublicae perniciem machinati. Nihil umquam fuit in illis constans et firmum, nihil quod non uarias mutationes in horas singulas haberet. Saepe itaque unius hominis improbissimo dicto, saepe seditiosi atque turbulenti ciuis ortione et calumnia consuersi populi iis, quos paulo ante eximia laude afficiebant, inferunt infamiam insignem, eosdemque bonis omnibus euertunt. In ista tam mobili populi uoluntate, quam in singulas horas inanissimi rumoris aura commutat, in ista tam praecipiti temeritate tantaque multitudinis amentia, aliquid inesse statuis quod sit grauibus et honetis hominibus expetendum? Quid enim, quaeso, est minus uirtutis grauitati conueniens quam populi

leuissimi plausum aucupari? Quid constantiae magis aduersarium quam ex insipientissimi uulgi temeritate pendere? Quid denique miserius quam in ornamentis insania populi concessis aliquod uitae praesidium constituere, quod quam diuturnum sit praestare non possis? Sunt enim omnes rumusculi perpetuo metuendi illis qui ad gloriae cupiditatem incubunt, cum animaduertunt quam facile temeritate eiusdem populi, qui eam concessit, infringi soleat.

In eo autem quod dixisti sublata gloria, studia uirtutis exstingui, praeclare tu quidem uirtutem exornas, quando statuis eam, nisi cupiditate famae popularis excitata sit, officio fungi non posse. Placetne tibi uirtutis altitudinem atque diuinam constantiam ad auctorem populum referre? Cum enim ita iudicas uirtutem non ipsius honestatis illecebris, sed amore tantum istius inanissimae nobilitatis ad res gerendas excitari, omnem uirtutis dignitatem plebis arbitrio committis. Virtutis igitur genus inducis humile, supplex, ambitiosum, intuens omnes motus populi multitudinisque rumori seruiens, ut praeclaram famam possit aliqua tandem ratione colligere. Qua quidem gloria incendi, nisi uirtutem opinione populi plerumque delirantis incendi? Omnis enim gloriae ratio sita est in consentientis populi praedicatione. Quid igitur ille faciet in deserto loco, quem laudis tantum cupiditas acuit et ad claras actiones suscipiendas inuitat? Necesse et enim ut omnia uirtutis officia deponat, si uerum est quod in oratione tua parum considerate posuisti, restringi uirtutis studium, nisi gloriae facibus inflammetur. Sed tu, dum gloriam falsis laudibus ornare uoluisti, uirtutem ipsam propriis ornamentis spoliasti. Neque enim ullo modo uirtus illa dicenda est, quae fama seruit et officia uitae ad populi opinionem moderatur. Virtus enim seruire non potest, quae sola libera est, nec humana ornamenta requirit, cum diuinis illustrata colluceat. Illa uero exempla quibus usus es, non me ualde moerunt. Nam aut illi imperatores et principes

nihil de sua laude cogitabant, sed amore uirtutis inflammati res illas tantas gerebant aut numquam ullam solidae et expressae uirtutis rationem attigerunt. Iam philosophi qui scripserunt ad ostentationem disciplinae, sunt ualde ridiculi. Nam uitae grauitatem oratione profitentes reipsa sese leuitatius istis dedidere.

Quod si uellem exemplis pugnare, infinitam prope multitudinem proferre possem eorum qui pessimis artibus nobilitati sunt. Vt enim alia genera scelerum praetermittam, quam multi, ut immortale nomen apud suos assequerentur, actiones populares acerrime suscipiendo, patrias euerterunt? Quam multi, cum optimos ciues, multitudinis amentiae resistentes, exterminarent, ut benefici atque salutare amplissimis laudibus affecti sunt? Quam multi postremo, bellis iniustissimis orbem terrarum uexantes, fuerunt hominum opinione in deroum numero collocati? Peruerse igitur faciunt, qui gloriam tamquam aliquod singulare bonum intuentur, cum ea improbissimis quibusque tribuatur et in opinionis leuitate et inconstantia sita sit et scelere saepenumero tunc perfidia comparetur et postremo uirtutem expellendo reipublice firmamenta nefarie labefactet.

Haec mihi in mentem uenerunt quae quidem uideo potuisse fusius explicari. Est enim materies eiusmodi in qua possit totus dies facile consumi. Sed contineo me, partim quia nolo uobis oratione longiore molestus esse, partim quia satis esse dictum puto ad inanitatem gloriae conuincendam.

Quae cum ille dixisset, tum ego: - Vtrumque, inquam, te fefellit, Augustine. Nam et quo longior fuisset oratio tua, eo maiorem nobis uoluptatem attulisset et opinio mea, intimis sensibus insita, non potest adeo breui sermone penitus euelli. Quod si mihi ualde probauisses in claritatis studio esse flagitiorum omnium seminarium, non tamen auderem fateri me tam facile fuisse de sententia deiectum ne fortasse eiusdem leuitatis et

inconstantiae, quam multitudini tribuebas, uituperationem subirem. Si uero rem uberius explanares et argumentorum copia exintimo artificio deprompta mihi uim inferres et quamplurimis exemplis causam apertam faceres, fortsse non puderet me in tuam sententiam descendere. Nunc autem uides quantam ignominiam habeat facilis animi mutatio. Quare mihi gratissimum feceris, credo item et Metello, si de hac quaestione copiosius disputare uoueris. Perficies enim, ut si parum sententia tua mihi probata est, eam quamplurimis rationibus confirmes, si iam probata est ut me saltem non leui certamine fusum, sed acri proelio superatum esse confitear.

Hic Augustinus ridens: - Est certe, inquit, hominis gloriae studentis in omni sermone infamiae metu cruciari. Quare nolo deesse dignitati tuae. Cum enim coniciam sententiam tuam a mea non discrepare, omnes conatus adhibebo ut liberem te isto pudore, qui te uerum fateri uetat. Exordiar igitur, nisi quid aliud nostro Metello uidetur.

- Mihi certe, inquit Metellus, nihil isto sermone iucundius acciderit. Nam et incredibilem uoluptatem ex uestro sermone capiam et in hac tam dubia quaestione, quid magis uerisimile sit argumentis utrimque collatis eliciam. Fac igitur ut oratione tua rei totius uim et naturam inspicere ualeamus.

- Audite igitur, inquit ille, philosophum insignem ex Academiae spatiis uenientem qui uobis aditum ad omnia philosophiae arcana patefaciet.

Hic, post arrisimus, ad hunc modum exorsus est: - In primis, ipsius nominis uis explicanda et ut melius possimus de tota quaestione iudicare. Nemo autem dubitat quin gloria sit in opinione. Idem enim ualet apud Latinos quod apud Graecos $\delta\omicron\zeta\alpha$. Quamuis enim $\delta\omicron\zeta\alpha$ in uniuersum opinionem significet, ita tamen usurpatur interdum ut illam tantum multitudinis opinionem significet quae habetur de dignitate cuiusquam, cum uidelicet maior

hominum pars est in alicuius laude consentiens. Vnde etiam euenit apud Latinos ut opinio pro gloria capiatur, ueluti cum dicimus aliquem esse uirtutis opinione praestantem. Ex ipsa igitur uocabuli sententia iam facile cerni potest quam aliena sit gloria a sapientiae grauitate.

Est enim opinio imbecilla animi assencio, nulla certa rtione munita, sed obscura quadam imagine ueritatis excitata, falsa saepe et incognita pro ueris atque perceptis apprehendens. Sapientia uero in errorem numquam induci potest. Neque enim siue caelestia contempletur, siue terrna despiciat, in quamuis naturae similitudinem, sed in ipsam naturam aciem mentis intendit. Cum autem praecipuum munus illius sit res stabiles et nullo aeuo interituras spectare, ita est caelestium atque diuinarum rerum disciplinis assuefacta ut numquam ad humanarum considerationem descendat, nisi prius omnem circumcidat et amputet inanitatem. Contra opinio, cum sit rebus mortalibus atque fluxis intenta, ex illa consuetudine rerum minime consistentium, quasi quodam aestu circumfertur incerta et in summa rerum omnium ignorance atque temeritate uersatur. Ita igitur fit ut pro pulchris deformia, pro salutaribus perniciosa, pro iucundis acerba frequenter arripiat. Quocirca nihil tam pugnat cum sapientia quam opinioL nempe quaesit inimica constantiae et amica leuitatis. Si autem nihil esse potest clarum et excellens quod constantiae repugnet, qui fieri potest ut gloria lumen aliquod habeat, cum tota sit in opinionis inconstantia atque temeritate sita?

Sed fortasse dices non debere omnia ad illam exactissimam sapientiae normam dirigi, quae negat esse grauis et constantis hominis opinari eosque te magis probare qui multa censent opinione conformanda. Sit ita sane. Nec est enim necesse omnia ad uiuum resecare. Sed qualis erit ea tandem opinio quae probanda est? Ea certe quae non ab imperita multitudine, sed a paucis sapientibus, uniuersa etiam multitudine reclamante, concepta est.

At gloria in existimatione populari atque multitudinis opinione consistit. Quod loquendi consuetudo facile declarat. Non enim gloriae cupidos appellamus eos qui se paucis probari cupiunt, sed qui se totos ad multitudinis arbitrium fingunt et accommodant. Quis enim umquam sese nobilitatis amore ab hominum coetu atque communionem seiunxit? Quin potius omnes qui laudem amant in hominum luce atque celebritate uersari cupiunt et in omnium conspectu res magnas administrare ut eam gloriam assequantur, quam sibi proposuerunt. Ille qui Platonem instar omnium existimabat et, ab omnibus aliis desertus praeter unum Graeciae sapientissimum, non alium auditorem requirebat, non erat studiosus gloriae, sed ueritatis. Contra uero Demosthenes, qui gloriae cupiditate Academiam deseruit, si fuisset a populi corona destitutus, etiam audiente Platone, uerbum nullum fecisset, sed potius animo fractus et maerens, luctu, quod aliquando fecisse traditum est, propemodum contabuisset. Sic est enim humilis atque demissus animus in gloriae cupiditate. Quid philosophi? Nonne satis ostendunt eam in populari praedicatione uersari? Si enim eam paucorum iudicio contineri putassent, numquam ad illius contemptionem tanto studio suos auditores instruxissent.

Hoc igitur sit a nobis principio constitutum eam in publica opinione consistere. Aliter enim Socratem gloriosum appellaremus, Alexandrum uero gloriae contemptorem, quorum alter omnes hominum rumores aucupabatur et, cum magna bella susciperet, imperitorum opinione seruebat; alter multitudinem contemnens non ad populi uoluntatem, sed ad rectam rationem omnia uitae consilia referebat. Est igitur haec uera gloriae definitio: uniuersae multitudinis opinio de alicuius egregia dignitate concepta.

Reliqua deinceps persequamur, nisi prius ea quae a me hactenus dicta sunt refellenda putas.

- Id quidem, inquam, experiar, posteaquam peroraueris. Nunc enim nullo modo committam ut te interpellem, maxime cum haec definitio mihi non omnino displiceat.

- Cum igitur, inquit ille, constet gloriam esse consentientem populi laudem opinione excellentis decoris excitatam, illud intellegendum est talem nos opinionem de rebus expetendis et fugiendis, de laudandis et uituperandis accipere quales sunt ii mores quibus imbuti sumus. Id enim quisque laudabile iudicat quod intuetur, quod amat, quod nimis ardentem appetit. Quanta igitur uarietas et in ultimi boni iudicio, tanta in laudis opinione sit necesse est.

Cum uero tam uarium et multiplex sit hominum ingenium, tamque dispares mores atque dissimiles, accidit ut in studium suum quisque rapiatur et ea laudanda iudicet quae aliis uituperanda uideantur. Quod quidem adeo late patet ut nullum sit tantum flagitium, nullum tam corruptum atque sceleratum studium quod in suo genere laudatore careat. Est enim certum laudis praemium infimis etiam hominibus in ludicris artibus exercendis constitutum. Est et lenae et meretrici sua laus in circumunienda iuuentute et turpitudinis illecebris allicienda. Quae res impulit scriptorem quendam haud inelegantem ut illam perfectam et absolutam meretricis formam, quae cogitatione concipi potest, libro non inuenusto complecteretur. Quem librum, si me audietis, legendo conteretis. Plurimum enim interest ad maximarum artium studia, uidere quam pulchre sint eo opere instructae impurae mulieres ad tendendas fallacias et pecuniam extorquendam.

Hic Metellus ridens: - Bene, inquit, sane fecit, quisquis ille fuit, cum simpleces feminas et huius tam praeclare artis ignaras erudiuit. Qui potuissent enim fallendi disciplinam tenere ni fuissent huius litteris adiutae?

- Quid, inquit Augustinus, est impudentius uanitate? Quid odio maiore dignius quam doli, fraudes, insidiae? Sed uidemus Vlixem Homericum auxilio Palladis celando et mentiendo mentemque ad omnem malitiam et fraudem uersando, diuinis laudibus ornatum fuisse. Numquam certe Homerus Vlixem, quem nobis ad effigiem absolutae sapientiae descripsit, his artibus praeditum induxisset, nisi temporibus illis fuisset summae laudi tributum astute fallere et insidiis callide circumuenire. Quid autem Vlixem admiramur cum etiam Musae apud Hesiodum gloriantur se cum uelint falsa configere et similitudine ueritatis, quos uelint, in fraudem inducere? Sed ad maiora ueniamus. Estne aliquid quod magis contineat ciuilem societatem, diuini numinis metu, iurisiutandique religione atque sanctitate? Nihil sane. Qui igitur iusiurandum uiolat, is non solum in Deum impius, uerum etiam totius humani iuris et communis salutis euersor est existimandus. Attamen apud eundem Homerum legimus fuisse quosdam illustri et clara fama propterea periurium celebratos. Qualis fuit:

Autolycus ille quo non praestantior alter,

ut inquit Homerus,

et fraudare homines et fallere numina diuum.

Et ne parum elegantem eam perfidiae scientiam putaremus, subiungit:

Namque suas illi dederat Cylennius artes.

Neque enim tam praeclara studia sine dei illius ope coli potuissent, qui eo ipsodie quo natus est tam praeclara dedit futuri latrocinii documenta. Namque Apollinis boues abegit et Vulcani instrumenta surripuit aliaque eiusmodi facinora edidit immortalitate dignissima. Fabulae sunt, dicet fortasse aliquis. Fabulae certe, sed ab egregio uate fictae ut uideremus expressam ueritatis imaginem et totius antiquitatis mores et instituta cognosceremus. Is

igitur docet nos illis temporibus neque latrociniis maria et terras infestas reddere, neque insidiis et perfidia generis humani societatem uiolare, neque impia fraude periurioque caeleste numen offendere, infamiam ullam habuisse, sed potius eos qui ea scelere scienter et callide suscepissent magnam fuisse laudem eo artificio consecutos.

Sed, ne fabulis omnia confirmemus, quantam uim habeant leges ad laudem rebus impuris tribuendam ex eo perspicitur quod multa facinora taetra et impie concepta apud quamplurimas nationes honesta et laudabilia putabantur, quod essent legibus praescripta. Assyriis mulieribus antequam fuisset illis ab aliquo peregrino stuprum in luco Veneris oblatum nubere legibus non licebat. In Lydia erat statutum ut mulieres corporis peruulgati quaestu dotem sibi conficerent ita ut quae id facere renuisset, non satis proba neque antiqui moris femina putaretur. Carthaginienses, Rhodii, Galli, Scythae, aliae nationes quamplurimae non satis numen placari posse existimabant, nisi in sacris sollempnibus homines immolarent usque adeo ut multi manu sua filiis uitam eriperent. Qui igitur apud illos aras humano sanguine aspergeret et seipsum parricidio contaminaret, uir religiosus et pius haberetur. Quid hic Massagetas, quid Derbices, quid Hyrcanos et Caspios commemorem, quorum legibus erant ea scelera constituta quae etiam fugiat et reformidet oratio? Haec tamen illi quod essent sancita lege et in more posita, iusta et honesta ducebant. Magnam enim uim habent mores, instituta, disciplinae quod uitae communis exemplis facillime cernitur. Talis enim est, ut paulo ante diximus, de rebus laudandis apud omnes opinio quales sunt ii mores quibus imbuti sunt. Neque enim potest is qui pudorem penitus amisit, honestatis specie commoueri, neque is qui omne studium ad fallendum adhibuit uera simpliciaque laudare, neque ille qui diuturna caedis consuetudine efferatus est humanitate et

clementia delectari. Nemo denique ea probabit umquam quae uidet esse ab institutis suis abhorrentia.

Cum hoc igitur adeo exploratum sit, quae tandem uitae ratio potest illi constare qui omnia ad gloriam dirigit et studia uitae multitudini probare ardentissime cupit? Si genus illud aureum exstaret poetarum monumentis immortalitati consecratum, tum denu illi, qui se totos fingerent ad multitudinis arbitrium, potuissent simul cum gloria splendorem uirtutis adipisci. Cum enim essent uniuersi sapientes, quod nunc paucissimis contingit, nemo poterat multitudini mores suos probare, qui non esset omni uirtute cumulatus.

- Quomodo tandem, inquit Metellus, sine doctrinae studio, quod tunc in illis non erat, sapientiam assecuti sunt?

- Quasi, inquit Augustinus, ullo studio illis opus fuerit qui nulla re, ut uolunt poetae, impediabantur quominus ipsam naturam optimam magistram sequerentur. Aurum autem illud apud poetas nihil aliud significat quam naturales opes uirtutibus atque sapientiae. Quod, ut melius intellegatis, utar illis Hesiodi carminibus, quae a te (me autem appellabat) haud ita pridem conuersa, memoriae mandauit. Sic enim inquit:

*Numine diuino primum est gens aurea terris
edita, Saturnus dum caeli scepra tenebat.
Vt dii uiuebant homines, neque tristibus aegri
curis nec pressi aerumnis duroue labore.
Omne malum cunctis aberat tristisque Senectus
nondum tardabat uires: sed semper eodem
robore firmati stabant uiridique iuuenta:
ducebant choros summa dulcedine laeti.*

Hinc apparet illos homines praesidiis sapientiae circumsaepatos fuisse, nempe qui mentem haberent ab omni perturbatione liberam et solutam et sese ab iis malis quae corporis ualetudinem perturbant et senectutem infirmam et odiosam efficiunt, tutos

conseruarent. Nondum enim ambitio et auaritia rationis arcem occupauerant nec dum corporibus infinitam morborum uim luxuria atque mollities inuexerant. Neque solum in uita uirtutis fructum capiebant, sed etiam aequitate animi incredibili morebantur, quod est consummatae cuiusdam sapientiae. Sequitur enim:

*Non tamen inuiti linquebant lumina uitae,
sed mors, ut grato dulciquesopore quietos,
iam longa uictos aetate amplexa tenebat.*

Cum enim uis omnis abfuisst, neque dum pestilentes aegritudines in humanum genus inuasissent, nemo potest uita excedere praeter fatum praeterque naturam, sed longa atque beata senectute consumptus. Additum deinde est:

*Cuncta illis igitur felicia proueniebant.
Omnia nam tellus, nullo poscente, ferebat.*

Hic non tam est terrae fecunditas quam praestantia moderationis intellegenda. Erant enim diuitiis naturae contenti quae sunt parabiles atque terminatae. Si enim fuissent ardentis cupiditate, numquam opibus illis, quas tellus mediocri diligentia culta large fundit atque munifice, eorum sitis potuisset extinguere, sed in pecunia terra et mari quaerenda, omnibus sese periculis exposuissent. Ergo non immerito cum tantis honestatis et innocentiae laudibus in uita floruissent, post mortem antiquitatis opinione fuerunt in deorum numero repositi. Sic enim ait:

*Sed postquam fatum genus illud funere mersit,
sancti terrarum genii sunt nomine dicti,
humani generis custodes et bona cunctis
numina supplicibus depulsoreque malorum.
Nunc terras lustrant obscuroque aere saepti,
uadunt iusta oculis iniustaque facta uidentes
et ditant castos homines in uota uocati.
Haec concessa illis regalia munra diuis.*

Est plane regium munus et gentis aureae maiestati conueniens munificentia sua miseros homines inopia et egestate leuare, idque non tam opibus terrae uenis efossis quam iisdem sapientiae muneribus quibus est assecuta diuinitatem. Hoc enim arbitror Hesiodum significare uoluisse cum illos diuitias cultoribus suis elargiri affirmat.

Sed, ut ad propositum redeamus, si genus illud aureum in uita permaneret, nec esset maiore ex parte sepultum, tum fortasse qui omnia officia multitudinis iudicio conformaret, facile posset egregios fructus honestatis percipere. Sed uidetis quanta sit huius auri diuini penuria? Socrates, apud Platonem, in illa ciuitate quam finxit omnibus opibus florentem atque beatam, ex huius aureae nationis stirpe principes statuit. Cum enim uinuersam ciuitatem in tres partes diuisisset, aliis enim reipublicae gubernacula tradidit; alios ad urbis custodiam armis instruxit; alios postremo uoluit uel terram colere uel in arte quapiam fabrii exerceri. Cum igitur hoc modo ciuitatem distribuisset, principum ordinem aureum appellauit, militum uero argenteum, agricolarum autem et opificum aeneum atque ferreum. Vult itaque principes excellere praestantia sapientiae, milites autem robore animi, infimorum autem hominum aetatem in pecuniae studio consumi.

Sic enim intellegit illam auri, argenti et aeris differentiam. In illa autem ciuitate, quam uir sapientissimus ut absolutam formam beatissimi populi descripsit, fatetur multis partibus plures cuiuscumque generis opifices quam optimates et principes, hoc est, sapientes, futuros. Ergo illic erant plures inueniendi qui diuitias atque uoluptates, quam qui ueram uirtutem amarent. Quod si in illa republica cogitatione Platonis informata, pauci futuri erant honestatis appetentes prae multitudine hominum ferrea, hoc est, flagitiosa, quid dicendum est in tanta et tam insanabili omnium gentium cupiditate tamque praecipiti

amentia populorum? An parum liquet quam uere idem uates, cuius testimonio paulo superius usus sum, perditos ferreae gentis mores insectetur?

Nullum, ait, iuris aut religionis uestigium in terris apparere, nullum esse inter hospites hospitii foedus, nullam inter fratres atque propinquos beneuolentiam, nullam inter amicos officii et amicitiae sanctitatem. Deinde filios, ait, contumelia parentes suos natu grandes afficere, nec ullo deorum metu ab hac tanta sceleris immanitate reuocari. Tum conqueritur nullam omnino laudem tribui neque religioni, neque iustitiae, neque probitati et eos qui ciues suos iniuriis et maledictis uexant, summopere laudari. Postremo pudorem asserit e terris exterminatum esse, Nemesim in exilium pulsam, Iustitiam humanis sceleribus infensam hominum coetus deseruisse et in caelum euolasse.

Sed quorsum attinet poetarum sententiis uti cum infinitis exemplis intellegamus nihil posse fingi multitudine turbulentus, nihil amentius, nihil in omni genere perniciosius? Quotus enim quisque est in populo qui sapientiam diuitiis, honestatem uoluptatibus anteponat? Contra uero omnes sunt ardentes cupiditate, nihil recta ratione moderantes, sed omnia effrenata libidine atque nefaria uoluptate metientes. Caeco animi impetu salutaria declinant, pestifera atque perniciosa consectantur. Eadem caecitate mentis impediti nomina rerum immutat; simplices et apertos homines stultos appellant. Vnde etiam illud inueterauit apud Graecos ut εὐηθεια, quae proprie significat ingenuam bonitatem, optime sentientem, stultitiam significaret et nomen, quod erat laudis proprium, contumeliae seruiret. Contra uero malitiosi et fronte scelus occultantes ut uiri prudentia clari, sermone omnium celebrantur. Temeritati et audaciae fortitudinis nomen imponunt, prudentiae uero et moderationi timiditatis. Legibus obtemperare imbecilli animi esse statuunt, uiribus uincere gloriosum. Frugales auaritiae nomine uituperant, prodigos autem magnificentiae laudibus

exornant. Atque postremo in omni fenere uirtutes deserunt, uitia persequuntur a studio honestatis abhorrentes et indomitis cupiditatibus inflammati in summa opinionum inconstantia et inanitate uersantur. Sunt in rebus afflictis humiles, in secundis elati, in discrimine armorum timidi, in pace et otio praesidentes, in inopia supplices, opibus autem affluentes ingrati. In periculis enim constituti optimorum auxilium implorant, timore autem liberati eosdem e patriae finibus expellunt. Est namque uulgi proprium omnem uirtutis excellentiam odio habere eamque ut libidini populi nimis aduersariam de medio tollendam putare.

Hinc illud scelestissimum facinus Ephesiorum natum est qui, cum Hermodorum eicerent e ciuitate, non aliam causam attulerunt nisi quod uirtutis industria nimium inter omnes excelleret. Hinc etiam exstitit ostracismus ille, sic enim appellabatur illud exilii genus Athenis et Argis incredibili ciuium scelere constitutum. Quid enim aliud fuit in Aristide, quod offenderet populi uoluntatem, nisi admitabilis quaedam iustitiae et integritatis opinio? Quid Cimonem et Themistoclem e patria eiecit, nisi res memorabiles in rebus bellicis effectae? Quid aliud eosdem Athenienses induxit ut exilio aut morte uiros excellentes afficerent, nisi quod cernerent in illis singulare quoddam lumen uirtutis elucere? Sed Athenas omittamus hoc infando scelere nimis infames atque detestabiles.

Quid Hermocratem Syracusis exterminauit, nisi facinus illud maximum atque pulcherrimum quo florentissimas Atheniensium opes attribuit et patriam obsidione liberauit? Quid Dionem nondum preclaro illo munere perfunctum, cum adhuc tyranii, quorum iugum a ceruice patriae depulerat, arcem tenerent, expulit eundemque, patriae libertate constituta, uita priuauit, nisi egregii illius muneris inuidia? Quid hic referam Camillum, Coriolanum, Rutilium, Metellum atque Ciceronem et alios innumerabiles

singulari industria praestantes, quibus propter excellentem uirtutis opinionem aqua et igni interdictum fuit? Infinitum esset si uellem persequi quam fuerit semper uulgi temeritas optimis uiris infesta. Nescio enim quo modo semper homines animo magno splendidoque ingenio praediti populo suspeci et inuisi fuere. Quamuis igitur, necessitate compulsa, multitudo omnes imperii opes ad egregios uiros deferat, ubi primum eorum uirtute fuerit singulare aliquod beneficium consecuta, exstinguit continuo beneficii memoriam inuidiae magnitudo; et ita fit ut eos, quorum opera et consilio patriam atque fortunas retinet, et patria et fortunis omnibus extrudat et illis pestem inferat a quibus conseruata est. Cum igitur constet omnem populum esse amentem et ingratum, negariisque sceleribus astrictum, quid tandem laudare poterit quod sit a uera uirtute et honestate profectum?

Hic ego interpellans: - O hominem, inquam, minime popularem! Sic enim acriter in causam plebis inuectus es ut ualde uerendum sit ne quid hinc emanet, quod in te plebis animos accendat. Quantum enim uideo, sic uniuersum populum improbitatis et amentiae condemnas ut neminem a tanto numero excipias.

- Neminem certe, inquit ille. Non tamen uellem existimes me tam censu et facultatibus quam uirtute et industria summos uiros a uulgo secernere. Is enim sum qui omnes homines ingenio praestantes et animi sui motus rectae rationis imperio sedantes et omnem curam et cogitationem ad communem utilitatem conferentes, quamuis inopes sint et obscuris parentibus orti, in principum numero habendos censeam. Contra uero qui hebeti ingenio sunt et, languori desidiaequae dediti, improbis cupiditatibus obtemperant et, publicam salutem neglegentes, omnia referunt ad suam utilitatem, quamuis in amplissima familia nati sint et res magnas administrent, plebeios existimo. Non enim quantas opes habeant considerandum est, sed quantis digni sint. An tu illos principes et optimates

appellandos existimes qui libidini seruiunt et potentia abutuntur ad miserorum hominum calamitatem, patrimoniumque suum contra ius et fas amplificando et plebi grauissimas iniurias inferendo patriae statum nefarie labefactant? Si enim uetera memoria repetamus, intellegemus profecto hoc fuisse plerumque in omni republica paucis propositum ut paulatim omnes possessionibus suis iniuria pellerent et in omnium fortunis impune dominarentur. Cum autem ipsi soli omnia possiderent, plebs omnibus bonis spoliata esset, nihil mali cogitari potest quod non esset in populi calamitate. Fit enim plerumque ut amplissimam pecuniam insolentia atque fastidium, egestatem uero praeceps audacia consequatur. Ita igitur euenit ut et opulenti superbe imperando et egentes in nobilium fortunas impetum faciendo, utrimque patriam turbulenta seditione conuellant. Ergo cum omnis populis in principes et plebem infimam distributus sit et utraque pars magnis sceleribus inquinata et hostili odio imbuta semper in alterius perniciem incitetur quid tamen boni erit ab uniuerso sperandum? Est enim in plebe temeritas, furor, audacia cum incredibili studio nouitatis, in iis autem qui principes appellantur superbia, immanitas, auaritia cum immoderata dominandi cupiditate coniuncta. Quibus utiis omnia tandem concidant opus est.

Illud autem magno argumento est nullum esse tam improbum facinus quod non auctore et approbatore populo concipi possit, quod cottidie uidemus eos qui publicum otium importunitate sua perturbant et omnia diuina et humana iura uiolant ut uiros fortes et patriae studiosos mirificis laudibus extolli. Quid enim persequar ea scelera quae in turba et seditione ciuili cum magna laude concipiuntur? Quid autem postquam discordia, sanguine imbuta, ciuium animos diuturna caedis consuetudine reddit immanes et efferatos? Neque enim solum laudantur aere alieno oppressi cum suis creditoribus necem afferunt, uereum etiam qui propinquos et amicos interimunt. Nullam enim apud eos uim unc habet naturae

lex, nullam possidet religionem sanguinis communio, nullam sanctitatem retinet amicitia, sed potius omnia gentium iura inaudito scelere et audacia uiolantur. Qui autem plura facinora immanitatis ediderint et audacius fidem iureiurando firmatam fefellerint astutiusque aduersarios, nihil hostile propter fidem interpositam metuentes, insidiis oppresserint, amplioribus laudibus afficiuntur. Neque enim malitia ullum dedecus illis imprimit; immo res alias ab illis gestas exornat. Inde fit ut plerique malint homines se in improbitate callidos, quam in innocentia parum astutos existimari. In nomine enim simplicis bonitatis erubescunt et in fama malitiosae peruersitatis insolenter efferuntur.

Ac utinam uetera tantum exempla quae a Graecis et Latinis accepimus in medium adducere licuisset. Sed recens memoria tam multa nobis suppeditat ut antiqua reticenda uideantur. Quod enim, ut de hac potissimum regione loquamur, mali fingi potest quod Italia in iis seditionibus longinquitate temporis inueteratis non uiderit? Multi enim fuere qui fratres atque propinquos necarent, qui templa religiosissime culta ciuium caede funestarent arasque sanctissimas sanguine suorum aspergerent. Multos etiam legimus contra fidem interpositam aut fame aut inaudito supplicio a ciuibus suis interfectos. Omnia denique facinora suscipi uidemus quae semper in omni aetate a multitudine furenti suspecta sunt, quae pestem et exitium rebus omnibus inferre solent. Quae enim gens est quae non huiusmodi sceleribus diuulsa funditus interierit?

Cum itaque omnia magna imperia uel externis bellis uel intestina seditione corruerint, longe plures fuerunt ciuili discordia quam hostium armis excisa. Hic populorum furor Atheniensium imperium deleuit. Hic Spartam et Thebas attriuit. Hic Romam et omnes denique nationes imperio florentes exstinxit. Videtis hanc discordiae flammam inter Christianos principes excitatam, quae non solum miseris Pannoniae reliquiis, sed

Germaniae, Galliis, Italiae, Hispaniae, toti denique Europae deflagratinem minatur quantum terrorem omnibus incutiat? At hoc tantum malum, tam nefarium et crudele bellum, tantum Christianae reipublicae periculum scimus esse multitudinis scelere et amentia conflatum. Populares enim furiae eas faces in Christianam rempublicam immisere. Quod nisi Christus, Optimus Maximus, numine suo tantum incendium restinxerit, omnia conflagrabit.

Cum enim singulae ciuitates Italiae sint in duas partes, iam inde a Frederici Secundi temporibus, diuisae et inter se hostili odio dissidentes, fit saepenumero ut qui uiribus inferiores sunt, dum aduersarios ulcisci possint, nullo modo recusent exterarum gentium dominatum. Tantaque est hominum dementia ut cum patriam aliarum nationum imperio atque libidini prodiderint, existiment suam dignitatem esse praeclarissime constitutam. Omne namque dignitatis ornamentum ponunt in ciuibus alterius factionis euertendis. Haec Italiae cruenta seditio populos incitauit ut, primum Germanos, deinde Gallos, postremo Hispanos, ad Italiae dominationem euocarent et florentissimae orbis parti uastitatem et exitium inferrent et odium tandem inter duos summos principes excitarent, qui, de Italiae possessione dimicantes, usque eo progressi sunt ut eorum contentio, si diu uixerint, caedem ingentem et Christiani nominis interitum moliri uideatur. Hostes enim nostri satis acres atque parati ad nostram perniciem accedunt, magis amentiae nostrae quam uiribus suis confidentes. Nunc igitur magna belli contentione Pannoniae reliquias aggressi, haud mediocrem cladem gentibus illis intulerint et bonam Pannoniae partem ferro et flamma populati sunt. Qui nisi diuini numine, ut spero, fuerint repressi, in quamcumque regionem armorum impetum pertulerint, omnia delebunt.

Christus Optimus Maximus, qui summa caeli templa diuina maiestati complet, populo Christiano, quem sanguine suo in lucem et libertatem uidicauit, clementer ignoscat,

eumque ab ista malorum tempestate defendat, iramque suam in hostes sui nominis aliquando couertat. Diuina siquidem ope diuinoque consilio opus est ad tantam pestem arcendam, quando humano consilio depelli non potest.

Confido equidem fore ut haec mala impetu furentis multitudinis excitata fortissimus imperator Quintus Caesar, confirmatus Christi auxilio, propulset. Periculi tamen quod nobis intenditur magnitudo, nullis uerbis explicari potest. Causa uero huius impendentis mali non aliunde quam a furore partium nata et. Ipsae enim non contentae caede et sanguine ciuium quo saepenumero leuissimis de causis urbes replebant, complures etiam reges ad discordiam sollicitauerunt et omnia periclitati sunt, quo tandem non modo patriam perderent, sed uniuersam Christianam rempublicam in externum discrimen adducerent. Nunc igitur quemadmodum praeclari artifices operibus suis delectantur, ita uidemus huius tanti sceleris principes enim solum exules et aere alieno oppressos qui nisi patria extincta se incolumitatem retinere non posse credunt; sed alios etiam uidemus, quibus licuisset otio honesto frui, ex hoc tanto ruinae periculo capere uoluptatem. Nunc enim spem concipiunt fore ut aduersarios ulciscantur, ut impune latrocinentur, ut opes suas per summum scelus amplificent. Sic autem stulti sunt ut non intellegant fieri non posse ut in uniuersae reipublicae ruina salutem suam incolumen a communi calamitate conseruent. Quod minime mirandum est. Numquam enim fuit consilium in populo, numquam certa et constans uitae ratio, sed immanis audacia atque temeritas omni flagitiorum generi copulata.

4.2. Tradução

Sobre a Glória, do lusitano Jerônimo Osório

*A João III, rei de Portugal*⁶

Livro Primeiro

Muitas são as coisas, ó rei invencível, que têm grande poder, quer para estabelecer retamente a vida dos homens, quer para revolvê-la por completo. Assim, nada há que valha tanto para uma e outra parte, quanto um certo ardente desejo de louvor e fama. Com efeito, em primeiro lugar, isto torna-se inteiramente claro, a tal ponto que não há ninguém nem dotado de tão grande humanidade, nem tão rústico e desumano, nem insigne por tantas honras, nem tão obscuro e desconhecido, nem honrado de tantos ornamentos de virtude, nem tão inteiramente coberto de muitos fracassos, que não se consuma por um certo infinito desejo de glória. Pois isto está de tal forma gravado no senso comum que não pode ser subvertido pela força da razão, nem ser mudado por nenhuma lei ou costume, ou reprimido e coibido por medo algum. Por fim, isto é evidente a ponto de não permitir que retenha o espírito em nenhum lugar, mas sempre inflamado toma-o e arrebatá-o, para a cada dia perseguir as coisas maiores e mais elevadas com um zelo ardente. Deste movimento do espírito, contudo, provêm as ilustríssimas virtudes, e também dele (provêm) os mais hediondos vícios⁷. Na verdade, ele aumenta o zelo, e desperta os espíritos para as coisas que devem ser realizadas com vivacidade e coragem: assim, como realmente impele uns a conservar o direito da sociedade humana e a servir a pátria com benefícios imortais, impele outros a impiamente criar leis e destruir a república.

⁶ Epístola de Jerônimo Osório ao Poderosíssimo rei de Portugal, João III (M 1549).

⁷ A mais hedionda vida (1578-P; 1578-I).

Na verdade, para que eu recorde fatos mais antigos, aqueles primeiros fundadores das cidades, aqueles que conduziram a um único lugar os homens dispersos nas selvas como animais, e chamaram-nos para uma aliança de vida civil, todos eles, o que consta das histórias, foram movidos por um ardente desejo de glória a aplicarem-se a tão preclara tarefa. Que dizer daqueles que levaram as suas cidades à suprema grandeza com ótimas leis e institutos? Que dizer dos que, pela pátria, expuseram a sua cabeça a um supremo perigo de vida? Que dizer daqueles que ornaram os seus cidadãos com o ensino das mais nobres artes? Por acaso ignora-se que não há ninguém que se tenha aplicado sem grande esperança de louvor quer para conciliar os homens entre si por obra da justiça, quer para defender a república com virtude e diligência, ou para ilustrá-la com as riquezas⁸ do seu talento? Por outro lado, entretanto, aqueles que destruíram suas pátrias, ou as arruinaram com o crime e com a loucura, foram todos eles compelidos pelo desejo de glória a tão funesto e horrível crime.

Porém, as várias desventuras de uma única cidade fornecem-nos infinitos exemplos de uma e outra coisa. Na verdade, se quisermos investigar, por quem Roma fora um dia fundada, e extensamente propagado o seu império, se começarmos por Rômulo, e enumerarmos ininterruptamente até seus últimos dias aquela série de homens ilustres do império que florescia, compreenderemos que foram todos cobiçosos sobretudo de louvor e de glória, a ponto de, para obtê-la, não terem fugido de nenhum trabalho, nem recusado um perigo de vida. Se de novo observarmos a natureza desses romanos, que agitaram o império romano com um crime supremo, ou ao menos pensaram na sua destruição e ruína, descobriremos que todos eles se entregaram de forma espantosa ao desejo de glória.

⁸ Com a graça do talento (M2 1549).

Entretanto, é lícito compreender não apenas nos anais de uma única cidade, nem apenas numa única lembrança dos homens, mas em todas as nações e em qualquer tempo que não há nenhum terrível crime, nenhuma ação ímpia, nenhuma seita perniciosa, nenhum movimento inquieto da república, que não tenha nascido do cobiça da glória.

Assim, não injustamente os homens eminentes pela sabedoria, como percebessem que muitíssimos bens e infinitos males proviessem desse cobiça inata de louvor, como que divididos em várias partes por uma opinião duvidosa, consideravam a juventude ora para exortá-la ao zelo da suma glória, ora para dela afastá-la como de um grande flagelo de virtude e da firmeza de caráter. Por que hei de recordar aqui as inscrições das Sagradas Escrituras? Na verdade não se pode esclarecer quão freqüentemente, com quão grande força do discurso nos incitam ao supremo zelo de um nome imortal. Mas, por outro lado, nelas nada há castigado por tão terrível pena para que alguém ambicione as honras, cobice o poder, seja arrebatado pelo desejo de louvor, de tal forma que todo o fundamento de piedade cristã consista no desprezo da glória. Por que isso? Para que haja tão grande discordância nas infelicidades humanas, ou nos escritos dos homens doutos, acaso isto deve ainda ser atribuído à ordem celeste, para que, imbuídos daquele preceito, não possamos narrar se a glória não deve ser por nós perseguida, ou, antes, repelida por uma suprema contenção do espírito? Mas sem dúvida nada há marcado e gravado a fogo em nossos espíritos, em que não sejamos capazes de reconhecer o divino benefício: contudo, por nossa loucura⁹, usando de forma perversa aqueles princípios da natureza, que nos são concedidos para a salvação, precipitamo-nos à destruição. Na verdade, a ira, o desejo, a esperança¹⁰, o medo, a dor, o prazer e demais sentimentos do mesmo gênero, pelos quais percebemos que

⁹ Por nosso infortúnio e pasmo (M1).

nossos espíritos são inflamados ou apaziguados, impelidos ou expostos ou reprimidos ou movidos e agitados de algum modo, todos nos foram dados para que, afastando as coisas prejudiciais e aceitando as benéficas, conservemos o que foi assentado pela natureza; na verdade, nós quase sempre aplicamos todas estas coisas para a depravação e destruição da vida. Entretanto, aquelas são as maiores e mais ilustres que recebemos, tanto mais que somos levados aos maiores males pelo seu mau uso.

De fato, Deus nos concedeu generosamente a razão a fim de que por ela nos diferenciemos, sobretudo, dos animais e nos aproximemos mais da natureza divina: nós, porém, voltando para aqui e para ali a nossa mesma mente, concebemos crimes tais que às vezes chegamos a ponto de superar os animais pela crueldade. Temos ainda, por natureza, os espíritos imbuídos de sentimento religioso, pelo qual, animados àquela natureza superior e reconhecendo a partir de suas obras a divina força que atende ao gênero humano, o veneramos pelo castíssimo e pleníssimo culto da piedade. Mas isto se deu de tal modo pela loucura dos homens para que a superstição, contaminada por todo tipo de crime, fosse levada por aquele sentido da natureza, (superstição) que, difundida por todas as nações, por muitos séculos oprimiria os espíritos e manteria os mortais confusos e endurecidos por infinitas misérias. Para não buscar mais coisas, para nós, portanto, nada há inato na natureza que não exista ou para a conservação do corpo ou para um adequadíssimo cultivo do espírito, mas a maior parte do tempo abusamos das graças divinas para nosso fim e vergonha. Daí deduz-se que de modo algum se deve censurar o zelo do louvor, visto que ele nos seja inato, mas sim a ostentação e a inconstância dos homens que se afastam

¹⁰ Termo omitido em 1549.

completamente da verdadeira virtude e corrompem a razão¹¹ da vida com as mais levianas¹² opiniões. De fato, aquele Supremo Senhor não implantou esse desejo nas mentes de todos por acaso, mas para que, com admirável prudência e empenho, impelidos à honestidade, da qual todo louvor se origina, aspiremos com mais ardor àqueles bens. Contudo, os homens desacreditados pelos fracassos, como, privados da riqueza da verdadeira dignidade, todavia, cobicem essa dignidade e ignorem completamente o seu caminho, procurando-a nas coisas mais levianas, acolhem para si uma grande desonra e a maior parte do tempo imaginam a destruição e a ruína da pátria. Por conseguinte, os homens sábios recomendam execrar este tipo vão de glória, funesto e mortífero, que traz em si a sementeira de todos os males; somos afastados pela palavra de Cristo, Ótimo Máximo, do seu contágio pestilento; não daquilo que, desprezando a loucura do povo, brilha no princípio da verdadeira virtude.

Como muitas vezes revolvesse estas coisas em meu próprio espírito, comecei a calcular como eu arrancaria dos espíritos de algumas pessoas o erro implantado em muitos e passaria da inconstância ao zelo da verdadeira glória os nossos cidadãos, nos quais, por natureza, há um sublime desejo inato de louvor. E assim como nos livros *Da Nobreza*, que escrevi para o vosso irmão Luís, príncipe muito ornado de todas as virtudes, esforcei-me por distinguir a natureza falsa e enganadora da verdadeira, assim nestes livros esforço-me por separar o leviano e efêmero do verdadeiro e estável louvor e para advertir a todos, de que há uma certa aspiração da mente para a glória, que se apliquem de todo o coração ao cultivo da piedade e da religião. Na verdade, de outro modo nunca poderão de forma alguma alcançar aquilo que desejam.

¹¹ Toda a razão (M 1549).

¹² As mais insensatas opiniões (1576-B).

Contudo, para fazê-lo de forma mais conveniente, imaginei compreender nestes livros aquelas coisas que um dia versaram sobre a glória e a dignidade, num certo discurso por mim proferido com alguns homens muito amigos, quando estive em Bolonha. Neste discurso são apresentadas muitas coisas que mais facilmente revelarão a força e o motivo de toda a glória.

No entanto, decidi dedicar-vos estes diálogos, em parte para que eu verdadeiramente manifestasse junto a vós o meu espírito por aquele diminuto dever do engenho, mas, seguramente, não por um diminuto amor filial para convosco; em parte para que, fortificado pela grandeza e autoridade do vosso nome, mais facilmente eu afastasse todos os impulsos dos repreensores. Acontece que nada me parecia mais conveniente do que consagrar os livros que escrevi sobre a glória àquele príncipe, que é notabilíssimo pela glória das maiores virtudes. De fato, vós não sois tal que vos sujeiteis à inconstância, de quem se conte o gosto pela aprovação do povo, a quem a ambição possa mesquinhamente reter e tirar uma pessoa afastada do reto caminho, mas que disponhais as deliberações da vida para uma norma exatíssima da vida, e meçais todas as vossas ações por um padrão da verdadeira virtude e do perfeito dever. No entanto, embora sejais príncipe com todo o merecimento, deveis ainda admirado antes de tudo pelo louvor da religião e da santidade. De fato, quem algum dia usou de maior diligência na construção dos sagrados templos, na realização ritual das coisas divinas, na punição dos crimes dos homens ímpios, na propagação do nome de Cristo? Na verdade é obra vossa que as inumeráveis nações da Ásia, pela pátria superstição rejeitada e pelas antigas e arraigadas instituições inteiramente abandonadas, tenham se voltado para Cristo com um zelo ardente. Por conseguinte, não é

de admirar que sejais rico de louvores de outras virtudes¹³, uma vez que, com muita diligência, tendes abraçado apenas a esta, da qual se originam todas as outras. Vós conservais a república salva de toda a destruição com um apoio de rara justiça; venceis os debilitados costumes da pátria com o rigor da ordem; cuidais de instruir a Lusitânia, outrora ignorante das belas-artes, em todas as disciplinas¹⁴; acontece que, pela vossa rara sabedoria na pública ruína da Nação Cristã,¹⁵ instaurada entre os príncipes cristãos, apenas a Lusitânia gozará da paz suprema¹⁶. No entanto, entre vossos louvores um é o mais ilustre de todos, porque Cristo vos protege com o seu poder, imperturbável ele vos favorece, por vós empreende uma luta, o que várias vezes foi anunciado até pelo testemunho dos inimigos, depois daquele terceiro ano na Índia ou em outras partes. De fato, o poder de Cristo rechaçou os impulsos dos inimigos que, com uma guarda celeste sustentou os nossos na suprema penúria e necessidade de todos os bens, destruiu o maior e mais fortíssimo exército, insuflado pelo poder e pelas riquezas de Solimão, entre os Turcos, e outras nações belicosas, e, para não dizer mais nada, com o recente exemplo da mais ilustre ação, renovou a memória das vitórias, que outrora foram concedidas por inspiração divina a Abraão, Gedeão, Davi e outros santíssimos varões. Por conseguinte, em tão grandes feitos, conseguistes isto que, ainda que nada façais por causa da glória¹⁷, estais cumulado de uma glória incrível junto a todos os povos. Na verdade, com os exemplos de vossa rara probidade ensinastes a demonstrar não a desmedida ambição, nem a desenfreada vontade de dominar, nem o infinito desejo de dinheiro, mas a justiça, a igualdade, a mansidão, a

¹³ De todas as outras virtudes (M 1549).

¹⁴ Cuidas da Lusitânia outrora ignorante das riquezas de todas as ordens (M1).

¹⁵ Na pública ruína da guerra (M1).

¹⁶ Da mais tranqüila paz (M1).

¹⁷ Por causa da glória popular (M1549).

beneficiência¹⁸, a religião e a glória imortal. Por essa razão, usufrui desse tão grande bem: contemplai sempre a Cristo, autor da vossa glória; tornai firme todos os vossos cuidados na salvação do Estado e aspirai, como fazeis, à eterna e divina glória¹⁹.

Mas o tempo já nos aconselha a chegarmos à continuação do nosso discurso, que eu gostaria que acolhesseis com clemência pela vossa prestimosa bondade.

Portanto, visto que eu me dirigisse à Itália para aperfeiçoar o meu talento²⁰ e compreendesse pelo discurso de muitos que então nenhuma cidade da Itália poderia ser comparada com Bolonha pela glória das letras, escolhi-a sobretudo para depois de longo intervalo retomar os estudos atrapalhados por uma perturbação de minha vida. De fato, depois que nela me estabeleci, reconheço que nesta mesma situação fui aconselhado por todos aqueles que eu honrosamente seguira. Na verdade, essa é a cidade que não só brilha nas riquezas, mas que ainda se exercita em todas as disciplinas das grandes artes, além disso bastante instruída pela educação do povo e pela riqueza de todos os recursos necessários aos estudos das letras²¹. Ali brilhavam muitos bastante versados nos ensinamentos gregos e latinos, muitos que se superavam em todo tipo de filosofia, muitos, enfim, notáveis pela capacidade oratória e versados com sumo louvor em qualquer doutrina liberal. O que direi do estudo de um e outro direito, visto que é evidente para todos que os jurisconsultos bolonhenses, que se aplainaram a esta importantíssima disciplina, que mostraram sempre um admirável brilho de vivacidade e sabedoria? Logo não deve parecer admirável que, comovidos por tão grande fama do lugar, os bem formados adolescentes

¹⁸ A beneficiência, e, por fim, a religião... (M1).

¹⁹ Divina glória com toda a paixão do espírito (M 1549).

²⁰ Por causa da doutrina (M1).

²¹ De todo longínquo ruído das armas (M1); da força de todas as coisas (M2 e 1549).

acorreram de toda parte a Bolonha para aperfeiçoar o espirito nas mais ilustres disciplinas, já que ali parece estabelecer-se um eminente domicílio de erudição e sabedoria.

Aí, portanto, visto que eu pensasse colocar todo o meu esforço e aplicação nas letras, antes julguei que nada deveria ser feito por mim além de aplicar-me à amizade daqueles que eram notabilíssimos pelo caráter e pela instrução, para que, com sua ajuda e conselho, eu estabelecesse o caminho pelo qual chegaria mais rápido e favoravelmente. E isso, na verdade, foi-me fácil. De fato, segundo o costume de muitos lugares aprendi que a elegância da doutrina nunca se afasta do louvor da educação, mas, ao contrário, a suavidade do engenho uniu-se sempre a todos os cultos das letras numa incrível aliança de amor. Isto acontece ou porque quase ninguém, a não ser que seja de natureza doce e clemente e alheio a qualquer movimento de crueldade, pode observar a excelente beleza da doutrina e ser estimulado ao seu desejo - sendo assim, acontece que pouquíssimos doutos vivem com preceitos rudes, porque pouquíssimos dotados de engenho rude são incitados ao estudo da doutrina -; ou porque existe uma força tão grande nas belas-artes e disciplinas para que uma certa natureza doce e branda seja facilmente refletida em suas riquezas e cultivada para o interesse de toda a educação. Na verdade, ele²² brilhantemente confirma que os estudos se refletem nos costumes. Tanto mais que alguém que seja muito instruído nas disciplinas liberais, mais notável é, sobretudo em qualquer gênero de doçura e afabilidade. Daí que se levou, não sem razão, o nome de humanidade ao conhecimento das belas-artes.

Ali, então, como eu muito afetuosamente observasse os homens, especialmente doutos, eles, muito plenamente, expunham o seu reconhecimento, restituindo-me

²² Ovídio (M 1549).

semelhante benevolência. Eu tinha grande amizade com Rômulo Amaseu, homem admirável no falar, e notabilíssimo em qualquer diversidade de estudo. Além disso, eu observava Aquiles Bóquio, que brilhava pelo louvor dos ornamentos da ordem eqüestre e por sua singular erudição. Ouvia também com prazer Luís Buccaferro, sem dúvida o primeiro dentre todos os Peripatéticos, e considerava muitos outros ainda dentre os doutos, ligados por um estreitíssimo convívio. Mas, estavam eles carregados de tantos cuidados públicos e domésticos que por razão alguma poderiam ser afastados dos meus afazeres, e, da mesma forma, assistir às minhas longuíssimas conversações e às dos meus pares.

Embora eu fosse com freqüência até eles quer para saudá-los, quer para interrogá-los, se algum passo se tornasse difícil de explicar para mim que lia muitas coisas, entretanto, nunca pretendi causar moléstia alguma aos homens que não só me precediam pela idade mais avançada como eram ainda muito ocupados, e afastá-los de suas pesadíssimas ocupações por algum tempo com um discurso prolixo. Por conseguinte, guardava as discussões mais longas para as conversações dos meus pares, com quem eu estava com freqüência, e estreitei amizade com dois destes, sobretudo insignes pelo amor e zelo que vem de toda a nobreza. Um era Antônio Agostinho Cesaraugustano²³, a quem eu muito estimava por causa de seus modos agradabilíssimos e da erudição multifacetada; o outro era João Metelo Sequano, homem dotado de rara modéstia, com quem vivi por muito tempo e intimamente. Um e outro, entretanto, cultivava o direito civil, e ilustrava com uito brilho oratório as questões ambíguas de direito, a cujo estudo se aplicavam, com outras ilustres artes. E, de fato, não eram do número destes os que, com muito discernimento, decidiam que se deve temer que não se considerem as belas-letas como se fossem danosas

²³ Antônio Agostinho, nascido na Hispânia Tarracinense (M 1549).

ao estudo do direito, mas, antes, acreditavam que nunca se pode chegar àquela grandiosíssima capacidade de legislar e de governar o Estado, a não ser que os cidadãos fossem antes de tudo versados em toda doutrina digna de reputação .

Por outro lado, visto que estivéssemos juntos numa certa casa de campo, para a qual Agostinho nos convidara, após outras conveersas de uma e de outra parte, como acontece, proferidas sobre muitas coisas, preparei este diálogo.

- Ainda que visse que aquela oportunidade, que desejava sobremaneira, fora-me apresentada por graça divina, que eu seja muito digno de reprovação se não colher os seus frutos, que facilmente preferirei, pela amenidade deste lugar, aos frutos de todas as casas de campo. Na verdade, depois que viestes a Florença, nunca me foi possível buscar saber por acaso quantas coisas existem naqueles volumes de compilações gerais, que muito bem conheceis, a partir daquelas coisas que vulgarmente são veiculadas pela discórdia e para que não espereis muito para trazerdes um grande auxílio aos estudiosos. De fato, eu me inflamo com um incrível desejo de ouvir e, ao mesmo tempo, concebo a esperança de que um dia haverá de existir, a fim de, com a vossa condução, investigar até o fim a sabedoria dos homens mais ilustres encerrada naqueles livros.

Então, diz Metelo, sorrindo: - O que tu pretendes para desejares conhecer os segredos do direito civil, visto que há muito nos deixaste e desprezaste por completo toda esta instrução? De fato, assim como não levaram à perdição os direitos daquela cidade que, mais que por um desastre, deveriam ser repartidos com aqueles que se refugiaram no meio dos inimigos, assim declaro que não deve ser mais cuidadosamente investigado por ti para estes nossos estudos que abandonaste. Se te voltaste para nós e, como aquele que voltou à pátria, recuperaste os antigos direitos, então talvez te admitamos nos mistérios da instrução

civil. De outro modo não te afastaremos com estes editos, mas com as armas, a fim de repelir dos termos desta ciência como um inimigo do direito civil.

- Falas mal, disse eu. De fato, não se deve julgar²⁴ que desprezou os estudos de direito aquele que lhes antepôs somente o conhecimento das coisas mais sublimes e divinas, nem se deve julgar inimigo do direito e das leis o que se voltou para aquela disciplina, da qual, como de uma puríssima fonte, todas as leis são tiradas e escolhidas. Portanto, não há nenhum motivo porque não me seja lícito recolher algo da vossa virtude, sobretudo de vossos autores, dos quais conservais muitos ornamentos tirados daquelas artes, nas quais trabalho.²⁵

- Em seguida, diz Agostinho, veremos se acaso te convém comunicar aquelas coisas que, todavia, não podem ser concebidas na fala, mas nos escritos. E, de fato, tão grandes coisas reunidas não podem ser contidas na memória humana em tão grande espaço de tempo e com tão grande aplicação. Por outro lado, agora farei qualquer coisa de muito bom grado. Realmente, é justo que com um outro tipo de zelo eu descanse o espírito de um trabalho excessivo, que nestes dias suportei pelo estudo de interpretar o direito. Na verdade, o variado desejo do conhecimento²⁶ das letras conserva isto para que nunca sejamos subjugados pelo trabalho e afastemos o enfado de um único estudo pelo comentário de outras coisas. Por isso, agora (pois estabeleço que tens o direito de me seguires, visto que há tanto tempo estais em meu reino) omitamos a menção ao direito civil; e, antes de mais nada (pois também me chamava), se há alguma novidade nos teus estudos, traz isto a público e apazigua a sede de nossos ouvidos com a elegância e a riqueza do teu discurso.

²⁴ Não se deve dizer (M1549).

²⁵ (Acréscita-se) Porém, se continuares a ser injusto, seduzirei a ti e a este nosso Agostinho com presentes para que, enfim, eu tenha conhecimento de qualquer que seja a vossa razão (M 1549).

- Eu não tenho nada, disse, que julgue ser digno dos vossos ouvidos. Na verdade, por todo o tempo, em que daqui vos ausentastes, afastei-me da intimidade das Musas e voltei meu espírito aos estudos cheios de trabalho e vazios de prazer. Pois não só apliquei-me aos teólogos mais modernos, que certamente abominam toda a elegância da doutrina e a graça do discurso, mas coloquei ainda minha preocupação e meu pensamento em estudar a fundo os princípios das Letras Hebraicas. Portanto, nestes últimos dias desprezei todos os estudos, cuja discussão poderia atrair-vos com alguma satisfação, e, na verdade, ocupei-me muito com os que não me trouxeram nenhuma alegria mas, antes, com os que me deram muito trabalho.

- Por conseguinte, diz Metelo, estiveste na mesma condição em que nós, que não só lemos do princípio ao fim os tratados sem alegria, mas às vezes com aquele grande enfado e incômodo das compilações gerais, que recitavas. Porque se alguém nos perguntar movidos por que esperança de utilidade teremos acolhido esta tarefa, dificilmente poderemos imaginar alguma, atribuída às opiniões incertas e inconstantes de certos homens, sobretudo quando grande parte destes que nos julgarão zomba daqueles que pensam que todas as coisas devem se referir a estes livros, como a uma fonte puríssima desta disciplina. De fato, quem nos anunciará se em alguns lugares antepusermos a nossa opinião, confirmada pelo testemunho dos sábios, às respostas dos incultos? Por conseguinte, não vejo nenhuma vantagem e proveito. Sem dúvida, o prazer, pelo qual às vezes fomos enleados e seduzidos, não foi tão claro que se comparasse à grandeza do trabalho e da inquietação. Todavia, nada há que me diga respeito, porque não me arrependa da tarefa assumida. Pois, ao nosso Agostinho, homem doutíssimo e muitíssimo meu amigo, prestei atenção quando trata com

²⁶ O variado conhecimento (M 1549).

afinco algumas coisas notáveis e assim, pelo que me diz respeito, trouxe algum recurso para muitas pessoas dedicadas ao estudo do direito.

- Na verdade, digo, falas muito bem, Metelo. Pois seguramente é um homem que deve-se considerar notável pela sua virtude, o qual prefere os estudos dos amigos aos próprios proveitos e destina todos os cuidados e pensamentos à utilidade pública e de muito boa vontade sofre a perda de seus bens para instituir a comodidade alheia. Mas não julgas quando julgas que não serás contemplado por nenhum prêmio. Por quê? Acaso consideras pouco o grande prêmio que perseguistes na glória e na dignidade antes que nesse trabalho? Na verdade, não é possível de maneira alguma que tão memorável indústria, que certamente haverá de trazer muita luz a todos os doutos, careça do direito do louvor e da glória. Contudo, nada há de mais belo nas coisas humanas, nada mais agradável, nada de mais unido à grandeza da virtude do que a glória. Pois ela é animada pelo esplendor da virtude, e, pela notável beleza, atrai ao amor da dignidade e incita os homens superiores pelo engenho ao zelo da virtude. Na verdade, todos, que são particularmente dotados de grande engenho, excitados pelos estímulos da glória, empreendem feitos notáveis.

Suprime o desejo da glória e extinguirás todo o zelo da virtude. Com efeito, ninguém nunca se apresentaria a favor da salvação da república num perigo de vida, ninguém anteporia a utilidade pública às próprias dificuldades, ninguém, enfim, cultivaria os zelos da sabedoria desprezando todos os bens, a não ser que primeiramente fosse animado por uma certa esperança de imortalidade. De fato, para que eu agora omita Temístocles, Epaminondas, Cipião e, dentre os nossos, Carlos Magno e Godofredo e outros imperadores que floresceram na glória de feitos notáveis, quem há que duvide que Licurgo, Carondas e Zaleuco, inflamados pelo desejo da glória eterna, criaram leis, tratados e

repúblicas? Quem desconhece que Platão, Aristóteles, Xenofontes, Teofrasto e, enfim, todos os que, impelidos pelo encanto da glória ao estudo da sabedoria, ilustraram a filosofia em seus escritos? Quem uniu um espírito ilustre a alguma arte, quem julgou que a virtude deveria ser cultivada com entusiasmo, quem não aplicaria em primeiro lugar a agudeza da mente pela reputação de um nome egrégio? Por isso, pode-se facilmente perceber quão grande seja a magnitude da glória, porque todos que são de grande espírito e excelente engenho desejam-na ardentemente e por sua causa, sem serem forçados, empreendem as coisas muito honestas e difíceis. Portanto, nada vale mais e, por certo, nada é mais útil à vida comum do que aquela que nasce da virtude e desperta os grandes espíritos à superioridade de todas as virtudes. Por isso, o que espero, se vos suceder que por aquele trabalho confieis o vosso nome à imortalidade, julgo que um prêmio bem grande foi pago aos vossos magníficos estudos. Pois, vós deveis preferir a dignidade a todos os bens.

Visto que, aproveitando a ocasião, eu dissesse estas coisas, não tanto para evocar uma conversação mais longa, quanto, por outro lado, para imediatamente satisfazer a Agostinho que pouco antes exigia um discurso meu, Agostinho, sorrindo, diz:

- Com certeza, os ornamentos deste discurso não parecem ser conduzidos por aqueles teólogos, pelos quais dizias que foste atraído aos estudos da eloquência. De fato, primeiro, não falam de maneira muito ornada; depois, não permitem a ninguém enganar ou dissimular; por fim, confirmam que a glória deve ser grandemente desprezada. Na verdade, tu és contra tudo isto. Pois te serviste de um discurso bastante ornado, e sustentaste a nós, que zombamos, da esperança desta celebridade, e, enfim, dizes que esta deve ser preferida em todas as ocasiões. No entanto, posto que aquilo foi muito bem dito para ficarmos contentes com a glória adquirida, renunciemos a todas as coisas restantes. Como se isto já

seja executado por tão ilustre trabalho para a imortalidade do nosso nome, ou como se houvesse uma defesa muito grande nessa nobreza para passar a vida bem e de forma propícia.

Na verdade, para falar de mim, visto que aplicasse o meu espírito à correção das compilações, nunca esperei que, por essa razão, pudesse construir um caminho para aquela celebridade do nome, de que falaste. Com efeito, posto que o fato seja útil, não julgo, todavia, que seja tão importante que possa dar-me aquela glória, a qual costuma ser atribuída às obras magníficas e aos monumentos construídos pelo engenho e elaborados pela aplicação. Realmente, ainda não temos tão grandes progressos nos estudos e não alcançamos tanta solidez para podermos superar a inveja e tornar o nosso nome imortal. Porque se tivéssemos adquirido uma grande glória em abundância, não existiria, entretanto, nenhuma causa para que ela nos cumulasse daquele prazer diuturno. De fato, nada parece mais inconstante, mais fútil e mais variável que ela. Razão pela qual, se eu julgasse que, de coração, dissesse aquelas coisas que divulgaste sobre a eminência e a utilidade da glória, decerto o teu discurso me causaria grande admiração. Na verdade, nenhuma sentença convém menos ao homem que arde pelo amor à honestidade e que exerceu uma e outra filosofia do que aquela que embeleza a glória; mas acredito que, para exercitar o engenho, quiseste tornar provável pelos argumentos uma coisa inacreditável e discorrer contra a sentença de todos os doutos. E oxalá fizesses aquilo que sustentas! De fato, tu me livrarias de um grande embaraço. Realmente não posso negar que me animo pelo desejo do louvor, e nem posso facilmente suprimir esta vontade. Porque, se pode ser considerada fácil e pronta a razão de servir à glória sem a mancha da virtude e da firmeza de caráter, sem dúvida alguma eu empregaria todos os esforços da indústria para obtê-la. No entanto, agora

envergonho-me da leviandade e da dissolução, visto que cobiço aquela nobreza que dificilmente eu poderia conservar pura e imaculada, pelo contágio da temeridade.

- Na verdade, digo, não falo diferentemente do que sinto, nem se uma calúnia fosse pronunciada contra mim eu recusaria defender a glória, mesmo que ela não necessitasse da defesa de ninguém, pois pode bem conservar por si mesma a sua dignidade. Mas, sem dúvida, eu desejaria saber de ti que caminho seguirás a fim de dares o nome de vaidade a coisa insigne e esplêndida. Portanto, a menos que seja difícil, expõe o motivo da tua opinião.

- Farei o que desejas, diz, e ao mesmo tempo responderei ao teu discurso²⁷. Antes de mais nada, para que o diga, nunca haveria de louvar bastante a sabedoria daqueles que julgaram não terem nenhuma valia para uma vida bem-aventurada²⁸ todas as coisas fracas, incertas e variáveis, em cujas coisas o acaso e o destino dominam. Por conseguinte, julgavam que todas estas coisas deveriam ser desprezadas pelo sábio e não ter valor. Realmente, é próprio do sábio não ter as razões de viver apoiadas em outrem, mas colocar todas as forças da vida nos bens espirituais. Em resumo, enumeravam apenas como boas aquelas coisas que fossem verdadeiras, simples, retas, honestas e constantes, por cujos recursos e forças os bons são protegidos, as quais nunca podem ser tiradas nem afastadas, aquelas, enfim, que são próprias apenas daqueles que as possuem. Não julgavam que por motivo algum deveriam ser chamadas de boas todas as restantes, para as quais com freqüência afluem os imprudentes, as quais são facilmente revolvidas pelo movimento da sorte, que, por fim, estão situadas no acaso ou estabelecidas na opinião de uma multidão muito insensata.

²⁷ Tua razão (1571).

Primeiramente, a glória é daquela espécie de coisas, que os homens dissolutos possuem em grande quantidade. A não ser que acredites muito pouco em Homero, em cuja obra Aquiles mal suporta que a honra seja atribuída ao vulgo e os ornamentos do louvor devidos à virtude sejam atribuídos aos indignos. No entanto, não só Aquiles se serviu desta queixa, como também muitos com razão dela se servem todos os dias, quando vêm aqui e ali que homens maliciosos vivem ocultando²⁹ seus crimes nefandos pela simulação da virtude na luz e na celebridade dos homens; quando estes, na verdade, sobressaem pela virtude jazem nas trevas e na obscuridade. De fato, nem sempre, porque tu próprio o aceitavas, a grandeza do nome tem origem na virtude. Pois de longe se mostra muito mais pelas armadilhas e pelos estratagemas que pela verdadeira razão da virtude.

Realmente ela se situa no julgamento do povo que, por causa da loucura inata e da temeridade, não pode conhecer as coisas verdadeiras nem distinguir a frívola aparência da dignidade da extraordinária beleza da verdadeira dignidade. Donde se segue que, no entanto, aquele homem bom e íntegro e amante da verdadeira virtude careça de glória, visto que não represente nada para a opinião da multidão, e, por outro lado, aquele que é esperto e astuto, captando o erro da multidão desavisada, tornar-se-á orgulhoso por louvores divinos. Porque se nenhum vício há mais sinistro ou mais funesto do que aquele que se esconde na aparência da virtude (na verdade facilmente evitarias a maldade dos outros precavendo-te; isto, no entanto, fere mais que um desagradável flagelo, que possas sentir uma artimanha) e consta que a glória há muito mais tempo é obtida pela simulação da virtude, pela verdadeira virtude, que enfim é a sua causa, por que razão não confessamos que a glória consiste em um gênero próprio da improbidade?

²⁸ Para a plenitude de uma vida bem-aventurada (M 1549).

Isto pode ser confirmado por infinitos exemplos. De fato, vemos diariamente os audaciosos e criminosos serem considerados corajosos, mas, por outro lado, sustentam o nome da generosidade os avarentos e pródigos e outros da mesma forma envolvidos por vários desejos de vícios, a tal ponto que são celebrados pela virtude no discurso de todos. Na verdade, qualquer um pode facilmente observar a pessoa de um bom homem em tão grande cegueira do povo e ofuscar os olhos da plebe insensata com um falso esplendor. Sem dúvida, que firmeza de caráter pode haver naquilo que não está em nosso poder, mas que reside todo na demência popular? De fato, que mar possui tantos movimentos de ondas, quantos são os impulsos e a loucura da multidão? Que perseverança houve algum dia naquela opinião diuturna do povo? Elevam ao céu com louvores aquele a quem há pouco ornavam com o próprio gênero do louvor, a esse mesmo magoam com uma indigníssima afronta e antes perseguiam-no com insultos. Repelem aqueles por quem foram defendidos; e abraçam os que haviam maquinado a destruição da República. Nunca houve nada constante e firme nestes mesmos, nada que não tivesse várias mudanças a cada hora. E assim, muitas vezes pela desonestíssima opinião de um único homem, muitas vezes pelo discurso de um cidadão sedicioso e inquieto e pela calúnia de um povo voltado para aqueles que pouco antes impressionavam com um notável louvor, apresentam uma grande infâmia, e destroem-nos com todos os seus bens. Tanto nessa inconstante vontade do povo, quanto em cada hora de um futilíssimo rumor muda completamente o ar, nesta tão grande temeridade de um perigo e em tanta loucura da multidão, há algo para os que refutam que deva ser desejado por homens sérios e honestos? De fato, pergunto, que é menos conveniente à força da virtude que conseguir a aprovação de um povo muitíssimo

²⁹ Administrando (1578).

inconstante? Que é mais contrário à firmeza de caráter do que depender da leviandade do vulgo insensatíssimo? Que, enfim, é mais lamentável do que estabelecer alguma defesa da vida em artifícios concedidos pela loucura do povo, a qual defesa, ainda que seja durável, não se pode conservar? Na verdade, são todos boatos de pouca importância que devem ser constantemente temidos por aqueles que se aplicam ao desejo da glória, quando percebem³⁰ quão facilmente costuma ser enfraquecido pela leviandade do mesmo povo aquele que a concedeu.

No entanto, naquilo que disseste que, suprimida a glória, o gosto da virtude se extingue, mas tu mesmo claramente exaltas a virtude, quando estabeleces que esta não pode cumprir o seu dever, a não ser que seja estimulada pelo desejo da fama do povo. Porventura agrada-te atribuir ao povo a grandeza da virtude e a divina firmeza de caráter? De fato, quando declaras que a virtude não é estimulada pelos encantos dessa honestidade, mas por amor a dirigir os bens desta frivolíssima nobreza, confias todo o mérito da virtude ao julgamento do povo. Então, apresentas uma espécie de virtude como sendo humilde, suplicante, solicitadora, observando todos os movimentos do povo e obedecendo ao rumor da multidão, para que, enfim, esta possa por algum meio alcançar a memorável fama. Razão pela qual, decerto, nada mais absurdo pode imagina-se. De fato, que outra coisa é dizer que a virtude é incitada pela glória, a não ser que a virtude seja incitada pela opinião de um povo quase sempre treloucado? Na verdade, toda a medida da glória se situa na proclamação de um povo que pensa do mesmo modo. Por conseguinte, o que fará num lugar deserto aquele a quem tão grande desejo de louvor animou e convida a empreender ilustres ações? Realmente, é necessário que esse mesmo abandone todas as obrigações da

³⁰ Perceberam (1576).

virtude, se é verdade que no teu discurso contaste com pouca ponderação, que o gosto da virtude seja suprimido, para que não se entusiasme pelos ardores³¹ da glória. Mas tu, enquanto quiseste ornar a glória de falsos louvores, despojaste esta mesma virtude dos ornamentos que lhe são próprios. E, de fato, de modo algum deve ser chamada virtude aquela a fama semeou e que restringe as obrigações da vida à opinião do povo. Na verdade, não pode ser escrava a virtude, que só é livre, nem busca as honras humanas, uma vez que resplandece ilustrada pelos bens divinos. Em verdade, aqueles exemplos, dos quais te serviste, não me impressionaram muito. Porque ou aqueles chefes e príncipes nada pensavam para seu louvor, mas animados pelo amor à virtude empreendiam aqueles feitos tão importantes, ou nunca teriam atingido nenhuma parcela de real e elevada virtude. Já os filósofos, que escreveram para a ostentação do ensinamento, são muito ridículos; pois, mostrando num discurso a gravidade da vida, renderam-se, na realidade, a estas futilidades.

Porque se eu quisesse combater isso com exemplos, poderia mostrar uma multidão quase infinita daqueles que se tornaram célebres pelos piores artifícios. Passando sob silêncio outros tipos de crimes, quantos são os que, empreendendo arduamente ações que agradam ao povo, para alcançar um nome imortal junto aos seus, populares, destruíram suas pátrias? Quantos são os que, ainda que tenham arruinado ótimos cidadãos, que resistiram à loucura da multidão, foram considerados pessoas generosas e salutares, com grandíssimos louvores? Quantos são os que, enfim, atormentando o orbe da terra com injustíssimas guerras, foram contados no número dos deuses pela opinião dos homens? Por conseguinte, agem de modo perverso aqueles que consideram a glória como um certo bem singular, visto que ela seja atribuída até aos mais perversos, se situe na mutabilidade e na inconstância da

³¹ Pelos fardos da glória (M 1549).

opinião, e muitas vezes seja obtida pelo crime e pela perfídia e, por último, impiamente arruíne os sustentáculos da república, repelindo a virtude.

Vieram-me à mente coisas que, na verdade, vejo que poderiam ser esclarecidas mais precisamente. De fato, um assunto de tal espécie reside naquilo que poderia consumir um dia inteiro. Mas contento-me por um lado porque não quero ser-vos molesto com um discurso mais longo, por outro porque julgo que o que foi dito é suficiente para provar a futilidade da glória.

Tendo ele dito tais coisas, eu então: - Ambos te enganaram, Agostinho. Pois, quanto maior fosse o teu discurso, tanto mais produziria em nós um maior desejo e a minha opinião, misturada aos sentimentos íntimos, por essa razão não pode ser completamente revolvida num breve diálogo. Porque, se me tivesses demonstrado perfeitamente que no gosto da celebridade está a origem de todos os flagelos, não ousaria, contudo, confessar que me tenha afastado com tanta facilidade dessa opinião para não sofrer, talvez, a censura daquela mutabilidade e inconstância, que atribuías à multidão. Se, em verdade, me expusesse isto mais copiosamente e me trouxesses a força de um grande número de argumentos extraídos de um mecanismo mais profundo e apresentasses o assunto com o maior número possível de exemplos, talvez eu não me envergonhasse de me aproximar³² da tua opinião. Agora, no entanto, quanta desonra traz uma fácil mudança de estado de espírito. Portanto, dar-me-ias grande prazer, e creio que também a Metelo, se quisesses discutir com maior eloquência sobre esta questão. Na verdade, concluirás que se a tua sentença foi por mim pouco estimada, que a confirmes com o maior número possível de

³² Afastar-me da tua sentença (M 1549).

razões, se ao menos já se comprovou que eu não seria derrotado numa luta sem importância, mas que eu possa confessar ter sido vencido num encarniçado combate.

Aqui diz Agostinho, sorrindo: - Com certeza é próprio do homem que se aplica à glória ser torturado pelo medo de má reputação em qualquer discussão. Portanto, não quero deixar de atentar para a tua dignidade. De fato, visto que eu conjecturei que a tua sentença não difere da minha, empregarei todos os esforços a fim de livrar-te deste pudor, que te impede de confessar a verdade. Por conseguinte, começarei, a não ser que pareça diferentemente ao nosso caro Metelo.

- Sem dúvida, diz Metelo, nada será para mim mais agradável do que esta discussão. Pois não só conceberei um incrível desejo a partir da vossa discussão, como ainda, numa tão duvidosa questão, e extrairéi dos argumentos discutidos aqui e ali o que for mais verossímil. Faze, pois, com que pelo teu discurso possamos examinar a força e a natureza de toda essa questão.

- Então, diz ele, ouvi o ilustre filósofo que vem agora dos jardins da Academia para vos revelar o caminho a todos os mistérios da filosofia.

Neste momento, após termos rido, ele assim começou a falar: - Antes de mais nada, o valor da própria palavra deve ser contado para que melhor possamos julgar sobre toda essa questão. Ora, ninguém duvida que a glória resida na opinião. Na verdade, vale o mesmo entre os latinos o que entre os gregos é a $\delta\omicron\xi\alpha$. De fato, por mais que $\delta\omicron\xi\alpha$ signifique opinião em geral, assim entretanto é empregada por vezes para indicar apenas aquela opinião das pessoas, que se tem sobre a dignidade de alguém, quando, naturalmente, a maior parte dos homens pensa do mesmo modo sobre o louvor alheio. Acontece ainda que entre os latinos a opinião é tomada por glória, assim como quando dizemos que pela

opinião comum alguém sobressai em virtude. Por isso, pelo próprio sentido do vocábulo, já se pode facilmente perceber quão afastada a glória está da seriedade da sabedoria.

Com efeito, a opinião é uma fraca aprovação do espírito, desprovida de razão determinada, mas animada por uma certa imagem obscura da verdade, muitas vezes tomando as coisas falsas e desconhecidas pelas verdadeiras e aceitas. A sabedoria, ao contrário, nunca pode ser induzida a erro. E realmente quer contemple as coisas celestes, quer despreze as terrenas, não aplica a acuidade da mente à semelhança da natureza, mas à própria natureza. Por outro lado, visto que a sua principal função é observar as coisas estáveis e que não haverão de perecer em tempo algum, assim se acostumou aos princípios dos feitos celestes e divinos, para nunca recorrer à observação dos feitos humanos, a não ser que antes cerceie e corte toda a futilidade. A opinião, por sua vez, visto que seja aplicada a coisas mortais e incertas, por aquele costume das coisas que quase não se detêm, move-se como que por uma certa perturbação e se encontra na incerta e suprema ignorância e temeridade de todas as coisas. Assim, acontece que com freqüência toma as coisas disformes por belas, as perniciosas por propícias, as desagradáveis por agradáveis. Por conseguinte, nada luta tanto com a sabedoria quanto a opinião: pois que esta é inimiga da constância e amiga da futilidade. Por outro lado, se nada que se oponha à constância pode ser célebre e notável, como é possível que a glória tenha algum brilho, visto que resida toda na inconstância e na temeridade da opinião?

Mas talvez digas que todas as coisas não devem se voltar para aquele ponderadíssimo exemplo de sabedoria, que nega ser próprio do homem sério e constante opinar e aqueles que te julgam mais aqueles que declaram muitas coisas que devem ser

formadas³³ pela opinião. Pois que assim seja. Realmente não é necessário esmiuçar³⁴ todas as coisas ao vivo. Mas de que tipo será, enfim, a opinião que deve ser julgada? Certamente será aquela que não foi concebida pela multidão desavisada, mas por poucos sábios, ainda que toda a multidão proteste. A glória, entretanto, consiste na avaliação do povo e na opinião da multidão. E isto, o costume de falar facilmente o mostra. De fato, não chamamos desejosos de glória aqueles que desejam ser julgados por poucos, mas os que dissimulam e se adaptam todos ao julgamento da multidão. Na verdade, quem algum dia por amor à nobreza separou-se da união e da companhia dos homens? Ao contrário, antes, todos os que amam o louvor desejam viver na notoriedade e no renome entre os homens e administrar grandes coisas na presença de todos para atingirem aquela glória, que se propuseram. Aquele que considerava Platão equivale a todos e, afastado de todos os outros com exceção do que era o mais sábio da Grécia, não pedia outro ouvinte, não era amante da glória, mas da verdade. Mas, por sua vez, Demóstenes, que pelo desejo de glória abandonou a Academia, se tivesse sido enganado pela assembléia do povo, quando também ouvia Platão, não teria dito nenhuma palavra, mas antes debilitado de espírito e triste, quase se consumira no luto, que outrora diz-se ter granjeado. De fato, assim é o espírito humilde e destituído do desejo de glória. Que dizem os filósofos? Porventura não mostram bastante que ela se encontra na apologia popular? Na verdade, se pensassem que consiste no julgamento de poucos, nunca teriam instruído seus ouvintes ao seu desprezo com tanto empenho.

Por isso, então, que seja por nós estabelecido, como princípio, que ela consiste na opinião pública. Chamaremos, pois, Sócrates de glorioso e Alexandre, ao contrário, de desprezador da glória, já que um deles sondava todos os rumores dos homens, e quando

³³ Devem ser confirmadas pela opinião (1576).

emprendia grandes guerras, dava crédito à opinião dos inexperientes; o outro, desprezando a multidão, remetia todas as deliberações de vida não à vontade do povo, mas à justa razão. Esta é, pois, a verdadeira definição de glória: a opinião de toda a multidão formulada a respeito da alta dignidade alheia.

A seguir enumeremos as coisas restantes, a menos que antes julgues que devam ser refutadas aquelas que até agora foram por mim pronunciadas.

- Na verdade, digo, examinarei isto, depois que tiveres concluído. Pois, de modo algum cometerei agora a falta de te interromper, sobretudo porque esta definição não me desagradava inteiramente.

- Então, diz ele, embora seja coisa assente que a glória é o louvor unânime do povo animado pela opinião de notável dignidade, deve-se reconhecer que nós aceitamos tal opinião sobre coisas que devem ser cobiçadas e evitadas, louvadas e vilipendiadas como são aqueles costumes dos quais estamos imbuídos. Na verdade, cada um julga louvável aquilo que observa, ama e deseja com muito ardor. Portanto, quão grande variedade existe no julgamento do extremo bem, quanto é necessário que exista na avaliação do louvor.

Na realidade, posto que o caráter dos homens seja tão variado e múltiplo, e os costumes tão diferentes e dessemelhantes, sucede que cada um é arrastado ao seu amor e julga que devem ser louvadas aquelas coisas que parecem dever ser censuradas pelos outros. Na verdade, isto é tão claro que não há nenhum flagelo tão grande, nenhum amor tão corrompido e crimonoso que careça de um apologista no seu gênero. De fato, há um certo prêmio do louvor até para os homens mais humildes que se exercitam nas artes recreativas.

³⁴ Não é necessário suprimir sempre... (M 1549).

O seu louvor à alcoviteira e à meretriz³⁵ consiste em enganar a juventude e seduzi-la aos atrativos da indecência. Este fato levou um certo escritor não grosseiro a abranger num livro não desprovido de encantos aquela perfeita e acabada beleza de meretriz, que pode ser concebida pelo pensamento. Livro que desgastareis de tanto ler, se me ouvirdes. Na verdade, interessa muito ao amor das grandes artes ver quão bem estão naquele trabalho as infames mulheres dispostas a tramar ardis e a extorquir dinheiro.

Aqui Metelo, rindo: - Sem dúvida fez muito bem, quem quer que tenha sido ele, quando instruiu as mulheres simples e ignorantes sobre esta arte tão ilustre. De fato, que pessoas poderiam possuir a ciência de enganar, se não tivessem sido ajudadas pelos escritos desse escritor?

- O que, diz Agostinho, há de mais impudente que a vaidade? O que há de mais digno de um ódio maior do que os enganos, as fraudes e as armadilhas? Mas vemos que o Ulisses homérico foi ornado de louvores divinos, mesmo ocultando, e mentindo mesmo com o auxílio de Palas, e voltando-se para toda malícia e logro. Certamente Homero nunca teria apresentado Ulisses, o qual nos representou como imagem de absoluta sabedoria, dotado destas artes, a não ser que naqueles tempos tivesse sido tributo do supremo louvor enganar com astúcia e habilmente atacar com armadilhas. Por que, no entanto, nos admirarmos com Ulisses, visto que até as Musas se gloriam na obra de Hesíodo, quando desejam induzir à fraude os que elas querem e representar coisas falsas à semelhança da verdade? Mas voltemo-nos a coisas mais elevadas. Por acaso há algo que conserve mais a sociedade civil do que o medo do poder divino, o temor à religião e a santidade? Nada, sem dúvida. Portanto, quem viola um juramento, não só é ímpio para com Deus, como ainda

³⁵ Às sedutoras e às meretrizes (M 1549).

deve ser considerado como destruidor de todo direito humano e da salvação comum³⁶.
 Todavia, lemos no mesmo Homero que houve alguns homens honrados pela ilustre e gloriosa fama por causa do perjúrio. Que foi:

Aquele Autólico mais distinto que qualquer outro,

como diz Homero,

não só fraudou os homens como ainda enganou o poder dos deuses.

E para que não julguemos pouco elegante aquela ciência da perfídia, acrescentou:

Com efeito, Cilênio dera-lhe as suas artes.

E na verdade, tão notáveis artes não poderiam ser cultivadas sem a assistência daquele deus, que no próprio dia em que nasceu deu tão magníficos indícios do futuro roubo. Com efeito, roubou os bois de Apolo e furtou os instrumentos de Vulcano e assim perpetró outros crimes digníssimos de imortalidade. São fábulas, dirá talvez alguém. Fábulas, certamente, mas imaginadas por um excelente vate, para que vejamos expressa a imagem da verdade e conheçamos os costumes e os hábitos de toda a Antigüidade. Então, ele nos mostra que naqueles tempos não havia infâmia alguma em representarem os mares e as terras infestados de roubos³⁷, nem maltrataram a sociedade humana com armadilhas e com a traição, nem ofendiam o poder celeste com fraudes ímpias e com perjúrios³⁸, mas,

³⁶ Para a conservação pública (M2).

³⁷ Não infestaram os mares e as terras de roubos (M1).

³⁸ Com o perjúrio da divina mente (M 1549).

antes, aqueles que com conhecimento do crime e argúcia realizassem estas coisas, obtiveram um grande louvor por meio deste artifício.

Mas, para que não comprovemos todas essas coisas por fábulas, pode-se perceber quão grande força têm as leis para atribuir um louvor aos feitos perversos pelo fato de que muitos crimes, horrenda e impiamente concebidos em várias nações, eram considerados como honestos e louváveis, desde que fossem prescritos pelas leis. Antes que lhes tivesse sido oferecido o desfloramento por algum estrangeiro no bosque de Vênus, não era permitido por lei às mulheres assírias se casarem. Na Lídia fora determinado que as mulheres providenciassem para si um dote, por meio da prostituição do corpo, de tal modo que aquela que se recusasse a fazê-lo não seria considerada muito honrada nem seria mulher de costume antigo. Os cartagineses, os ródios, os gauleses, os citas, e várias outras nações não julgavam que o poder divino pudesse ser aplacado, a não ser que os homens imolassem em cerimônias sagradas a ponto de muitos chegarem a tirar a vida dos filhos com suas próprias mãos. Por conseguinte, aquele que entre eles aspergisse os altares de sangue humano e manchasse a si mesmo com um parricídio, seria considerado como um homem religioso e pio. Por que herei de recordar aqui os massagetas, os dérbicos, os habitantes da Hircânia e os cáspios, em cujas leis estavam consignados aqueles crimes que a própria descrição ainda evita e receia? Contudo, julgavam justas e honestas aquelas coisas porque estavam sancionadas por lei e dispostas pelo costume. Com grande facilidade se pode ver que nos exemplos da vida comum grande força têm os costumes, os hábitos e os ensinamentos. Assim é, na verdade, como pouco antes dissemos, a opinião sobre as coisas que devem ser louvadas entre todos e quais são os costumes dos quais estão imbuídos. Realmente não pode ser comovido pela beleza da honestidade aquele que perdeu por

completo o pudor, nem louvar as coisas verdadeiras e simples aquele que empregou qualquer zelo para enganar, e nem ser seduzido pelos sentimentos e pela clemência aquele que se tornou insensível devido a um longo hábito de matar. Finalmente, ninguém nunca experimentará coisas que vê que se distanciam de seus hábitos.

Posto que isto se tenha até este ponto verificado, que razão de vida, entretanto, pode existir para aquele que dirige tudo para a glória e deseja ardentemente mostrar à multidão o gosto pela vida? Se houvesse aquele gênero áureo consagrado à imortalidade pelos escritos dos poetas, então apenas aqueles que se ajustassem todos ao julgamento da multidão teriam podido ao mesmo tempo alcançar o esplendor da virtude com a glória. Na verdade, posto que fossem todos sábios, o que agora toca a pouquíssimos, não teria podido demonstrar os seus costumes à multidão ninguém que não fosse cumulado de toda a virtude.

- Enfim, diz Metelo, como conseguiram sabedoria sem o estudo da doutrina, o que então não havia neles?

- Como, diz Agostinho, sem nenhum estudo fora útil àqueles que, como querem os poetas, não foram impedidos por nada de seguirem a própria natureza como uma ótima mestra. Por outro lado, aquele ouro para os poetas outra coisa não significa senão as riquezas naturais da virtude e da sabedoria. Para que melhor compreendais isto (que, no entanto, me atraía), eu me servirei daqueles versos de Hesíodo, que, recentemente traduzidos por ti, guardei na memória. Na verdade, assim diz:

Primeiramente, uma raça áurea apareceu nas terras por um poder divino, quando Saturno detinha os reinos do céu.

Como os homens vivessem como deuses, não se afligiam com tristes inquietações nem eram marcados pelos sofrimentos ou por um duro trabalho.

Todo o mal estava afastado de todos e a danosa Velhice ainda não afrouxava as forças: mas resistiam fortalecidos

*por aquele mesmo vigor e pela fresca juventude;
alegres, dançavam com grande encanto.*

A partir daí fica patente que aqueles homens, que foram apoiados pelos sustentáculos de sabedoria, sem dúvida teriam a mente livre e desimpedida de qualquer perturbação e se conservariam seguros daqueles males que perturbam a saúde do corpo e tornam a velhice fraca e odiosa. Na verdade, a ambição e a avareza ainda não tinham tomado de assalto a fortaleza da razão, nem a luxúria e a fraqueza tinham levado aos corpos uma quantidade infinita de doenças. E não só colhiam o fruto da virtude em vida, mas ainda morriam em incrível tranqüilidade de espírito, o que é próprio de uma certa sabedoria aperfeiçoada. Então, prossegue:

*Todavia, não deixavam as luzes da vida³⁹ contra a vontade,
mas a morte mantinha-os como que adormecidos numa agradável
e doce letargia, abraçando os vencidos pela longa idade.*

Realmente, posto que não existisse qualquer força, e que as doenças pestilentas não se lançassem sobre o gênero humano, ninguém poderia retirar-se da vida contra o destino e contra a natureza, a não ser que consumido por uma longa e bem-aventurada velhice. Acrescenta, em seguida:

*Então todas as coisas propícias lhes sobrevinham,
pois a terra tudo recebia, sem que ninguém o pedisse.*

Aqui a fecundidade da terra não deve ser tão percebida quanto o valor da moderação. Na verdade, estavam contentes com as riquezas da natureza, que são de fácil

³⁹ Não deixavam de se apoiar nos ornamentos da vida (1578-P).

aquisição e limitadas. De fato, se ardessem de desejo, a sua sede nunca poderia ter sido apaziguada com aqueles recursos que a terra cultivada distribui larga e generosamente com diligência, mas buscando-as por mar e por terra no dinheiro, ter-se-iam exposto a todos os perigos. Logo, com razão, visto que se tenham tornado célebres na vida com tantos louvores de honestidade e inocência, após a morte, segundo a opinião da Antigüidade, foram incluídos no número dos deuses. Na verdade, assim diz⁴⁰:

*Mas depois que o destino mergulhou aquela raça na morte,
são chamados pelo nome de gênios sagrados das terras,
guardiães do gênero humano, boas divindades
para todos os suplicantes, e afastadores dos males.
E agora percorrem as terras cingidos do sombrio bronze,
caminham, vendo com seus próprios olhos as coisas justas e injustas
e, invocados, enriquecem os homens virtuosos.
Estes presentes reais lhes foram concedidos pelos deuses.*

E é, de certo, tarefa dos reis e algo conveniente à majestade da raça áurea tirar⁴¹ os homens infelizes da miséria e da penúria com sua generosidade, e isto não⁴² tanto pelos recursos desenterrados das entranhas da terra quanto pelos próprios dons de sabedoria pelos quais alcançou a divindade. Pois é isto que penso que Hesíodo quis mostrar quando afirmou que eles distribuem as riquezas aos seus adoradores.

Mas, para que voltarmos ao propósito, se aquela raça áurea permanecesse nesta vida, e não fosse sepultada em sua maior parte, então talvez aquele que conformasse todas as tarefas ao julgamento da multidão poderia facilmente colher os egrégios frutos da honestidade. Ora, vedes quão grande é a escassez deste ouro divino? Sócrates, na obra de Platão, fixou os chefes segundo a estirpe desta áurea nação naquela cidade que imaginou

⁴⁰ Assim o mesmo vate acrescenta (M 1549).

⁴¹ Purificar os homens... (!572).

florescente e bem-aventurada em todos os recursos. Na verdade, tendo dividido toda a cidade em três partes, entregou a administração da República a uns e instruiu outros nas armas para a defesa da cidade; por fim, quis que outros ainda ou cultivassem a terra ou se exercitassem em alguma atividade fabril. Então, como repartisse a cidade deste modo, chamou de áurea a ordem dos chefes, depois, de prata à dos soldados, e, além disso, de bronze à dos agricultores e de ferro à dos artífices. E assim quer que os chefes se elevem pela superioridade de sua sabedoria, em seguida os soldados pelo vigor do ânimo, e que, além disso, a idade dos homens mais fracos se corrompa pelo amor ao dinheiro.

É assim que ele compreende a diferença do ouro, da prata e do bronze. Naquela cidade, porém, que o mais sábio dos homens descreveu como a forma absoluta de um povo riquíssimo, diz-se que existirão em muitas partes vários artífices de cada gênero quanto nobres e chefes, isto é, sábios. Portanto, lá haveria de encontrar-se⁴³ muitos mais que amariam as riquezas e os prazeres, do que aqueles que amariam aquela verdadeira virtude. Porque, se naquela república, moldada pelo pensamento de Platão, poucos haveria desejosos de honestidade diante da multidão férrea de homens, ou seja, [da multidão] vergonhosa, o que dizer de tão grande e irremediável desejo mortal de todas as raças e de tão ruinosa loucura desses povos? Porventura é pouco evidente como na verdade o próprio vate, cujo testemunho utilizei pouco acima, perseguirá os costumes perniciosos da raça de ferro?

Nenhum vestígio do direito ou da religião, diz ele, aparece na terra, não há nenhuma aliança de hospitalidade entre os hóspedes, nenhuma afeição entre irmãos e parentes, nenhuma inviolabilidade de serviço e de amizade entre amigos. Finalmente, diz, os filhos

⁴² E isto tanto... (1571).

insultam seus pais de idade avançada, e não são dissuadidos por nenhum temor aos deuses desta tão grande selvageria criminosa. Então, queixa-se de que absolutamente nenhum louvor foi atribuído nem à religião, nem à justiça, nem à probidade e que são louvados com grande empenho aqueles que maltratam seus cidadãos com injúrias e maledicências. Por último, declara que o pudor que foi banido das terras, que Nêmesis foi expulsa para o exílio, e a Justiça, hostil aos crimes humanos, abandonou o convívio dos homens e alçou vôo para o céu.

Mas até que ponto importa servir-se das sentenças dos poetas a fim de que com infinitos exemplos compreendamos que nada mais violento, nada mais insensato, nada mais pernicioso que a multidão pode imaginar-se em qualquer circunstância? Então, quão insignificante é para o povo aquele que antepõe a sabedoria às riquezas e a honestidade aos prazeres? Mas, por outro lado, todos são ardentes de desejo, nada governando com justa razão, mas apreciando⁴⁴ todas as coisas com desenfreada lascívia e abominável prazer. Abrem mão com um cego movimento do espírito das coisas saudáveis, e perseguem sem cessar as pestilentas e perniciosas. Impedidos pela própria cegueira da mente mudam os nomes das coisas; chamam tolos os homens simples e francos. Daí também aquele nome se conservou entre os gregos como εὐήθεια, que significa propriamente bondade inata, sentimento grandioso, que significaria loucura; e o nome que era próprio do louvor, serviria à afronta. Mas, por outro lado, os maliciosos e os que ocultam um crime no semblante, como homens notáveis pela prudência, são celebrados pela boca de todos. Chamam de fortaleza à temeridade e à audácia, e ainda o de timidez à prudência e à moderação. Determinam que é próprio do espírito fraco obedecer às leis, e que é glorioso vencer pela

⁴³ Lá estavam ainda vários... (M 1549).

força. Censuram as coisas moderadas com o nome de avareza, no entanto, os pródigos exaltam-no com louvores de magnificiência. E, por último, em qualquer gênero abandonam as virtudes, perseguem os vícios, aborrecendo o amor à honestidade, e, animados por desejos indomáveis, aplicam-se à suprema inconstância e leviandade das opiniões. São humildes nas aflições, soberbos na felicidade, medrosos no auge do perigo, atuantes na paz e na tranqüilidade, suplicantes na pobreza, porém copiosos ingratos nas riquezas. Na verdade, expostos a perigos imploram o auxílio dos nobres homens, mas, livres do temor, expulsam a estes mesmos dos confins da pátria. E de fato é próprio do vulgo odiar toda a superioridade da virtude, e considerá-la como uma coisa contrária à vontade do povo, e que deve ser retirada da sociedade.

A partir disso originou-se aquele celeradíssimo feito dos efésios que, quando expulsaram Hermodoro da cidade, não alegaram outra causa a não ser que pela aplicação da virtude excedera a todos. Daí também surgiu aquele ostracismo – era como então se chamava⁴⁵ aquela espécie de exílio em Atenas e em Argos, constituído de um inacreditável crime dos cidadãos. Com efeito, que outro fato houve com Aristides que ofendesse a vontade do povo, a não ser uma admirável crença na justiça e na integridade? Que foi que exilou da pátria Cimão e Temístocles, a não ser fatos memoráveis realizados nas guerras? Que outro fato induziu esses mesmos atenienses a afligirem homens notáveis com o exílio ou com a morte, a não ser porque percebessem que um certo brilho de virtude neles resplandecia? Mas omitamos Atenas, muito infame e detestável por este crime inconfessável.

⁴⁴ Mas imaginando... (1578-P; 1578-I).

⁴⁵ Chamavam aquele tipo de exílio... (M 1549).

Que desterrou Hermócrates de Siracusa, a não ser aquele maior e magnífico feito com que arruinou as fortíssimas armadas dos atenienses e livrou sua pátria do cerco? Que expulsou aquele mesmo Dione ainda não desobrigado⁴⁶ daquele cargo notável, quando então mantinham a cidadela os tiranos, cujo jugo retirara da cerviz da pátria, e o privou da vida, uma vez estabelecida a liberdade da pátria, a não ser a cobiça daquele ilustre cargo? Por que haverei de relatar agora Camilo, Coriolano, Rutílio, Metelo e Cícero e outros inumeráveis cidadãos que se distinguiram por sua singular dedicação, aos quais fora imposta a proibição da água e do fogo⁴⁷ por causa da crença na virtude? Não haveria fim se eu quisesse expor quão hostil sempre fora aos nobres homens a temeridade do vulgo. Com efeito, não sei como sempre os homens providos de grande espírito e de esplêndido talento foram odiados e indesejáveis ao povo. Então, por mais que a multidão, forçada pela necessidade, confira todas as riquezas do império a homens distintos, logo que, obtida a virtude, houver algum benefício singular, a intensidade da inveja destrói em seguida a lembrança desse benefício; e assim acontece que afasta da pátria e de todos os bens aqueles cuja pátria e cujos bens conserva com cuidado e prudência, e leva a peste àqueles pelos quais é conservada. Por conseguinte, visto que é coisa assente que todo o povo é desvairado e ingrato, e apegado a crimes nefandos, como então poderia louvar o que é proveniente da verdadeira virtude e honestidade?

Neste momento, eu, interpelando: - Ó homem nada popular! Na verdade, assim energicamente te lançaste contra a causa do povo, a tal ponto que se tema muito que daqui emane algo que incite os ânimos da plebe contra ti. De fato, pelo que vejo, assim condenas todo o povo de temeridade e loucura para não excetuares ninguém de tão grande número.

⁴⁶ Consumado por... (1572).

- Ninguém, sem dúvida, diz ele. Ainda que eu não quisesse que considerasses que separo do vulgo os homens mais elevados tanto pelas posses e faculdades quanto pela virtude e pela aplicação. Na verdade, sou aquele que declara que devem ser considerados no número dos chefes todos os homens superiores pelo talento e que o exercício da reta razão fazem cessar os movimentos do seu espírito, e que fornecem todo o cuidado e reflexão para o bem comum, ainda que sejam pobres e nascidos de origem obscura. Ao contrário, na verdade, considero plebeus aqueles que são de caráter fraco e, entregues à indolência e à preguiça, obedecem aos maus desejos e, desprezando o bem-estar público, submetem todas as coisas à sua utilidade, embora tenham nascido de família ilustríssima e administrem grandes fortunas. Com efeito, não se deve considerar quantas riquezas possuem, mas de quantas são dignos. Ou tu julgas que devem ser chamados chefes e nobres aqueles que servem ao desejo e abusam do poder para desgraça dos homens pobres, aumentando o seu patrimônio contrariamente ao direito e à justiça divina e, apresentando gravíssimas injúrias ao povo, impiamente arruínam o bem-estar da pátria? Com efeito, se recordarmos coisas antigas, sem dúvida compreenderemos que a maior parte do tempo isto foi prometido a poucos em toda a república para que a pouco injustamente privassem todos de seus bens e para que impunemente dispusessem dos destinos de todos. No entanto, visto que apenas eles mesmos possuíam todas as coisas, a plebe haveria de ser despojada de todos os bens, nenhum mal poderia ser concebido que não estivesse na desgraça do povo. De fato, geralmente acontece que a insolência e o desprezo acompanham uma vastíssima riqueza e ainda uma furiosa audácia, a pobreza. Assim, então, ocorre que, soberbamente dando leis ao

⁴⁷ ... que foram desterrados por causa da notável crença da virtude?

opulento e atirando-se contra os pobres destinos dos nobres, duma e doutra parte⁴⁸ abalam a pátria com uma violenta revolta. Por isso, posto que todo o poder seja partilhado pelos povos entre os chefes e a plebe mais humilde e que cada parte, manchada por grandes crimes e imbuída de um ódio hostil, se incline sempre à destruição alheia, que bem, então, deverá ser esperado por todos? Com efeito, na plebe há a temeridade, o furor, a audácia com um incrível desejo de novidade, mas naqueles que são chamados chefes há a soberba, a crueldade, a avareza unida a um desmedido desejo de dominar. É preciso, enfim, que todas as coisas batam com força nesses vícios.

No entanto, é motivo para um grande argumento que não há nenhum crime tão ímprobo que não possa ser concebido por um povo que o produza e que o aprove, já que vemos todos os dias aqueles que, com seu mau caráter, perturbam a tranquilidade pública e violam todos os direitos divinos e humanos para serem exaltados com admiráveis louvores como homens fortes e zelosos da pátria. Com efeito, porque haverei de narrar aqueles crimes que são concebidos com grande louvor na agitação e na revolta civil? Que haverei de narrar, então, depois a discórdia, impregnada de sangue por um longo costume de matança, torna os espíritos dos cidadãos desumanos e cruéis? De fato, não só são louvados aqueles premidos por uma dívida, no momento em que causam a morte de seus⁴⁹ credores, mas ainda os que matam seus próximos e amigos. Na verdade, a lei da natureza não tem nenhuma força junto a eles, a comunhão de sangue não possui nenhum sentimento religioso, a amizade não contém nenhum caráter sagrado, mas, antes, todos os direitos das nações são violados por um feito inaudito e pela audácia. Além disso, aqueles que haviam executado vários crimes de selvajeria e, mais ousadamente prestando juramentos, haviam

⁴⁸ A um e outro enfraquecem... (1568;1572).

enganado a fé confirmada e mais astuciosamente haviam atacado com insídias os adversários, não temendo nenhuma hostilidade por causa da fé proposta, são presenteados com magníficos louvores. Com efeito, a malícia não lhes imprime desonra alguma; ao contrário, embeleza outras coisas por eles realizadas. Daí, acontece que quase todos⁵⁰ os homens preferem ser considerados hábeis na maldade do que pouco astutos na inocência. Pois se envergonham em nome da simples bondade e insolentemente levantam a cabeça na reputação da maliciosa perversidade.

E oxalá fosse lícito levar ao interesse geral somente os velhos exemplos que recebemos dos gregos e dos latinos. Mas a recente memória nos fornece tantas coisas a ponto de as antigas parecerem estar ocultas. Na verdade, para falarmos principalmente sobre esta região, que mal pode ser imaginado para que a Itália não tenha visto naquelas antigas revoltas por um longo tempo? De fato, foram muitos os que mataram os irmãos e próximos, que com a morte⁵¹ de cidadãos desonraram os templos piedosamente cultuados e profanaram com o sangue dos seus os sacratíssimos altares. Lemos, em verdade, que muitos foram mortos pelos seus cidadãos ou por fome ou por um suplício inaudito contra a fé jurada. Vemos, enfim, que são acolhidos todos os crimes que sempre, em qualquer tempo, foram admirados pela multidão desvairada⁵², e que costumam levar a peste e a ruína a todas as coisas. Com efeito, que raça há que não pereça por completo, tão profundamente despedaçada por seus crimes?

E assim, como todos os grandes impérios teriam ruído ou por guerras externas ou por uma revolta civil, muitos existiram de longe precipitados pela discórdia civil

⁴⁹ Causam a morte dos prováveis credores (1576-C).

⁵⁰ Quase sempre os homens.... (M 1549).

⁵¹ Cultuados com o sangue (M1).

exterminados pelas armas dos inimigos. Assim, o furor dos povos destruiu o império ateniense. Em seguida, esmagou Esparta e Tebas. Por fim, aniquilou Roma e todas as nações florescentes do império. Vedes despertada entre os chefes cristãos esta chama da discórdia, que não só promete um incêndio aos míseros despojos da Panônia, à Germânia, às Gálias, à Itália, à Hispânia e, enfim, a toda a Europa, como também incute terror em todos? Por outro lado, sabemos que tão grande mal, tão funesta e cruel guerra, tão grande perigo para a Nação Cristã⁵³ foi suscitado pelo crime e pela loucura da multidão. Na verdade, as loucuras populares levaram um incêndio à Nação Cristã; pois, a não ser que Cristo, Ótimo Máximo, tenha apagado tão grande incêndio com seu poder divino, todas [as nações] serão consumidas.

Realmente, visto que todas as cidades da Itália estejam divididas em duas partes, desde os tempos de Frederico II, e sejam discordes entre si por um ódio hostil, acontece inúmeras vezes que aqueles que são inferiores em forças, contanto que possam se vingar dos adversários, de modo algum recusam o domínio dos povos estrangeiros. É de tal forma grande a loucura dos homens que, embora tenham entregue a pátria ao comando e à lascívia de outras nações, julgam que a sua dignidade está muito bem firmada. Pois, colocam todo o ornamento de sua dignidade na destruição dos cidadãos de outra facção. Aquela sangrenta revolta da Itália⁵⁴ impeliu os povos a convocarem primeiro os germanos, depois os gauleses e, por último, os hispanos ao domínio da Itália e a levarem a desolação e a ruína à parte do orbe mais florescente e, enfim, a excitarem o ódio entre dois chefes ilustres, que, combatendo pela posse da Itália, avançaram até ali de tal modo que, se tivessem vivido por

⁵² Pela multidão sofrida (1572).

⁵³ Para toda a Nação Cristã (M 1549).

⁵⁴ Este devaneio da Itália (M 1549).

muito tempo⁵⁵, a sua luta pareceria tramar a grande destruição e ruína do nome cristão. De fato, os nossos inimigos marcham bastante enérgicos e preparados para a nossa destruição, mais confiantes na nossa loucura do que em suas próprias forças. Agora, então, sondando os despojos da Panônia em grande tensão de guerra, levaram uma não pequena calamidade àqueles povos e devastaram boa parte da Panônia com o ferro e com o fogo. Aqueles que, como espero, a menos que tivessem sido reprimidos pelo poder divino, a qualquer região a que levarem o ardor das armas, destruirão tudo.

Que Cristo, Ótimo Máximo⁵⁶, que enche de majestade os sumos templos divinos do céu, benignamente perdoe⁵⁷ ao povo cristão, o qual livrou para a luz e para a liberdade com o seu sangue, defenda cada um dessa abundância de males, e finalmente volte a sua ira para os inimigos do seu nome. Assim, é necessária a força divina e a decisão divina para afastar tão grande peste, uma vez que esta não pode ser repelida pela decisão humana.

Na verdade, tenho confiança que ela haverá de existir para que o valorosíssimo imperador⁵⁸ César V⁵⁹, animado com o auxílio de Cristo, afaste estes males estimulados pelo ardor da multidão desvairada. Todavia, a intensidade do perigo que paira sobre nós não pode ser explicada por nenhuma palavra. Sem dúvida, a causa deste mal iminente não se originou de outro lugar senão do devaneio das partes. De fato, estas mesmas, não detidas pela ruína e pelo sangue dos cidadãos, muitas vezes enchiam as cidades de questões muito frívolas, levaram ainda vários reis à discórdia e comprometeram todas as coisas, desse modo, não só perderiam a pátria, mas também levariam toda a Nação Cristã a um perigo

⁵⁵ Trecho omitido em M 1549.

⁵⁶ Ó Santo Cristo, que terminas... (M 1549).

⁵⁷ Perdoa ao Cristão ..., recuperaste com o teu sangue..., volta a tua ira para os inimigos do teu nome (M 1549).

⁵⁸ O Poderosíssimo varão (M 1549).

⁵⁹ O Imperador Carlos V (1576-B).

extremo. Portanto, agora assim como notáveis artífices deleitam-se com suas obras, assim também vemos os chefes e autores deste tão grande crime saltitarem alegres na expectativa de mudanças. Com efeito, nem só aqueles acreditam que eles, exilados e oprimidos pela dívida, não podem conservar sua salvação a não ser quando a pátria for destruída; mas vemos ainda que outros, aos quais tenha sido lícito desfrutar de um repouso decente, tirem prazer deste tão grande perigo de ruína. De fato, agora concebem que haverá de existir esperança para que se vinguem dos adversários, assaltem impunemente, e aumentem as suas riquezas através de um crime capital. Assim também são tolos que não percebem que não pode acontecer que na ruína de toda a nação conservem seu bem-estar incólume em meio à desgraça comum. Isto não deve ser de se admirar. Pois nunca houve uma deliberação no povo, nem uma segura e firme razão de vida, mas uma desumana audácia e uma temeridade associada a todo tipo de desgraças.

4.3. O *De gloria* e suas características.

4.3.1. Ambientação do diálogo.

Jerônimo Osório toma como base para o seu *De Gloria* os diálogos ciceronianos.

Este texto, inicialmente formado com uma invocação ao rei D. João III e ao príncipe D. Luís, tem como cenário da discussão uma casa de campo (*in suburbano quodam...*). Já desde Platão podemos notar que o cenário mais propício a uma reflexão filosófica, à discussão, ao ensinamento é a casa de campo, a *villa*, que se transforma em Academia, local de encontro de pensadores e de artistas, devido à tranquilidade do lugar e à facilidade que

ali se encontra de estar-se em contato com a natureza. Afastados do tumulto das grandes cidades, podemos refletir melhor sobre os problemas diários que se abatem sobre cada um de nós e sobre a própria cidade, o que nos proporciona um retorno às nossas origens. A *villa* é um espaço ameno, mas fechado, de restrito acesso, em que se apresentam interlocutores sempre associados a uma vida de estreitas relações políticas e pessoais.

Cícero também ambientava seus diálogos numa *villa*, bem diferente dos cenários de Platão em que havia uma movimentação bem maior. Pelas estradas transitaram personagens mais inquietos e o próprio tempo em Atenas era mais quente que em Roma. Note-se que Platão, em geral, fazia seus personagens pararem à sombra de frondosas árvores para poderem refrescar-se, já quase desfalecidos, e prosseguir a viagem. Nos diálogos ciceronianos, os personagens se detêm à sombra de uma árvore para se reclinarem não na relva, mas em bancos. O que já demonstra alguma diferença entre os diálogos gregos e romanos.

Jerônimo Osório, por sua vez, quase nada nos revela sobre sua casa, a não ser que dista da cidade. Nenhum outro detalhe nos é fornecido no decorrer do diálogo que esclareça as condições ambientais de suas conversações. Sabemos tão somente que se trata de um ambiente italiano, pois que o próprio Osório nos dissera pouco antes ter ido à Itália para desenvolver seus estudos, detendo-se mais precisamente em Bolonha, fato confirmado em um livro que trata de sua vida: *Vnde Bononiam veniens sacras litteras, et clavem earum idioma Hebraicum avidè hausit* (“Donde, vindo a Bolonha, avidamente hauriu as Sagradas Escrituras e a chave destas no idioma hebraico”)⁶⁰.

⁶⁰ Antonio (s.d.), p. 37.

Logo a seguir, há uma referência feita por um dos interlocutores a Florença (*Postquam enim Florentia uenistis...* – “Na verdade, depois viestes a Florença...”). Florença, que fora o principal centro cultural do humanismo italiano, cujos representantes buscaram elaborar uma concepção das letras que servisse para a educação do cidadão e para a exaltação da vida terrena do homem. Modelo da nova cultura tanto no plano político quanto naquele artístico e literário, Florença presenciou o triunfo do platonismo, inspirado por Marsilio Ficino na sua famosa *Accademia Fiorentina*.

4.3.2. Apresentação do tema.

Iniciado o diálogo, o tema da glória é apresentado sob diversos pontos de vista. Mais uma vez Cícero é lembrado pelos humanistas portugueses na forma de tratamento de seus temas. A diversidade de pontos de vista demonstrava a recusa do autor, ao menos num primeiro momento, de tomar uma determinada posição, o que concede aos personagens uma maior vivacidade e consistência em suas falas. Os diversos aspectos de um argumento permitem aos leitores / ouvintes identificarem-se com o problema apresentado, dando-lhes a oportunidade de se aprofundarem e chegar a uma idéia mais pessoal do mesmo. É precisamente a retomada da Nova Academia de Carnéades (no século II a.C.) que favorece a discussão da conveniência ou não de um tema. Devido à impossibilidade de termos um conhecimento certo, podemos chegar a conclusões com vários graus de probabilidade de certeza. Na Roma antiga, a influência da Nova Academia fez-se sentir em seus adeptos. Cícero, por exemplo, aceita alguns de seus princípios, mas também acolhe ensinamentos de

outras escolas. Na realidade, interessava ao autor romano aquilo que as doutrinas gregas tivessem de melhor para ser adaptado à cultura romana. As conversações filosóficas têm lugar entre romanos e os exemplos que ilustram seus diálogos dizem respeito à história de Roma.

Como os demais estudiosos novilatinos, fortemente influenciados pela leitura de Cícero, Jerônimo Osório retoma esta forma de abordagem dos problemas. O tema da glória, como veremos, será apresentado com suas vantagens e desvantagens em diversas fases da história universal, desde a Antigüidade clássica até os tempos de D. João III. Diversas as culturas e as épocas, diversos os tratamentos utilizados.

Esta forma de diálogo acolhida por Osório concilia retórica e filosofia. Os problemas, ligados à vida e valores sócio-políticos são tratados por personagens dotados de uma certa autoridade, o que dá às opiniões destes mesmos personagens um peso especial.

Assim, no que concerne à retórica, são retomados os princípios da arte oratória que a dividem em cinco partes: *inuentio, dispositio, elocutio, actio e memoria*.

Na *inuentio* (descoberta, invenção) devemos encontrar o que dizer. Trata-se da descoberta dos pensamentos adequados à matéria do discurso, “que servem como instrumentos intelectuais e afetivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido representado”⁶¹.

Na verdade, a matéria já se encontra no nosso inconsciente e, por isso, ela não é criada, como muitos podem pensar, mas reavivada através de alguns processos, tais como as chamadas perguntas retóricas. A profusão de pronomes interrogativos, notada no texto de Osório logo que se inicia o seu diálogo propriamente dito, nos remete à teoria de Lausberg.

⁶¹ Lausberg (1982), p. 91.

Notamos na página 39, na fala do próprio Osório, uma seqüência de pronomes *quis* em perguntas ligadas a personagens da história greco-romana. A enumeração de diversos pensadores e políticos da Antigüidade envolve tais perguntas que, em realidade, servem para reavivar no público a memória daqueles que se sobrepujaram na glória em tempos passados.

A esta *inuentio*, indubitavelmente, está ligada a *dispositio*, ou a arte de colocar em ordem o que antes achamos. Trata-se, então, de uma arrumação dos assuntos expostos, formando estas duas partes um conjunto único.

A seguir, a *elocutio* objetiva escolher as palavras para falar e acrescentar o ornamento de tais palavras e das figuras. Assim sendo, notamos uma riqueza vocabular no texto, em que presenciamos vários termos associados à glória e a tudo que a ela se relaciona – a sua busca, o seu desprezo, a sua cobiça: *ardens desiderium* (1º parágrafo), *gloriae cupiditate* (1º, 2º e 3º parágrafos), *appetitu gloriae* (3º parágrafo), *laudis appetitu* (4º parágrafo), *cupiditate laudis* (4º parágrafo) e *ad inanitatem gloriae* (p. 43). A escolha do vocabulário específico para a glória se apresenta quase toda nas primeiras páginas do texto, quando o autor nos dá uma idéia geral do tema a ser tratado, antes de iniciar o diálogo propriamente dito.

Na *actio* devemos representar o discurso como um ator, com gestos e dicção. Esta parte, então, se torna mais acentuada quando ouvimos o discurso. O orador deverá demonstrar toda a sua capacidade de convencer o público com o auxílio de recursos visuais, dificilmente perceptíveis nos textos escritos.

Por fim, na quinta parte, a *memoria*, devemos, como o próprio nome nos indica, recorrer à memória para recordar ao público tudo quanto se passou em breves frases.

É claro que, tratando-se de um diálogo, nem todas as partes acima descritas estão presentes no *De Gloria*. Alguns dos procedimentos utilizados em cada uma destas partes pode se manifestar no curso do diálogo, mas isto não o torna um discurso de acusação ou defesa propriamente dito, como seria de se esperar num discurso retórico. Como vimos antes, os diálogos baseados no estilo de Cícero apresentam a dupla função de acusar e defender um determinado tema, sem por isso necessariamente tomar partido de alguma das situações. E é justamente isto que faz Jerônimo Osório: apresenta as diversas opiniões sobre a glória, mas se abstém a princípio de se declarar favorável a qualquer uma delas em particular.

4.3.3. Caracterização dos diálogos e dos personagens.

Algumas das características recorrentes nos diálogos platônicos, que Cícero resgata, e com ele Jerônimo Osório, são, por exemplo, efeitos de surpresa e de improvisação. Devido a alguma resposta ou à própria liberdade excessiva, o interlocutor pode repentinamente mudar o tom do seu discurso para voltar ao seu objetivo. As freqüentes digressões, que servem para exemplificar o tema tratado, constituem outro recurso dialogístico, assim como uma aparente falta de sistematização ou de proporção entre as suas diferentes partes. Tudo com fins de animar o leitor / ouvinte a prestar atenção ao tema proposto, como uma espécie de *captatio benevolentiae*.

Observa-se uma certa tensão na fala dos personagens. O modo de expressão (*sermo*) com sua espontaneidade se opõe à discussão, à disputa (*disputatio*).

No caso do *De Gloria*, após uma espécie de introdução ao tema da glória, onde são resgatados os antigos valores, com uma série de digressões, enumerações, e após a apresentação dos personagens que tomarão parte na discussão, no 14º parágrafo inicia-se o diálogo com uma fala do próprio Jerônimo Osório: “... *post alios sermones ultro citoque, ut fit, de multis rebus habitos, ego huiusmodi sermonem institui*”.

A conversa inicial diz respeito aos estudos de direito desenvolvidos pelo primeiro interlocutor. Osório teria temporariamente abandonado o direito civil para se dedicar apenas ao canônico. Nada mais normal para quem escrevera obras sobre a religião cristã, incluindo a tradução de partes das Sagradas Escrituras. No entanto, com frequência os dois direitos são conjuntamente estudados pelos humanistas.

Entretanto, a discussão logo se volta para o seu tema central: a glória. Osório defende seu ponto de vista, associando vários benefícios à busca da glória humana e comentando como é normal o desejo dos homens de alcançá-la.

Agostinho, o grande confrontador de Osório neste primeiro livro, logo refuta as idéias de seu amigo e expõe, em longo discurso, os malefícios da glória, as artimanhas e os crimes praticados, tendo como pretexto uma glória ilusória. Engana-se aquele que julga a sua origem proveniente de alguma virtude; as falsas aparências ocultam o verdadeiro significado de certos atos nefastos dignos de reprovação. Agostinho, em certo ponto, admite a nobreza da glória; contudo, devido à má aplicação de alguns benefícios recebidos, a glória tornou-se algo lamentável, e que deve ser evitado a qualquer custo.

Agostinho, portanto, mantém-se cético até o fim da discussão, sempre dando exemplos de sua opinião. Em seu discurso, ele abrangerá diversas áreas de conhecimento, tais como o direito inicialmente; a literatura clássica greco-latina, com referências

sobretudo a Homero e Hesíodo; a filosofia, através da figura de Platão e da sua Academia; a história antiga e contemporânea dos humanistas; a mitologia clássica; e o que poderíamos denominar de cultura geral, em que o personagem citará as opiniões populares e algumas fábulas e histórias passadas de geração em geração nos povos assírios, babilônios, fenícios e outros. Agostinho, assim como os outros dois personagens que participam da discussão, se ocupa de assuntos relacionados mais às disciplinas políticas e morais; pois que o tratado do *De Gloria*, não obstante destinar-se ao rei D. João III, servirá de modelo também aos demais estudiosos humanistas e até mesmo ao povo que estiver presente à leitura do tratado.

Assim, utilizando estas temáticas, mais próximas do conhecimento de seus destinatários, Osório torna o seu discurso mais límpido, claro, sem, contudo, perder a sobriedade com que ele deve ser tratado. Ao mesmo tempo, temas de maior abrangência, do conhecimento geral do público, evitam uma possível obscuridade com relação às reações esperadas, tanto da parte dos próprios personagens quanto desse mesmo público. Os personagens não se perdem em longas divagações, que só servem para dificultar o retorno ao tema central da discussão e que se tornam um empecilho para um bom entendimento do assunto.

Osório, por exemplo, trata dos direitos canônico e civil e de teologia no princípio da discussão, como uma introdução ao tema. Depois, durante o seu discurso fala também de história antiga e contemporânea ao citar alguns personagens notoriamente conhecidos por suas ações com relação à política.

Quanto ao terceiro personagem, Metelo quase nunca toma parte da discussão neste primeiro livro, atendo-se a uma pequena participação na introdução do diálogo e a algumas

poucas interrupções para dizer se concorda com as posições expressas por seu amigos debatedores ou a fim de fazer uma pergunta que sirva para prolongar um pouco mais o discurso do personagem que acabara de falar. Faz-se, então, uma brevíssima pausa, dando ao personagem anterior tempo para tomar o fôlego e prosseguir com sua argumentação. Tal recurso permite ao locutor principal avançar no seu pensamento, dando oportunidade à apresentação de várias novas digressões e enumerações (como nas páginas 32, 34, 35, 41, 47, 50, 52 e 54), ou de anáforas (nas páginas 34, 39, 43 e 53), que dão mais vivacidade ao discurso e à integração principalmente da filosofia à retórica. Isto amplia as perspectivas e dá à eloquência uma visão mais abrangente entre a cultura geral e a finalidade a que se destina o discurso.

A própria escolha do diálogo faz com que o tema apresentado não incorra na monotonia dos discursos oratórios em geral, que, sem dúvida, agradariam muito pouco a um público algumas vezes já saturado de ouvir tantos discursos, epitalâmios, poemas laudatórios ou fúnebres. Além disso, a presença de personagens reais contemporâneos do autor assegurava-lhe um contato mais direto com os problemas político-sociais e literários de seu tempo. Fato que, entretanto, não impedia que personagens do passado estivessem presentes no diálogo. Ao contrário, estes serviam de exemplo para reforçar o seu pensamento de que tudo quanto Portugal vinha sofrendo naquele momento era reflexo de tempos passados em outras nações. Os portugueses podiam espelhar-se na história antiga para melhor esboçar uma reação aos problemas que se lhes pudessem apresentar. Diferentemente eram a realidade e os valores lusitanos que agora constituíam o tema essencial do tratado. A busca da confiança no poder real torna-se fundamental em um momento em que os lusitanos já haviam sofrido algumas perdas militares importantes,

sobretudo na África. No entanto, com a recente tentativa de estabilização do governo surge também a tentativa de renovar a autoconfiança e a superação dos problemas.

Ao construir o seu discurso em forma de diálogo, Osório começa o tema com um tom notadamente ciceroniano. Alguns discursos e obras filosóficas de Cícero podem ser observados na sua forma de expressão. Depois, mais ou menos na metade do diálogo (p. 44), notamos uma mudança de tom. Trata-se de uma passagem em que falará da δόξα. A seguir é apresentada pela primeira vez a definição da palavra glória (“*uniuersae multitudinis opinio de alicuius egregia dignitate concepta*” – p. 45). Esta é a única vez em que se anuncia realmente o significado que a palavra glória, tema do diálogo, receberá neste primeiro livro do *De gloria*: “A opinião de toda a multidão formulada a respeito da alta dignidade alheia”. Para um livro, que se intitula *De gloria*, definir seu tema principal apenas na metade do discurso pode parecer algo um tanto inusitado. No entanto, como podemos notar, todas as anteriores exposições formaram como que uma introdução ao tema. Não se deixou de abordar o assunto, apenas o autor preferiu dar seu próprio parecer um pouco mais tarde.

Apesar de apresentar o tema da glória relacionado a coisas elevadas, como o louvor das virtudes, o louvor nas guerras, há uma espécie de contraponto em que o autor discorre sobre a figura das mulheres, sobretudo as alcoviteiras e meretrizes num tom que nos parece até propício: “*Est et lenae et meretrici sua laus in circumuenienda iuuentute et turpitudinis illecebris allicienda*”.

A mulher, então, é concebida como alguém capaz de enganar os homens, de conceber os mais maléficos desígnios para lograr os outros e deles obter fama e riqueza, muito piores que os homens mais indignos e inescrupulosos. Faz-se menção a um certo

livro, que orientaria as mulheres na arte da sedução e da extorsão. Entretanto, não conseguimos precisar de que livro nem de que autor se trata, a não ser que deveria ser alguém notório aos tempos de Jerônimo Osório, posto que os demais personagens do diálogo sabem perfeitamente a quem ele se refere. O autor, no entanto, sabiamente relaciona o assunto aos relatos antigos de Homero e Hesíodo, quando os homens também utilizaram a arte acima descrita. A mitologia clássica é retomada a fim de fazer uma ligação entre passado e presente. Assim, deixa-se esse brevíssimo comentário sobre as mulheres, que serve como uma pausa ao texto, e volta-se ao tema. Pois, quem seria mais apropriado a influenciar os homens senão os próprios poetas? Homero é citado não como um simples poeta, mas como um vate, um oráculo. Este é considerado como uma espécie de agoureiro, adivinho, mestre em alguma arte. Ele sabe sem aprender, por um dom de vidência que lhe é conferido pelos deuses. Ele torna-se, portanto, o senhor da verdade, o homem das palavras. E é justamente através dessas palavras que ele dá a seu canto, à sua história, a beleza e a força persuasiva.

Um pouco mais adiante surgirá a figura do poeta, como é designado Hesíodo. Enquanto que Homero antes é apresentado como um tipo de adivinho, Hesíodo é o poeta por excelência. O poeta produz, é um artesão, não um abençoado pelos deuses. O poema, visto que é criado, se assimila aos objetos também criados tanto pela natureza divina quanto pelas mãos dos artífices que os moldaram. A obra do poeta é marcada por diversos sinais que nos deixam entrever quem foi seu idealizador, garantindo a sua propriedade, identificando seu autor e os procedimentos que o mesmo utilizou para criá-la. Este nos relata a época da raça de ouro. Homero vem associado à raça de ferro, à época em que os homens matavam, roubavam, se vendiam para conseguir a glória. E, o que é de se admirar,

nada era considerado ignominioso; pelo contrário, roubar, matar, pilhar eram coisas muito comuns e até religiosas. Já Hesíodo nos oferece a descrição de uma época em que tudo está calmo, anterior àquela de Homero, em que todos viviam em paz, com a terra provendo-lhes todo o sustento necessário a uma boa vida.

A comparação com Platão (*Crítias*), Virgílio (*Bucólicas*) e Ovídio (*Metamorfoses*) torna-se inevitável neste momento. No entanto, veremos mais pormenorizadamente esses detalhes a seguir em outra seção deste estudo. Cabe-nos, agora, apenas mencionar tal fato, devido à sua significação na mudança de tom do discurso. Um estilo platônico é evidenciado no diálogo, que neste instante torna-se uma espécie de monólogo de Agostinho, estendendo-se por aproximadamente onze parágrafos. O próprio Platão é citado apresentando as idéias de Sócrates sobre a raça de ouro.

Após mais algumas digressões sobre ilustres personagens da história greco-romana, Osório tende a mudar novamente o tom e parece retomar Cícero. Tal mudança é marcada após uma pequena intervenção do próprio Osório como personagem na longa exposição de Agostinho. A exclamação de Osório expressa sua indignação quanto às atitudes do povo. Esta pequena pausa no discurso dá a Agostinho a chance para voltar a um tom, digamos, ciceroniano: “*Si enim uetera memoria repetamus...*” (“Com efeito, se recordarmos coisas antigas...”), como aquele das *Catilinárias*.

Mas, ao finalizar seu discurso, o texto retoma a sua argumentação inicial. Há uma *recordatio* em que se busca voltar ao início do tratado para poder concluí-lo. Isto se dá nos cinco últimos parágrafos do texto sempre na fala do personagem Agostinho, que foi justamente o principal argumentador deste primeiro livro do *De gloria*. Vê-se a invocação, a súplica a Cristo e à Nação Cristã para que apóiem seus chefes e impérios a permanecerem

firmes em seu propósito e em sua fé. A Itália novamente serve de exemplo à nação portuguesa: desde suas origens sempre houve vários conflitos entre os que lutaram por Roma ou por toda a Itália.

4.4. A glória e suas diversas definições

As criações literárias geralmente trazem em si a marca de seu tempo, da vida política e social em que estão inseridas. Como a história da Humanidade nos apresenta uma espécie de ciclo vital – em que as coisas aparecem, têm seu esplendor, depois dão lugar a outras e mais tarde retornam –, também a história da literatura passa por estas mesmas fases: deixam-se influenciar por modelos antigos de épocas que presenciaram situações semelhantes, influenciam ainda uns aos outros ou procuram rivalizar sobre os mesmos temas enquanto discutem a respeito do futuro de suas preocupações. Com este intuito, criam-se certas referências, representações e até mesmo certas expressões (típicas de determinados círculos literários ou épocas), chegando a criar valores e regras práticas para o desenvolvimento de alguns tipos de estilos.

Os autores, com frequência, já possuem alguns modelos textuais interiorizados, uma espécie de corpus textual, que serão combinados, confundidos ou retrabalhados e atualizados. Dessa infinidade de textos absorvidos em sua mente, o autor tirará a fonte principal de seu texto, com algumas frases ou sintagmas já prontos para serem utilizados, pois é no texto que o homem sentirá o seu ser revelado.

Assim sendo, partiremos para a apresentação de diversas definições do termo glória durante alguns períodos no próprio texto de Jerônimo Osório.

4.4.1. A glória na Antigüidade clássica

O *De gloria* apresenta um verdadeiro quadro de fatos e personagens que marcaram de forma significativa a história da Humanidade, no que se refere à cobiça pelo poder e à busca de renome e glória desde a Grécia clássica até a época de D. João III. Jerônimo Osório exemplifica todos os pontos que deseja defender com histórias verídicas.

Assim sendo, o primeiro fato citado é o da história da fundação de Roma, com referências à sede de Rômulo pelo poder. Roma apresenta duas vertentes lendárias para a sua fundação. Segundo uma delas, Roma fora fundada pelos gêmeos Rômulo e Remo, filhos de Marte e de Réa Silvia. Quando assumiram o poder, depois de vários anos de tribulações, um augúrio determinou que Rômulo fosse mantido como rei da população de Alba Longa. Este, então, começou a construir uma cidade em torno do monte Palatino, cercada por uma muralha, que não podia ser transposta sob pena de morte do infrator. Remo, entretanto, não levou a sério as ameaças e a ultrapassou, sendo logo morto por Rômulo. O fato é ilustrado pela seguinte passagem:

“Si enim inuestigare uelimus per quos fuerit olim Roma fundata eiusque imperium latissime propagatum, ut a Romulo ordiamur... Rursus si naturam spectemus eorum Romanorum qui Romanum imperium per summum scelus euerterunt...”.

Rômulo é, ao mesmo tempo, um personagem nascido em solo romano, mas com um ascendente estrangeiro (Marte), fundindo assim os valores de duas culturas: uma primitiva, quase selvagem, bárbara, e outra civilizadora, que triunfará sobre a primeira. Já desde a sua fundação vemos o destino de Roma: os romanos dominarão os territórios vizinhos com sua força (seu caráter primitivo), mas serão sobrepujados pela cultura helênica (a civilização).

A réplica a todos os proveitos tirados da glória é apresentada agora por Agostinho, amigo de Osório, que menciona vários casos em que a desonra, os vícios e o perjúrio foram motivo de louvor para algumas pessoas. Exemplos são tirados de grandes autores clássicos, um deles citando versos da *Odisséia*, de Homero, conhecido como o maior larápio e perjuro da Antigüidade. Fora seu próprio pai quem o instruíra nas artes de furtar e do perjúrio. Segundo Junito Brandão, Autólico “roubou de Amintos o capacete de couro..., furtou o rebanho inteiro do belicoso Êurito. Apossou-se, mas dessa feita sem grande sucesso, de uma parte do rebanho de Sísifo”⁶².

Assim, os crimes cometidos com o respaldo das leis humanas ou divinas eram considerados dignos de lisonja. Os mitos (*fabulae*) – como assim nomeia Agostinho as histórias, os relatos escritos – representam o maior testemunho de que os costumes, a opinião de cada época ou de cada povo e que delimitam o que seria digno de louvor ou de censura. Na Antigüidade, como vimos, pessoas que cometessem algum delito, mas que tivessem sido instigadas ou apoiadas por forças divinas seriam consideradas como pessoas de grandes virtudes. Mais tarde, esse pensamento será retomado por outros autores, que

⁶² Brandão, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. v 1. Petrópolis: Vozes, 1993; p. 148.

justamente se miraram nos clássicos greco-romanos para influenciarem seus príncipes e senhores, advertindo-os a desconfiarem de tudo e de todos.

Vários são os exemplos descritos, em que as leis de diversas nações incitam seus cidadãos a cometerem crimes, com a possibilidade de pagarem com a própria vida o desrespeito às leis. Quem, ao contrário, as respeitasse seria tido como uma pessoa de costumes antigos, honrada e religiosa.

A obra de Hesíodo é tomada como ponto de referência para se perceber a evolução do gênero humano, no que concerne ao seu caráter e às suas atitudes. Inicia-se com a Idade de Ouro, passando-se à de prata, à de bronze, e, finalmente, à de ferro (a época da raça atual). Os versos de Hesíodo são citados tal como o autor grego os escreveu, vertidos agora para o latim (vv. 108/127).

Virgílio, nas *Bucólicas*, retoma a idéia das raças na sua Bucólica 4, desejando que o esplendor da antiga raça volte a reinar com o nascimento de uma criança privilegiada:

“Tu modo nascenti puero, quo ferrea primum
desinet ac toto surget gens aurea mundo,
casta, faue, Lucina...” (vv. 8 / 10).

“Tu somente, casta Lucina, favorece ao menino que nasce,
sob o qual primeiramente desaparecerá a raça de ferro
e surgirá no mundo inteiro a raça de ouro...”⁶³.

E antes dele também Ovídio, nas *Metamorfoses*, faz uma descrição das raças:

“A primeira idade surgida foi a do ouro, em que, na
ausência de qualquer justiceiro, espontaneamente, sem a
coerção das leis, praticavam-se a honestidade e a boa-fé.

⁶³ Mendes, João Pedro. *Construção e arte das Bucólicas de Virgílio*. Brasília: EUB, 1985.

Inexistiam os castigos e o medo, não se liam as palavras ameaçadoras gravadas no bronze, nem a turba dos suplicantes temia diante do juiz, mas todos se sentiam seguros sem o justiceiro... Depois... seguiu-se a idade de prata, pior que a do ouro, mais valiosa que a do bronze... Sucedeu àquela a terceira idade, a do bronze, geração mais rude, mais disposta a recorrer às horríveis armas, porém não criminosa. A última é a do belicoso ferro. De súbito, irromperam todos os males...”⁶⁴.

O desejo de se ver a raça de ouro restituída ao nosso meio, ao tempo em que vivemos, é um τόπος, retomado desde a Antigüidade até os nossos dias. A influência que Hesíodo, como um dos primeiros a tratar do tema, exerce sobre seus contemporâneos e sucessores é fortíssima. Pois, segundo as próprias regras da poética e da retórica clássicas, um texto recebe uma unidade preexistente, e cada sujeito tratado corresponde a um texto ideal que o autor tem em mente. Quando vemos que um texto corresponde a um outro texto mais antigo, deparamo-nos com um exercício de escritores e mestres da Antigüidade, o ekphrasis (ἐκφρασις), em que o autor, ao realizar um trabalho idêntico ao de seu presumível modelo, muitas vezes rivaliza com ele. Acontece, assim, uma recriação do objeto literário. Os autores constroem uma espécie de *tessera*, como sugere Harold Bloom, na sua *Angústia da influência*, em que os autores como que complementam a obra de seu precursor, neste caso Hesíodo:

“A tessera se dá quando o poeta mais jovem, atendendo às exigências da imaginação, provê aquele elemento que lhe parece necessário para completar o poema precursor, que de outro modo permaneceria “truncado”...”⁶⁵.

Todos sabem que os homens vão se perdendo em suas ações, vícios e costumes, e o restabelecimento de uma ordem primeira, vivida pela chamada “raça de ouro, é

⁶⁴ Ovídio, *Metamorfoses*.

ardentemente ambicionada pelos homens que se julgam infelizes e já se vêem perdidos em meio a tantos infortúnios e pobreza. Esse resgate poderá ser obtido através da religião, da piedade.

Também o mito da Atlântida de Platão é recobrado no texto de Osório. Vemos no *Crítias* a mesma idéia de que na Idade de Ouro todas as coisas são boas e todos são cumulados de benefícios, os quais desaparecem assim que os homens se vão degenerando:

“Por isso, desapegados de tudo aquilo que não fosse a virtude, davam pouca importância a seus bens... Mas, quando neles começou a diminuir esse princípio divino, como consequência do repetido cruzamento com numerosos elementos mortais, isto é, quando neles começou a dominar o caráter humano, então, já incapazes de suportar sua prosperidade presente, caíram na indecência. Mostraram-se repugnantes aos homens clarividentes, porque perderam os mais belos dos bens mais estimáveis”. (121 a-b).

Os homens, todavia, pioraram tanto com o passar dos tempos, desrespeitando leis, antepassados e divindades, amaldiçoando os outros cidadãos e dirigindo-lhes afrontas, que até mesmo uma figura de suma importância como Nêmesis, deusa da justiça, vê-se obrigada a se exilar, a abandonar a terra que protegia. Ela, que outrora fora considerada como tutora e conservadora da ordem e do equilíbrio do universo, por causa da total degeneração dos costumes humanos, deve deixar seu lugar soberano, pois os homens não mais a deseja, imbuídos que estão de ódio e de corrupção.

Jerônimo Osório, no livro II, volta a citar a história grega e latina como exemplos a serem seguidos pelos lusitanos, advertindo-os sobre os malefícios que a glória e a honra possam lhes causar:

Infinitis exemplis e Graeca et Latina historia sumptis poterit confirmari quam sit studium gloriae prudentiae aduersarium. Sed

⁶⁵ Bloom (1973), p. 103.

minime necesse est. Cottidie enim uidemus eos, qui ciues ad inutilia bella sollicitant, qui temeraria et periculosa consilia sanis et tutis anteponunt, quorum animi sunt, stimulis quibusdam amentiae concitati, ad facinus obeundum, in oculis ciuium esse et ut uiros acres et animosos omnium sermone celebrari; contra uero qui ciuitatis otio consulunt et longe in posterum consilio suo reipublicae incolumitati prospiciunt, ignauos haberi.

Pelos infinitos exemplos tomados da história grega e latina poder-se-ia confirmar o quanto o zelo da glória seja contrário à prudência. Mas não é necessário. Na verdade, diariamente vemos aqueles que atraem os cidadãos a guerras inúteis, que preferem os conselhos temerários e perigosos aos salutares e seguros, cujos espíritos, arrebatados por certos estímulos à loucura, devem se opor ao crime, estão à vista dos cidadãos e são celebrados pelo discurso de todos como homens enérgicos e corajosos; mas, ao contrário, aqueles que deliberam segundo o ódio da pátria, e há muito desacompanhados olham para o futuro da república segundo o seu conselho, são considerados covardes.

Seguem-se as alusões a personagens da história da Grécia e de Roma: homens de bem, honrados, condenados ao ostracismo ou à morte trágica por zelarem demais pela sua pátria, por tentarem conservar os costumes, as leis e o bom senso. E, no entanto, Jerônimo Osório enumera todos estes atos hediondos para tentar, qual um bom conselheiro e amigo de seu soberano protetor, fazer com que D. João III não desista de promover ações dignas e benfazejas, pois passou por um período de relativo insucesso no campo militar devido às derrotas na África. Ao contrário, o autor deseja justamente advertir seu rei de que deve tomar cuidado para não incorrer nos mesmos erros anteriores e repetir a história, levando os lusitanos, desta feita, a uma completa prostração e insatisfação. D. João III deve lutar, como lutaram os Antigos, mesmo correndo o risco de algum possível insucesso. Já o próprio Cícero, nas *Catiliárias*, utilizara o mesmo recurso.

4.4.2. A glória bíblica ou cristã.

A glória não é apenas algo bom; ao contrário, como veremos por quase todo o texto é alguma coisa que traz consigo um sentido negativo, é algo pernicioso, que prejudica as pessoas e na qual os homens de bem devem prestar atenção para não se deixarem levar pelo seu aparente resplendor. Por trás da glória quase sempre se esconde a ambição, a ganância, o egoísmo. Exceção feita, é claro, à exortação da glória na Bíblia, quando se busca atingir o bem supremo: a glória de estar face a face com Deus.

Na Bíblia a palavra *glória* recebe diversas conotações. Entre elas serve para denotar a transcendência e a majestade divinas, resplandecendo nos céus e na terra:

“Caeli enarrant gloriam dei,
Et opera manuum eius annuntiat firmamentum”.
(Sl. 18, 2-3)

“Narram os céus a glória de Deus,
E o firmamento anuncia a obra de suas mãos”.

“Annuntiaverunt caeli iustitiam eius;
Et viderunt omnes populi gloriam eius”.
(Sl. 96, 5-6)

“Os céus anuncia a sua justiça
E todos os povos contemplam a sua glória”.

O Evangelho segundo São João é considerado como fundamento para a teologia da glória. Nele encontramos diversas citações em que o evangelista demonstra claramente que a glória vem de Deus. Ela se encontra apenas Nele. Na terra, entre os homens, é uma coisa

falsa, reprovável. A glória divina é um bem pelo qual devemos lutar enquanto aqui estamos, mas que só o conseguiremos em sua plenitude quando chegarmos ao céu:

“Et verbum caro factum est,
Et habitavit in nobis:
Et vidimus gloriam eius,
Gloriam quae unigeniti a Patre
Plenum gratiae et veritatis”.
(João. 1, 14)

“E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos sua glória, a glória que o Filho único recebe do seu Pai, cheio de graça e de verdade”.

“Qui a semetipso loquitur, gloriam propriam quaerit; qui autem quaerit gloriam eius qui misit eum, hic verax est, et iniustitia in illo non est”.
(João. 7, 18)

“Quem fala por própria autoridade busca a própria glória, mas quem procura a glória de quem o enviou é digno de fé e nele não há impostura alguma”.

“Respondit Iesus: Si ego glorifico me ipsum, gloria mea nihil est: est Pater meus, qui glorificat me, quem vos dicitis quia Deus vester est, et non cognovistis eum: ego autem novi eum”.
(João. 8, 54)

“Respondeu Jesus: Se eu me glorifico a mim mesmo, a minha glória não é nada; meu Pai é quem me glorifica, aquele que vós dizeis ser o vosso Deus e, contudo, não o conheceis. Entretanto eu o conheço”.

O homem, porém, frequentemente distorce os ensinamentos recebidos em proveito próprio. A natureza humana faz com que as pessoas atinjam um grau de maldade incomparável (“... *nos autem eandem saepe numero rationem huc et illuc uersantes, ea scelera concipimus ut beluas etiam immanitate superemus*”). A única forma de superar o

lado negativo da glória seria voltarmos para a glória cristã. Na religião encontraríamos a verdadeira fonte de inspiração para nossas vidas. Santo Agostinho já tem uma outra visão a respeito da glória; aquela busca desmesurada, sem fundamentos. Nas suas *Confissões*, critica a busca da glória, a falsa glória, que só serve para desviar os homens das verdadeiras virtudes e dos sentimentos mais puros. Até o próprio Santo Agostinho se diz arrebatado por esse desejo enfadonho que o tenta no próprio momento em que escreve, e é, portanto, um mal a ser energeticamente combatido:

“O homem muitas vezes glória-se vãmente no desprezo da vanglória. Mas, de facto, já não se pode gloriar nesse desprezo de glória porque quando se gloria, já não despreza a glória”⁶⁶.

A vanglória coloca em risco a saúde da alma, leva ao mal e revela o espírito mundano. O sentido clássico – greco-romano – de glória se liga diretamente à vanglória, pois que tem por significados “ambição, jactância, amor ao fausto, reputação, ostentação”. Todos elementos contrários à virtude.

O próprio Jerônimo Osório nos fala acerca dos fundamentos da filosofia cristã no seu segundo livro do *De Gloria*. As idéias de Santo Agostinho são retomadas neste trecho:

“Quod est autem huius sanctissimae disciplinae caput atque Christianae philosophiae fundamentum? Honoris, laudis et gloriae contemptio. Hanc uirtutem qui complexi fuerint, omnes uirtutes assequuntur. Quemadmodum enim ab illa nobilitatis appetitione natum est principium omnium flagitiorum, ita contempta illa omnes uirtutes oriuntur”.

“O que é, contudo, o essencial desta santíssima ciência e o fundamento da filosofia cristã? O desprezo da honra, do louvor e da glória. Aqueles que abraçarem esta virtude alcançarão todas as virtudes. Assim como o princípio de todas

⁶⁶ Agostinho. *Conf.* X, 38; p. 285. Trad. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina. Braga: Livr. Apostolado da Imprensa, 1984.

as ignomínias nasce daquela cobiça da nobreza, assim também todas as virtudes se originam do seu desprezo”.

Uma expressão corrente na Antigüidade – “Gloriam qui spreverit veram habebit” (“Atingirá a verdadeira glória quem a desprezar”) – serve de conselho às pessoas para não procurarem a glória, se realmente ambicionam tê-la. São Jerônimo, em suas cartas, adapta-se a esse pensamento com a seguinte idéia:

“Illud quoque tibi vitandum est cautius, ne vanae gloriae ardore capiaris. ‘Quomodo’, inquit Iesus, ‘potestis credere gloriam ab hominibus accipientes?’... Ne satis religiosa velis videri nec plus himilis, quam necesse est, ne gloriam fugiendo quaeras”.

“Tu também deves evitar isto com mais cuidado para que não sejas surpreendido pelo ardor da vanglória. Diz Jesus ‘Como podeis acreditar nos que recebem a glória dos homens?’... Não quiras parecer muito religiosa, nem mais humilde do que é necessário, para que, evitando-a, alcances a glória”.

Ainda na Idade Média sentiremos esse lado negativo, que gera polêmicas e começa a incitar a consciência cristã. A vanglória é aquela que se opõe à glória de Deus (“*Gloria in excelsis Deo*”, do Evangelho segundo São Lucas).

A comparação dos feitos dos portugueses com os dos personagens bíblicos torna-se inevitável neste tratado. Como o povo lusitano é eminentemente cristão, o seu monarca D. João III é comparado a Abraão, Gedeão e ao rei Davi.

Abraão foi o primeiro patriarca de Israel. Segundo os relatos da Bíblia, ele teria recebido um chamado divino para abandonar sua família e seu lar e seguir para Canaã, a terra prometida. Demonstrou grande obediência a Deus, quando este lhe ordenara que sacrificasse seu único filho, Isaac, em sua honra. Na última hora, Deus lhe ordena sacrificar

um carneiro em lugar de seu filho. Foi eleito o “pai das multidões”, tendo como descendentes vários reis. A sua obediência e discernimento para tornar as decisões mais acertadas é que marcaram o seu caráter.

Gedeão foi o quinto juiz de Israel. Celebrizou-se por ter combatido energicamente os seus inimigos. Assim como Abraão, também ele teve provas de que Deus estava a seu lado através da aparição de um anjo. Provocou o pânico entre aqueles que lutavam contra os israelitas, e sempre conseguiu pleno êxito em seus empreendimentos. Morreu em idade avançada e com uma grande progênie. Recusou o título de rei, pois achava que este era devido apenas ao Senhor.

Davi, por sua vez, foi o segundo rei do povo de Deus. Quando jovem foi pastor do rebanho de seu pai. Tal como os personagens anteriormente citados, Davi era de extrema humildade, e, por isso, foi escolhido como sucessor do reino de Deus. Mostrou grande coragem e confiança no seu Senhor ao enfrentar o gigante filisteu Golias, vencendo-o. Foi obrigado a deixar o reino de Saul e a levar uma vida errante. Após a morte de Saul, Davi foi ungido rei de Judá, até que recebeu o título de rei de Israel depois da morte do filho de Saul. Transformou a cidade de Jerusalém na capital do reino, fazendo com que se transportasse para ali a Arca da Aliança. Atacou os povos inimigos e derrotou-os.

O que une os três personagens bíblicos é, portanto, a força e perseverança que utilizaram em suas lutas, sempre revigorados pelo apoio divino. E assim como Abraão, Gedeão e Davi, também D. João III deveria ter a proteção divina como sua aliada nas lutas contra os inimigos: “... *memoriam uictoriarum, quae fuerunt olim diuinitus Abrahamo, Gedeani, Dauidi aliisque uiris sanctissimis concessae, renouauit*”. Todas as vitórias são devidas a Cristo e, por conseguinte, a Deus. Então, o valor principal que devemos tomar

como base de todas as ações, segundo Jerônimo Osório, é o temor a Deus, a obediência e a devoção.

4.4.3. A glória dos Descobrimientos e das Conquistas

Jerônimo já apresentara este tema antes à corte (*“Et, ut in libris de nobilitate, quos scripsi ad Ludouicum fratrem tuum... sic in his libris contendo ut inanem et fluxam a uera et stabili laude seiungam et admoneam omnes...”*).

Pouco se sabe a respeito do príncipe D. Luís. Era irmão de D. João III, nascido em 1506. Lutou na Tomada de Túnis ao lado de Carlos V. Em 1534, a cidade de Tunis fora invadida pelo corsário Haviedim Barbaroxa. O antigo rei da cidade pediu, então, socorro ao Imperador Carlos V para que o ajudasse a se defender do inimigo. Carlos V, vendo que se fortificaria com esta empresa, recebendo mais uma cidade aliada aos Cristãos contra os turcos, aceitou combater na retomada de Tunis e, por sua vez, formou um grande exército com o auxílio de outros reinos cristãos. O exército de D. João III fora requisitado para esta empresa, prontamente atendida. Em 1535, o infante D. Luís, então, vira neste momento a oportunidade de participar efetivamente de uma batalha. Tendo sido várias vezes proibido por seu irmão de fazer parte de tais empreendimentos, D. Luís decide embarcar secretamente com alguns companheiros para ajudar Carlos V. Francisco de Andrade narra o ímpeto com que o jovem príncipe decide enfrentar os perigos:

“O ifante dom Dluís, irmão del Rey nosso senhor, que sempre fora desejoso de grandes empresas... se detriminou em não perder a ocasião que então se lhe offerecia de comprir aquelle seu antigo desejo num negocio de tanta honra...”⁶⁷.

⁶⁷ Andrada (1976), p. 627.

Sua participação foi decisiva para o sucesso da retomada da cidade. Os exércitos avançam enfrentando duras batalhas e conseguem pleno êxito em suas façanhas. Mas, a ajuda de D. Luís se concretizou pelo fato de se manter sempre presente ao lado de Carlos V durante as batalhas, dando sábios conselhos ao cunhado. O próprio imperador se encarregara de prestar-lhe suas homenagens. Diz Francisco de Andrada:

“Em que se embarcou o Ifante dom Luis despedido do Emperador, que na despedida lhe deu muytas graças por lhe querer ser companheyro naquella jornada, confessando que a elle deuia a mayor parte da vitória que nosso Senhor lhe dera em Tunez, e que por isso lhe ficara em noua obrigação, afora a do amor e parentesco que com elle tinha, e assy o escreueo a el Rey nosso senhor”⁶⁸.

D. Luís morre em novembro de 1555, não tendo nunca se casado, mas deixando um filho, dom Antônio, que se tornou prior do Crato após a morte do pai. Entretanto, o infante sempre foi muito apreciado por suas virtudes, que o acompanharam até a sua morte.

D. João III, a quem é dedicado o *De Gloria*, é amplamente citado como fonte de virtudes, exemplo a ser seguido por todos os portugueses que desejem ser reconhecidos como homens de bem. O culto à religião cristã é uma das qualidades mais importantes do rei.

A dedicatória pode ser uma simples convenção, como já acontecia na Antigüidade clássica. A figura de um protetor poderoso, como Mecenas em Roma, ou até de um príncipe era de extrema importância no início de um poema ou tratado. Os escritores puderam se tornar profissionais em sua arte graças à motivação e auxílio, sobretudo financeiro, destes protetores. O próprio Horácio dedicara a sua Ode I, 1 a Mecenas (“*Maecenas atabis edite*

regibus...”, v. 1), Lucrécio dedica o seu *De rerum natura* a Mêmio, por ter ficado conhecido como protetor de Lucrécio e Catulo (“... *Quos ego de rerum natura pangere aonor / Memmiadae nostro...*”, I, vv. 25/26).

Tais patronos davam aos autores modestos a oportunidade de escreverem suas obras e de viverem de sua arte, servindo-lhes às vezes de conselheiros ou comendatários, sugerindo ou mesmo impondo ao escritor um certo tipo de gênero literário ou tema, como é o caso de Augusto, que encomendara a Virgílio uma obra que cantasse a sua origem divina e o sucesso do povo romano, daí surgindo a *Eneida*. Estes, como agradecimento, freqüentemente se tornavam os destinatários reais de seus escritos.

Quanto aos príncipes e reis no Renascimento (ou mesmo na Antigüidade) são conhecedores também dos segredos do mundo; eles estão cientes de todas as causas dos acontecimentos e o artista, com o seu auxílio, será o seu porta-voz, o seu exegeta, aquele que falará em lugar do rei, ocupado com seus afazeres monárquicos. Os reis presumivelmente teriam uma certa relação de superioridade com seus súditos. Na corte francesa, já em tempos posteriores, a época de Luís XIV, vemos manifestar-se toda uma preparação, por exemplo, para a visita ao rei em seus aposentos reais. Preparação esta em que não deixa de se revelar a hierarquia de várias classes entre os próprios parentes do soberano e seus súditos mais próximos. Se as pessoas não se submetessem a essa hierarquia, símbolo de prestígio, perderiam seu valor, como um homem de negócios perderia capital e chances de melhorar de situação se perdesse seus clientes, não se sujeitando às suas vontades. Por certo, a corte portuguesa não era tão cheia de tais solenidades e rapapés quanto a corte francesa, mas podemos sempre preservar uma possível

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 141.

relatividade entre as duas. A competição dos homens para ocupar um lugar de prestígio, por exemplo, indicando sua devida ou até mesmo pretensa posição numa classe tão restrita e preservada como a das cortes, com certeza tem seu fundo verídico em todas as cortes jamais existentes.

Diz-nos Norbert Elias, em seu *Société de cour*:

“L’opinion que lês ‘autres’ se faisaient d’un individu décidait souvent de la vie et de la mort, sans recourir à d’autres moyens de coercition... L’opinion de l’ensemble d’une société sur chacun de ses membres était donc d’une efficacité et d’une ‘réalité’ redoutables”⁶⁹.

Por isso, o soberano deve ouvir seus conselheiros, no caso de D. João III será Jerônimo Osório. Este exerce um papel vital com seu discurso quando o adverte sobre alguns acontecimentos e o exorta a outros neste mesmo texto.

A própria arte de manipular os homens através da observação e descrição das atitudes de certos indivíduos são bastante pertinentes ao tema do discurso. O conselheiro de um príncipe ou rei, mostrando sua habilidade e destreza no manejo das palavras, procurando influenciar decisões futuras tanto a favor da nação quanto a seu próprio favor, é algo que se enquadra perfeitamente ao *De gloria*.

O soberano, antes de mais nada, deve ter sempre presente em seu espírito o amor à glória, não só para aumentar sua reputação, como ainda para engrandecer sua própria nação. Robert Elias, em dado momento, nos cita justamente algumas idéias de Luís XIV a esse respeito:

“L’amour de la gloire va assurément devant tous les autres dans mon âme... La chaleur et le désir violent que j’avais d’augmenter ma réputation me donnaient une très forte

⁶⁹ Elias (1974), p. 86.

passion d'agir, mais j'éprouvai dès ce moment que l'amour de la gloire a les mêmes délicatesses, et, si j'ose dire, les mêmes timidités que les plus tendres passions... Je me trouvais retarde et pressé preque également par un seul et même désir de gloire”⁷⁰.

O reinado de D. João III estende-se de 1521 a 1557. Inicialmente aberto a relações com todos os tipos de pessoas e opiniões religiosas, aos poucos o rei se vê obrigado a restringir sua tolerância a certos grupos étnicos como judeus e muçulmanos. Constrangido por seu casamento com Catarina, irmã de Carlos V, a fechar o cerco contra os judeus, D. João III instala um Tribunal da Inquisição em 1536, forçando a saída de inúmeras pessoas de sua nação. Mais tarde, no entanto, tolera a presença de um grupo de cristãos novos, judeus convertidos ao catolicismo, com vista a amenizar a sua situação. Além da influência de Carlos V, D. João III vinha sofrendo pressão por parte dos Jesuítas. Apesar de tudo, consegue manter sua posição devido à expansão do território português com suas crescentes descobertas. Os feitos do rei são bem ilustrados no texto:

“Quis enim unquam maiorem diligentiam adhibuit in sacris aedibus exstruendis, in rebus diuinis rite peragendis, in sceleribus impiorum hominum uindicandis, in Christi nomine propagando?”

Filho de D. Manuel e de D. Maria, nascido a 6 de junho de 1502, teve por mestres o capelão Álvaro Rodriguez, que lhe ensinou a ler e apresentou-lhe os princípios da doutrina cristã; Martim Afonso; d. Diogo Ortiz de Vilhegas, bispo de Tanger e prior de S. Vicente de Fora, mestre de gramática; Tomás de Torres, médico e astrólogo, que lhe ministrou noções de astrologia; e o Dr. Luís Teixeira, que lhe ensinou grego e latim.

⁷⁰ Id, ibidem, p. 141.

A 19 de dezembro de 1521 subiu ao trono, aos 19 anos. A situação do reino encontra-se estável a essa altura, embora uma grande peste e a fome assolassem a Espanha e a África, fazendo com que os mouros chegassem a se vender e a se entregar aos Cristãos:

“Opera enim tua effectum est ut innumerabiles Asiae nationes, patria superstitione repudiata et pristinis atque inueratis institutis omnino relictis, sese ad Christum ardenti studio contulerint”.

Na tentativa de uma futura união dos reinos de Castela e Portugal, travam-se as negociações para os dois casamentos: o de Isabel, irmã de D. João III, com Carlos V e o de D. João III com Catarina, irmã de Carlos V. Alguns imprevistos, entretanto, fazem cessar as negociações; navios castelhanos são detidos na Índia por portugueses, o que gera um confronto inesperado. Tenta-se, então, inutilmente casar D. João com sua madrasta D. Leonor, também irmã de Carlos V e primeira prometida a D. João. Leonor deixa Portugal logo e junta-se ao irmão. Somente em 19 de julho de 1524 é que D. João consegue assinar o contrato de casamento com D. Catarina.

Após a morte do rei D. Manuel, três navios foram enviados à Índia em 1522. Em 1523, mais sete naus partem para a Índia. Neste mesmo ano os mouros, percebendo a pouca experiência do governador local, insurgem-se contra os portugueses e tentam roubá-los e matá-los.

Em maio de 1524, os mouros tomam a fortaleza de Pacem, ateando-lhe fogo, e aos poucos as terras vão sendo retomadas aos portugueses. Chega ajuda de Malaca e há uma sucessão de guerras. As suas empresas na Índia são notadamente marcadas: “... *quod Christus nomine suo te protegit, tibi praesens adest, pro te pugnam capessit, quod cum alias saepenumero, tum ab hic triennio fuit in Índia, hostiam confessione, declaratum*”.

Ainda em 1524, D. João decide enviar Vasco da Gama para governar a Índia. O rei manda buscar a sua rainha a Castela para vir residir em seu novo reino. No ano seguinte, partem mais cinco navios para a Índia, dos quais apenas três chegaram ao seu destino.

O império de D. João III estendia-se por três continentes, incluindo o Marrocos, ilhas do Atlântico, feitorias no Ocidente e no Oriente, a província de Santa Cruz e Malaca. Em 1534 conquista Damão e fundam-se, em 1535, as fortalezas de Baçaim e Diu. A fortaleza de Diu, entretanto, sofre fortes ataques em 1537 e 1546.

Em 1533, D. João desejava ficar apenas com Ceuta, Tanger e Arzila, devido aos cada vez mais freqüentes ataques mouros para retomar suas terras. No ano seguinte a situação torna-se mais perigosa com o cerco de Sarfim e depois com a perda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541. D. João volta-se, então, para a terra de Vera Cruz com um grandioso projeto de ocupação e valorização desta terra e em 1549 institui Tomé de Sousa como governador geral da província.

As relações de D. João III com Roma são sempre muito fortes. Além do seu reinado se estender por um período em que seis papas estiveram em seus pontificados, ele consegue o apoio de Roma para uma aproximação com a igreja da Etiópia e a criação de bispados no Funchal, no Cabo Verde, em Leiria, Malaca e outros tantos. Foram marcantes ainda as participações de bispos portugueses no Concílio de Trento.

É importante o relato das conquistas portuguesas, pois estas dão testemunho das transformações sociais ocorridas durante aquela época. Vários escritores falarão dos feitos lusitanos em suas obras: é a representação dos valores tradicionais de um povo recebendo valores de um novo modelo cultural, que será integrado ao antigo.

O incentivo aos estudos começara já no reinado de D. Manuel, que concedia bolsas em forma de pensões aos estudantes que iam para o exterior. O papel de D. João III foi o de criar 500 bolsas no colégio parisense de Santa Bárbara, propiciando aos seus bolseiros tornarem-se eminentes na Europa. Alguns dos mais afamados estudantes são Aires Barbosa, introdutor dos estudos helênicos na Universidade de Salamanca, e Aquiles Estaco.

A reforma na Universidade, com a sua transferência para Coimbra e a fundação do Colégio Real das Artes são um marco no engrandecimento da cultura literária lusitana: “... *tu Lusitaniam antea bonarum artium rudem omnibus disciplinis instrudendam curas...*”.

A Retórica, apesar de fazer parte do quadro das chamadas artes do *trivium*, fora esquecida por muito tempo. Descendentes da dinastia de Avis emprederam alguns esforços para tentar revitalizá-la, como também D. Duarte, que pediu a D. Afonso de Cartagena para verter os dois livros que até então serviam-lhes de fonte de estudo: o *De inventione* e a *Rhetorica ad Herennium*. Várias versões dos dois livros foram divulgadas por toda a Europa, principalmente a partir do século XIII. Entretanto, apesar dessas tentativas de inclusão da Retórica nos estudos universitários, tal fato se deu somente após 1504, quando a disciplina passou a fazer parte dos *curricula* universitários. As notícias que se tem, anteriores a essa época, tratam da matéria como um elemento pertencente apenas aos cursos religiosos. Todavia, ela ainda não passaria a integrar o quadro de disciplinas autônomas, mas crê-se que fosse uma disciplina facultativa, ligada à Lógica ou à Gramática, as únicas artes que realmente contavam com uma cátedra exclusiva. Somente a partir do século XVI, com outras tentativas de reformular o ensino, é que a Retórica terá função primordial nos estudos:

“A pedagogia renovada vai situá-la no centro das Humanidades e confiar-lhe um papel fundamental sem deixar de lhe imprimir um cunho literário bem vincado, o Humanismo faz da Retórica, ligando-a estreitamente à invenção dialéctica, a base de um método novo de filosofar que, desejoso de abandonar a especulação abstracta, procura aproximar-se da realidade humana através da comunicação, para tratar problemas actuais de índole moral, política, religiosa ou mesmo filosófica”⁷¹.

André de Resende, em oração proferida em 1534, lamenta que a Retórica ainda não tivesse recebido, em Portugal, a atenção que lhe vinha sendo dispensada pelos demais europeus, sobretudo pelos italianos. Resende, então, busca incentivar os jovens de sua época a darem maior importância a esta arte e a estudarem-na, seja qual fosse a carreira que pretendessem seguir. O menosprezo se dava pelo fato de alguns estudiosos dizerem que eram cristãos e não ciceronianos, já que o estudo da retórica se fundamentava todo na obra de Cícero, bem como naquela arte que a ele era atribuída.

Começa-se, depois, a verificar aos poucos a figuração da Retórica entre as disciplinas ensinadas nos colégios e Universidades portuguesas. D. João III chegou a designar, em 1539, João Fernandes para ministrar no Paço Real algumas aulas, dentre as quais deveria constar a Retórica, em cursos em geral de Leis e Cânones. E esta era a situação em que a matéria se encontrava até a época da criação do Colégio das Artes, em 1548. Seu ensino passa, então, a valer-se de um sentido mais cultural, quando se adquiria o conhecimento crítico das letras humanas antigas. Ao invés de se apoiarem na dialética escolástica, os estudiosos se serviram das obras de Cícero e de Quintiliano, que delimitariam a matéria da Retórica e definiriam suas cinco partes.

⁷¹ Castro (1973), p. 18.

Com a criação do Colégio das Artes, D. João III sistematizou o ensino humanístico segundo moldes das demais nações européias, empregando ali mestres já consagrados em outros centros de estudos, como os de Paris e de Bordéus. No Colégio seriam ministradas disciplinas não mais estudadas em outras escolas dos arredores, tais como Gramática, Retórica, Poesia, Lógica, Filosofia, grego e Hebraico.

A Retórica e a Poética ganhariam importância capital na preparação dos estudantes para as universidades, superando a antiga linha de orientação de cunho aristotélico, em que vinham se fundamentando os estudos medievais. Textos de Cícero – cartas e alguns tratados sobre a Retórica – eram amplamente estudados, comentados e explicados pelas diversas classes do Colégio, até chegarem ao ponto de os próprios aprendizes comporem tratados em que colocavam em prática os ensinamentos a eles ministrados. Às vésperas de se formarem, os alunos das classes de Artes deveriam, por exemplo, prestar um exame público de Retórica, após terem terminado já todos os demais exames, a fim de demonstrarem que seus conhecimentos não eram apenas teóricos.

Segundo Aníbal Pinto de Castro, para ilustrar com palavras do próprio Cícero:

“Nenhuma outra arte ou ciência podia contribuir, sequer em pensamento, com mais generosidade, para a glória e felicidade humanas, porque através dela se conciliava a paz e amizade entre os povos, se instruía as cidades, os reinos e os impérios, se propunham as salutares leis da *res publica*, se executavam as sentenças, se libertavam os oprimidos, se descobriam os enganos ou os crimes dos maus e se vingavam todas as ofensas”⁷².

Mais tarde, em 1555, o Colégio das Artes passa à administração da Companhia de Jesus. A princípio, não há mudanças nos programas, que então são ministrados por Jesuítas,

⁷² Id., *ibid.*, p. 31.

ao lado de alguns antigos mestres. A primeira transformação no Colégio será sentida apenas em 1586, quando se fixa o primeiro regulamento trazido dos demais colégios da Companhia.

Uma das definições do termo glória é apresentado no próprio discurso, a fim de esclarecer como este era entendido na Antigüidade clássica: “*Nemo autem dubitat quin gloria sit in opinione. Idem enim ualet apud Latinos quod apud Graecos δόξα*”.

A *δόξα* é a opinião, a opinião, formulada pelos filósofos desejosos da verdade, do pensamento e do conhecimento. A *δόξα* pode não ser passível de realização, permanecendo no plano do provável ou do possível, como sustentava Platão no *Fédon*:

“E é este então o pensamento que nos guia: durante todo o tempo em que tivermos o corpo, e nossa alma estiver misturada com essa coisa má, jamais possuiremos completamente o objeto de nossos desejos! Ora, este objeto é, como dizíamos, a verdade...” (66 b-c).

Metelo diz que a *δόξα* pode se referir à multidão em geral e apresenta o seu significado entre os romanos:

“Vnde etiam euenit apud Latinos ut opinio pro gloria capiatur, ueluti cum dicimus aliquem esse uirtutis opinione praestantem”.

Além disso, a opinião é algo que pode induzir ao erro. Entretanto, se esta possui semelhantes defeitos, não poderia levar ninguém à glória, como se indaga o próprio interlocutor.

Osório retoma o conceito da opinião no livro III do seu tratado, porém especificando com mais detalhes o que o termo significa com relação aos fundamentos da glória: esta é inata, e dela emanam a sabedoria humana e o amor às coisas terrenas e divinas:

“Gloriae itaque fundamentum non in populi inconstantia ponendum est, cum ea sibi stabilem sedem et sempiternum domicilium in una uirtute collocarit. Hoc enim semper euenit ut uirtutis ipsius lumen celebris opinio consequatur.

Nec me conturbat nomen opinionis. Non enim uerum est omnes esse dúbias et incertas. Siquidem multae sunt uerae, constantes et graues, quibus ad religionem ad patriae caritatem, ad omnem denique uirtutem incitatur. Hae igitur opiniones, sic enim doctissimi uiri appellant interdum communes sententias in animis nostris impressas, quamuis nec ratione conclusae, neque ulla disciplina confirmatae sint, nullam possunt habere uarietatem. Sunt enim naturales et insitae, nec ad eas confirmandas ullis exquisitis rationibus opus est, cum sint ipsa natura perspicuae, nec ullo modo dibutandae. Si igitur grauissimi philosophi non uerentur has inchoatas intellegentias, unde omnis sapientia defluxit, opiniones appellare, quid tibi uenit in mentem ex nomine opinionis inuidiam in gloriam concitare uelle?”

“E assim, o fundamento da glória não deve ser edificado na inconstância do povo, pois que ela fixaria para si uma morada estável e um domicílio eteno na virtude. Na verdade, sempre acontece que a ilustre opinião segue a luz da própria virtude.

E o nome da opinião não me perturba. Pois não é verdade que todas sejam dúbias e incertas. Com efeito, muitas são verdadeiras, constantes e sérias, pelas quais somos estimulados à religião, ao amor à pátria e, enfim, à toda virtude. Portanto, estas opiniões, como assim algumas vezes chamam os homens mais instruídos as sentenças comuns gravadas em nossos espíritos, ainda que não estejam contidas na razão, nem sejam confirmadas por nenhuma disciplina, podem não ter nenhuma variedade. De fato, são naturais e inatas, e não é necessário para confirmá-las com nenhuma razão distinta, visto que se manifestam pela própria natureza, e não devem ser de modo algum postas em dúvida. Pois se os filósofos mais sérios não temem chamar de opinião, estes conhecimentos empreendidos, de onde emana toda a sabedoria, por que te vem à mente querer suscitar inveja na glória a partir do nome da opinião?”

Uma última referência, que encerra o livro I do *De Gloria*, é feita a Carlos V (no texto denominado por César V), imperador do Sacro Império Romano-Germânico e rei de Espanha e Sicília. Ele vem representar a figura do príncipe cristão que luta para defender seu povo das injúrias e heresias de todo o mundo, procurando acabar de vez com a subversão que atingira a Igreja, espalhando-se por toda a Europa. Esta mesma já sentia em seu meio a retaliação de seus partidários (*A furore partium nata est*), que lutavam agora na divisão da Igreja. Os protestantes e os islamitas fizeram forte oposição às campanhas de Carlos V, que chegou até mesmo a se ver hostilizado pelo próprio para a quem defendia.

Assim, então, como Carlos V, também D. João III deveria enfrentar seus inimigos e lutar para restabelecer a ordem e a religiosidade, a piedade de sua nação, não se esquecendo, entretanto, de seus inimigos e possíveis amigos que contra ele poderiam se voltar em tempo e circunstâncias oportunas. Pois, a glória de um soberano tinha o mesmo valor que a honra de qualquer nobre ou pessoa de alta estima. Ou seja, ambas deveriam ser qualidades inatas a qualquer um que desejasse manter sua posição de prestígio e comando frente aos súditos, mesmo que estes também fizessem parte da nobreza. A glória de um soberano deveria servir de símbolo de poder, de prova de sua força para manter e manipular a todos, sob pena de perder o controle de seu próprio poder caso não obtivesse sucesso e fama em suas empresas. Norbert Elias cita uma frase de La Bruyère, em que se nota claramente essa idéia de que era necessário ao rei cultivar a glória:

“Abstraction faite de l’obligation où il se trouve de maintenir intégralement les chances de puissance qu’implique sa position, c’est surtout ce “besoin de gloire”, de prestige qui le force à organiser sa vie jusque dans les moindres détails”⁷³.

⁷³ Elias (1974), p. 145.

A glória real era considerada como um fim em si mesma, pois representava a estrutura da posição social que o soberano ocupava e o seu campo de domínio. Saber tirar proveito das situações que se lhe oferecem, aí reside a grandeza do rei. Às vezes um soberano poderia não se ressaltar por sua engenhosidade ou força criativa, mas por sua seriedade e meticulosidade com que incarna o ideal de grandeza e glória.

4.4.4. A glória das Cruzadas

Na época das Cruzadas, a glória de Cristo era sentida através de sofrimentos na vida terrena. A maior prova de sofrimento é vista sobretudo nos mártires que dão sua vida pela verdade. Exemplo que é amplamente seguido por vários séculos. O ideal da vida cristã passa a ser a luta para defender os seus princípios. Assim como Cristo lutara contra o Diabo, também os cristãos lutam contra seus representantes atuais: os muçulmanos. Os cruzados se vêem diante de uma missão.

Prosseguindo na demonstração do poder do rei lusitano, a nomeação de Solimão, sultão dos turcos otomanos, é uma referência explícita às Cruzadas: “... *exercitum maximum et robustissimum e Turcis et aliis bellicosis nationibus Solymani opibus et imperio conflatum, deleuit...*”. Solimão, que foi contemporâneo de D. João III, teve um grande esplendor no campo político e cultural. Lutou contra a Pérsia e contra o exército de Carlos V no cerco de Viena, além de tomar Bagdá e controlar o Mediterrâneo com seus navios. Foi perseguido pelos Cruzados, assim como seu filho, e derrotado. Vemos uma alusão a esse episódio na *Gerusalemme liberata*, de Tasso:

“Cessi Dio tanta infamia! Or quel ch’ad arte
 nascondo altrui, cuo’ ch’a te sei palese.
 Soliman di Nicea, che brama in parte
 Di vendicar le ricevute offese,
 de gli Arabi le schiere erranti e sparte
 raccolte ha fin dal libico paese,
 e i nemici assalendo a l’aria nera
 darne soccorso e vettovaglia spera⁷⁴”

Solimão teve um dos mais fortes exércitos turcos. Conquistou Budapeste, Belgrado, Rodes, Argel e outras cidades. A sua época foi a de maior brilho para os turcos e, no entanto, ele foi derrotado pela força dos exércitos cristão, que D. João III apoiava.

Num certo ponto do texto retoma-se o tom do discurso narrativo. Reiniciam-se, assim, as referências à Antigüidade clássica, nas pessoas de Temístocles, Epaminondas e Cipião, comparadas a personagens da história das Cruzadas, como Carlos Magno e Godofredo. A história compara o passado com o presente, quando as ações se repetem, muito embora com personagens distintos. É o ciclo da história mais uma vez se formando.

Temístocles (528-462 a.C.), Epaminondas (418-362 a.C.) e Cipião (236-183 a.C.) foram estadistas muito célebres, que lutaram para promulgar novas leis e instituir novos regimes, combatendo fortemente os inimigos: um levou Atenas à vitória contra os persas; o outro, à vitória de Esparta sobre Atenas, e o último lutou contra os cartagineses, combatendo ainda na África. Os três se equiparam na forma de comandarem seus exércitos com destreza e habilidade sem igual, exemplo a ser seguido fielmente pelo monarca português, se este deseja fortemente se fazer reconhecido por todos em seu reino e mesmo fora dele.

⁷⁴ Tasso, Torquato, *Ger. Lib.* VI, 10.

Quanto a Carlos Magno (742-814), este foi imperador do Sacro Império Romano e rei dos francos. Combateu contra os muçulmanos que há tempos invadiam os territórios de seus ancestrais. Apoiou o Papa em sua luta para expulsar os pagãos. Além disso, iniciou um ressurgimento cultural, fundando escolas em mosteiros e igrejas. Já Godofredo de Bulhões (1062-1100), descendente de Carlos Magno, lutou contra o Papa Gregório VII aolado de Henrique IV, mas redimiou-se e decidiu tomar parte na expedição das Cruzadas pra a Terra Santa com um grandioso exército. Foi denominado o “Defensor do Santo Sepulcro”. É citado nos primeiros versos da *Gerusalemme liberata* como um guerreiro valoroso e temente a Deus:

“Canto l’arme pietose e ‘l capitano
che ‘l gran sepolcro liberò di Cristo.
Molto egli oprò co’l senno e con la mano,
molto soffrì nel glorioso acquisto...”⁷⁵.

Depois disto prossegue a enumeração de personagens da Antigüidade clássica, ilustres por seus feitos, servindo apenas como incentivo ao rei lusitano para continuar seus empreendimentos, tal como o fizeram os antigos. A glória será uma decorrência de todos os seus atos; ela virá no tempo devido, como uma forma de reconhecimento pelas ações nobres, que podem até salvar vidas.

Nem só de ações magnânimas, entretanto, se constitui a glória. Os escritos – os livros, as leis, os tratados – também contribuem de forma significativa para se alcançar a tão almejada glória. Ela eleva e dignifica as pessoas, mas tudo é uma consequência natural dos fatos. Jerônimo Osório, falando em seu próprio nome, incentiva os mais nobres a persegui-la, mas tomando precauções para não incorrerem nos erros de algumas pessoas

⁷⁵ Id., ibidem, I, 1-4.

anteriormente citadas. Exemplo disso seriam as fábulas, por exemplo, de Fedro, em que o autor latino do século I já advertia seus concidadãos a se precaverem de suas ações e mesmo das ações alheias.

Já no fim deste primeiro livro, é retomada a alusão às guerras santas, que destróem os povos cristãos. Iso depois de uma bela digressão em que Agostinho revelara todos os crimes praticados no passado, sobretudo na Grécia e em Roma. Tudo aquilo por que as nações passam no momento em que este tratado é escrito constitui-se num reflexo das ações passadas: assim como Grécia e Roma foram destruídas por inúmeras guerras, também os reinos europeus serão aniquilados e se consumirão em chamas se não lutarem contra seus inimigos, contra aqueles que acabam com os lugares sagrados, contra os que matam os cidadãos pios e religiosos, enfim, contra os muçulmanos e todos os que a eles se aliarem.

Há, contudo, casos de pessoas que, primeiramente cristãs, após alguns desentendimentos com a Santa Sé, por ambicionarem demais o poder, revoltam-se contra sua antiga fé e tornam-se inimigos dos papas, aliando-se aos muçulmanos. Tal é o caso de Frederico II, imperador da Alemanha e rei da Sicília, que, apesar de ter sido inicialmente chamado de “rei dos padres” e de ter participado de uma Cruzada em 1229, decide revoltar-se contra o papa que ambicionava apoderar-se da Sicília durante a ausência do imperador. Este, no entanto, volta e assina um tratado de paz. Mas, pouco depois retornam os desentendimentos de ambas as partes e Frederico II é considerado como o “Anticristo”, formando, por fim, um exército muçulmano para combater a Santa Sé.

“Cum enim singulae ciuitates Italiae sint in duas partes, iam inde a Frederici Secundi temporibus, diuisae et inter se hostili odio dissidentes...”.

4.4.5. A glória do Renascimento

Ao passar à própria época do Renascimento, Jerônimo Osório muda o tom do discurso. Ele fala de si mesmo durante sua estadia na Itália, tendo a cidade de Bolonha sido escolhida como sede de seus estudos, visto ter sido ela reconhecidamente a que mais se notabilizou no incentivo à cultura literária.

Bolonha era considerada um grande centro estratégico na Itália, graças à sua localização, entre o rio Pó e os Apeninos, e à sua Universidade, que transformou a cidade em um dos mais importantes pontos de referência de estudos de toda a Europa, considerada a sede do Renascimento jurídico do século XII ao XVI.

Apresenta-se aqui uma das poucas vezes que o autor fala de sua pessoa: iniciara os estudos de hebraico e teologia na cidade de Bolonha, mas por algum motivo viu-se obrigado a adiá-los por um tempo e depois retomá-los: “... *eam delegi potissimum in qua studia perturbatione rerum mearum impedita longo tandem interualo reuocarem*”.

Ainda como referência a Bolonha, vemos citados os estudos de direito: canônico e civil (*de utriusque iuris studio*). O direito civil se identifica com o direito privado, constituindo-se em uma de suas partes, oriundo do *ius ciuile* e do *ius gentium*, o direito privado romano, como também do direito germânico e do direito canônico. Estabelece regras com relação aos direitos pessoais e aos direitos de família, assim como as relações que derivam do matrimônio ou da filiação, além de controlar a vida de uma pessoa, do nascimento até a morte. Sua função é definir o estado das pessoas, a condição dos bens

patrimoniais, as formas e os efeitos das relações de ordem econômica. O direito canônico é o conjunto dos cânones ou normas que regulam alguns aspectos da vida da Igreja Católica, versando sobre o direito das pessoas, sacramentos, direito eclesiástico, além de tratar do casamento, de delitos, processos e do clero. Vista essa ligação entre os dois direitos, nada mais comum do que cursar ambos os direitos ao mesmo tempo, como fizera Osório.

Jerônimo Osório, a seguir, relata as pessoas com as quais conviveu durante sua estadia em Bolonha. Notemos que todas são personalidades eminentes nos estudos e possuidoras de grandes virtudes, segundo informações do próprio autor. Dentre os seus amigos, cita Rômulo Amaseu, Aquiles Bóquio, Luís Buccaferro, todos personagens sobre quem pouco sabemos além das explicações ou epítetos que o próprio Osório nos fornece. Por fim, cita Antônio Agostinho e João Metelo. O primeiro era um arcebispo aragonês que foi para a Universidade de Bolonha em 1535, quando tinha aproximadamente 18 anos, após ter feito seus estudos de direito civil em Salamanca. Tornou-se membro do alto tribunal da Rota em 1545 e foi enviado pelo Papa à Inglaterra para felicitar a rainha Maria Tudor por efetuar o retorno de seu reino ao seio da Igreja em 1555, e com ele fora o amigo de Universidade João Metelo. Depois disso, os dois se separam e não mais se vêem. João Metelo era um francês, que chegara a Bolonha em 1538 para estudar direito civil romano. Era uma pessoa mais realista e apoiava a reconciliação dos partidários da Reforma com os da Contra-Reforma. As obras *De rebus Emmanuelis gestis* e *De regis institutione*, de Jerônimo Osório, contêm um prefácio de Metelo.

Após as várias definições do conceito de glória, o autor muda do discurso narrativo para um diálogo entre três interlocutores – próprio Jerônimo, Antônio Agostinho e João

Metelo – ainda sobre o mesmo tem, embora a discussão se inicie com uma pequena explicação acerca dos estudos do direito desenvolvidos por todos os personagens.

Depois de Jerônimo Osório haver exposto algumas de suas idéias acerca dos prós e contras de se procurar a glória, agora as duas teses serão realmente defendidas pelos três interlocutores.

Tal como é próprio dos intelectuais do Renascimento, uma tese não pode passar sem que seja refutada. Assim sendo, Agostinho começa a apresentar suas idéias negando algum benefício à busca incessante de glória. Esta se ligaria aos vícios, às coisas nefastas, aos flagelos, e também os homens maliciosos e indignos podem concebê-la através da dissimulação de virtudes não inerentes a eles: “... *cum passim uideant homines malitiosos uirtutis simulatione...*” e “... *quod si nullum est uitium taetrius aut pestilentius eo quod in uirtutis specie latet...*”.

Todo o discurso de Agostinho se baseia na refutação da tese de Jerônimo Osório. Enquanto o autor nos enumera os benefícios e malefícios da glória, dando mais ênfase à parte boa, Agostinho só nos relata as desgraças dela decorrentes, demonstrando a futilidade da glória (“*ad inanitatem gloriae*”).

Já os gregos pensavam que a glória poderia resultar de ações positivas, mas conter em si também uma carga negativa. Ou seja, o homem ávido de honras ama tanto a guerra, a ginástica ou a caça quanto a aquisição de dinheiro, que corresponderia a um lado negativo, pois a glória obtida através de recursos financeiros não seria digna de ser louvada. O “desejoso de glória” (ou φιλοτιμοζ) aspira ao reconhecimento social e pode obtê-lo por seus méritos e devotamento ao bem público ou pelo dinheiro.

Há uma referência a uma Academia quando João Metelo, o terceiro interlocutor, começa a expor a sua opinião sobre o tema. Platão fora o primeiro a criar uma Academia, que funcionava como um local de reuniões com seus discípulos e amigos para eventuais discussões filosóficas e políticas. Durante vários anos este lugar foi esquecido, sendo retomado apenas na época do Renascimento italiano por Marsilio Ficino, que inaugurou em 1462 a *Accademia Platonica*, na Villa de Careggi, cedida a Ficino por Cosme de Medicis. Ali filósofos, médicos, poetas, músicos e sacerdotes se reuniam informalmente para fazer discursos, declamações, leituras de Platão e outros textos, e conferências públicas sobre Platão e Plotino, pronunciadas numa igreja ou auditório adjacente a esta Villa. Algumas das ilustres pessoas que freqüentavam essa Academia foram Angelo Poliziano, Giovanni Guicciardini, Pico della Mirandola, Francesco Castiglione, dentre outros. Mais tarde foram criadas outras Academias, sempre com o mesmo propósito de retomar os textos clássicos para estudá-los e discuti-los. Tal idéia difundiu-se pelo resto da Europa e vários estudiosos, provenientes de Portugal, Espanha e França acorreram à Itália com o intuito de freqüentar tais Academias e ampliar seus conhecimentos. Assim, a Academia tornou-se um ponto de referência para a cultura do Renascimento, lugar de reflexão em que eram mantidos debates filosóficos e discussões teóricas e técnicas sobre todos os problemas apresentados pelos artistas; local obrigatório de estudos para todos aqueles que quisessem aprofundar sua fonte de saber, e, por isso mesmo, a opinião de quem a freqüenta é considerada de suma importância para todos.

5. CONCLUSÃO

A partir do estudo que desenvolvemos acerca do *De gloria*, livro I, de Jerônimo Osório, chegamos a algumas conclusões que procuraremos agora mostrar:

- 1) O Renascimento marcou uma profunda mudança na relação do homem com as artes, com a história, com a política, com o seu próprio semelhante e com a religiosidade;
- 2) O Renascimento português, bem mais tardio que o italiano, origem desse movimento, revelou uma forma singular, diferenciando das demais, no sentido em que se apresentou mais estritamente ligado aos estudos universitários, com um enfoque significativo sobre a retórica;
- 3) O *De gloria* constitui-se em um discurso laudatório ao rei D. João III, mas também é um trabalho de aconselhamento e advertência ao soberano, que deve preocupar-se mais com seus empreendimentos e continuar sempre perseguindo a glória, tão louvável já desde tempos remotos;
- 4) A glória, estudada em diversas fases da história, ora mostra-se como benfeitora, ora como perturbadora e inadequada aos homens mais nobres. No entanto, as pessoas de bem devem sempre perseguir-lhe, sabendo discernir o que ela possa proporcionar-lhes de bom e utilizá-la para seu engrandecimento pessoal e coletivo;

- 5) Como os autores renascentistas tomavam sempre como base os clássicos greco-romanos, Jerônimo Osório soube ministrar muito bem em seu texto a influência retórica e poética dos antepassados, mas dando ao seu trabalho um cunho estritamente pessoal, sem contudo alterar a língua romana, que lhe servira de base para sua obra;
- 6) Apesar de o texto ser dirigido ao rei D. João III, os conselhos aqui presentes são endereçados a todas as pessoas, sem restrições;
- 7) Verificamos, finalmente, que Jerônimo Osório se destaca pela atualidade de seu tema, presente sempre em todas as épocas e em todas as literaturas.

6. BIBLIOGRAFIA

- 1- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, v. 5.
- 2- ANDRADA, Francisco de. *Crônica de D. João III*. Porto: Lello & Irmão, 1976.
- 3- ANTONIO, Nicolao. *Hieronymi Osorii Lusitani, Episcopus Algarbiensis vita. Hispalensi: Ordinis S. Iacobi Equite /s.d./*.
- 4- ARNTZ, Reiner. *La traduzione. Nuovi approcci tra teoria e pratica*. Napoli: CUEN, 1995.
- 5- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1970. 5 v.
- 6- BACCI, Antonio. *Lexicon eorum vocabulorum quae difficilis latine redduntur*. Romae: Societas Libraria "Studium", 1955.

- 7- BELAVAL, Yvon. *Historia de la Filosofía. La filosofía en el Renacimiento*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- 8- *BIBLIA Vulgata*. Ornata a Alberto Colunga et Laurentio Turrado. Madrid: Biblioteca de Autores Cristiano, 1994.
- 9- BLOOM, Harold. *A Angústia da Influência*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- 10- BRANDÃO, Mário. *Documentos de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937. 2 v.
- 11- _____. *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1941.
- 12- BURKE, Peter et alii. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- 13- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: UNB, 1991.
- 14- CALLOT, Emile. *Doctrines et figures humanistes*. Paris: Les Belles Lettres, 1963.
- 15- CAPELINO, Ambrogio. *Ambrosii Capelini Bergomatis lexicon*. Lugdvini: Apud Sebastianum Gryphium, 1538.

- 16- CARDUCCI, Giosuè. *Cavalleria e Umanesimo*. Bologna: Zanichelli, 1909.
- 17- CARVALHO, Luiz Carlos Stamato Marcellino de. *A oração de Cataldo em Bolonha: sua permanência na oratória do século XVI*. Tese de Dout. em Língua e Literatura Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.
- 18- CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. Dissertação de Doutorado em Filologia Românica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.
- 19- CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- 20- CÍCERO *relegatus et cicero revocatus. Dialogi festiuissimi*. Lugdivini: Apud Seb. Gryphium, 1534.
- 21- CÍCERONE. *Il sogno di Scipione. Il fato*. Trad. Andrea Barabino. Milano: Garzanti, 1995.
- 22- COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- 23- COSTA, Manuel da. *Patruī et nepotis de successione regni Portugalliae tractata quaestio*. Conimbricæ: Apud Ioannem Barrerium Typographum Regium, 1558.
- 24- CUNHA, Alice da Silva. “*De nuptiis Eduardi infantis Portugaliae atque Isabellae*”: *um poema de Manuel da Costa*. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- 25- DELUMEAU, Jean. *La civilización del Renacimiento*. Trad. Dolores Sánchez de Aleu. Barcelona: Editorial Juventud, 1977.
- 26- DEREMETZ, Alain. *Le miroir des Muses: poétiques de la réflexivité à Rome*. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1995.
- 27- *DICIONÁRIO Biográfico Universal de Autores*. Lisboa-Milão: Artis-Bompiani, 1970.
- 28- *DICIONÁRIO de ciências sociais*. Coordenação geral de Benedicto Silva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. 2 v.
- 29- DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- 30- DU FRESNE, Carolo. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. Paris : Librairie des Sciences et des Arts, 1938.10 v.

- 31- DURANT, Will. *A Renascença: a história da civilização na Itália de 1304-1576*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- 32- EASTERLING, P. E. & KNOX, B. M. W. *História de la literatura clásica*. Madrid: Gredos, 1990. v. 1.
- 33- ECO, Umberto. *Leitura do texto literário. Lector in fabula*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- 34- ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris: Calmann-Lévy, 1974.
- 35- *ENCICLOPÉDIA de la religión católica*. Tomo II. Barcelona: Dalmau y Joveer, 1952.
- 36- *ENCICLOPEDIA Italiana de Scienze, Lettere ed Arti*. Tomo XV. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1935.
- 37- *ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, 1963-1986. 18 v.
- 38- *ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid-Barcelona: Espasa-Calpe /s.d./.

- 39- FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. Trad. Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltda, 1995.
- 40- FORCELLINI, Aegidio. *Lexicon totius latinitatis*. Paravii: Typis Seminarii, 1940. 6 v.
- 41- GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: UNESP, 1996.
- 42- _____. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- 43- GENTILE, Giovanni. *Studi sul Renascimento*. Firenze: Vallecchi, 1923.
- 44- GÓES, Damião de. *Chronica do sereníssimo príncipe D. João*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1790.
- 45- *HUMANISMO Português na época dos descobrimentos*. Actas do Congresso Internacional. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993.
- 46- ÍMAZ, Eugenio. *Utopías del Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

- 47- KRISTELLER, Paul. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- 48- KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- 49- LAURAND, Louis. *Études sur le style des discours de Cicéron*. Paris : Les Belles Lettres, 1927. T. III.
- 50- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- 51- MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília : UNBm 1994.
- 52- _____. *Il principe*. A cura di Ugo Dotti. Milano : Feltrinelli, 1994.
- 53- MAROUZEAU, Jules. *Traité de stylistique latine*. Paris : Les Belles Lettres, 1946.
- 54- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- 55- MARTINS, Isaltina das Dores Figueiredo. *Bibliografia do Humanismo em Portugal no século XVI*. Coimbra : INIC, 1986.

- 56- MONDOLFO, Rodolfo. *O Pensamento Antigo*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972. 2 v.
- 57- MOREIRA, Hilário de. *Hilarii Moreirae Conimbricensis ad inuictissimum Lusitaniae regem D. Joannem tertium, de omnium Philosophiae partium laudibus et studijs, oratio*. Conimbricae: Joannes Barreirus & Joannes Aluarus Regij Typographi, 1552.
- 58- NARDUCCI, Emanuele. *Cicerone e l'eloquenza romana. Retórica e progetto culturale*. Bari: Laterza, 1997.
- 59- OSÓRIO, Jerônimo. *Hieronymi Osorii Lusitani De Gloria*. Florentiae: Apud Laurentium Torrentinum, 1552.
- 60- PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- 61- PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Ed., 1932. v. 4.
- 62- PLATON. *Obras completas*. Trad. Maria Araujo et alii. Madrid: Aguilar, 1993.
- 63- RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1969.

- 64- _____. *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.
- 65- _____. *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- 66- REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- 67- RESENDE, André de. *L. Andreae Resendii Lusitaniae Regis, conquestio*. Olisipone: Apud Joannem Blaiuum Typographum Regium, 1557; p. 9-13.
- 68- ROBERT, Fernand. *L'Humanisme: éssai de definition*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.
- 69- SARAIVA, António José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Ed., 1976.
- 70- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1986.
- 71- SILVA, António de Morais. *Novo dicionário compacto da Língua Portuguesa*. Brasil / Portugal: Confluência / Livros Horizonte, 1980.

- 72- SILVA, Marilda Evangelista dos Santos. *A vertente épica em Miguel de Cabedo*. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.
- 73- SOUSA, Luís de. *Anais de D. João III*. Lisboa: Sá da Costa, 1938.
- 74- TANNUS, Carlos Antonio Kalil. *Um poeta do século XVI: António de Cabedo*. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- 75- TORRÃO, João Manuel Nunes. *D. Jerónimo Osório e o tratado “De Glória”*. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Latina. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991. 2 v.

VIEIRA, Ana Thereza Basilio. **O *De gloria*, livro I, de Jerônimo Osório**. Tese de Doutorado em Letras em Língua e Literatura Latina, apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

RESUMO

Este trabalho procura traçar um panorama do gênero renacentista português. A seguir, inclui uma breve descrição a respeito de Jerônimo Osório, sua época e sua obra. Depois, apresenta a tradução do livro I, do *De Gloria*, seguida dos comentários estilísticos e literários acerca da glória, desde a Antigüidade até o Renascimento, buscando mostrar, de forma sucinta, alguns pontos de contato entre as diversas épocas e os autores que trataram desse mesmo tema. Busca-se, ainda, mostrar a atualidade do tema proposto.

VIEIRA, Ana Thereza Basilio. *The Gloria, book I, of Jerônimo Osório*. Thesis on latin language and literature, presented to the Coordination of Courses of Pos-Graduation of the Letters Faculty of UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

ABSTRACT

This thesis searches to make view about the portuguese renaissance gender. Then, it includes a brief description concernin Jerônimo Osório, his time and work. Afterwards, it presentes a traduction of the first book of *De Gloria*, followed by some stylistics and literaries commentaires about the glory, from the Antiquity to the Renaissance, seaking to show, in a succinct form, some points of contact between the various epochs and authors, whom treated the same theme. It still searches to show the contemporary context of the theme proposed.